



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Trabalho de Gestão do Campo Arqueológico da
Cidade Romana de Ammaia**

Joaquim Emanuel Neves de Carvalho

Orientação: Professor Doutor Filipe Themudo Barata

Coorientação: Professor Doutor Carlos Fabião

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização: Património Artístico e História de Arte

Relatório de Estágio

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Trabalho de Gestão do Campo Arqueológico da
Cidade Romana de Ammaia**

Joaquim Emanuel Neves de Carvalho

Orientação: Professor Doutor Filipe Themudo Barata

Coorientação: Professor Doutor Carlos Fabião

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização: Património Artístico e História de Arte

Relatório de Estágio

Évora, 2015

Agradecimentos

Ao apresentar este relatório de estágio é indispensável exprimir o meu reconhecimento a todos os que ajudaram a realizá-lo e que de alguma forma têm contribuído para engrandecer a minha vida. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento profundo e sincero.

Gostaria de referir os orientadores Professor Filipe Themudo Barata e Professor Carlos Fabião, a quem agradeço desde o primeiro momento pelo incentivo, o apoio, a simpatia e o conhecimento com que me têm ajudado desde o primeiro dia.

À Fundação Cidade de *Ammaia* e ao seu mentor, o Engenheiro Carlos Melancia, pela forma calorosa como nos incentiva e demonstra pessoalmente como devemos ser determinados e resilientes para participar no seu sonho sobre a *Ammaia*, uma visão cada vez mais real.

Aos amigos e colegas da equipa técnica da *Ammaia*, do Museu e do Laboratório, António Jorge Raposo, João Aires, Bento Mota, Vítor Dias, Dulce Osório, Carina Maurício, Sílvia Ricardo e Alexandre Baptista pelo apoio e estímulo sempre demonstrados.

À Universidade de Évora, ao CIDEHUS e ao Laboratório Hercules, Professora Ana Cardoso Matos, Professora Antónia Fialho Conde, Professor António Candeias e Professor José Mirão, pelo constante incentivo e apoio.

E por último, mas sendo os primeiros em sentimento, não posso deixar de referir a minha família, principalmente a Sofia e a Madalena, sem as quais nada disto faria sentido, à Balelinha e aos meus pais, bem como a todos os que, mesmo estando longe, me apoiam incondicionalmente.

“Nunca desistas...”

Resumo

Este relatório de estágio surge como forma de demonstrar os aspetos mais relevantes da história que a cidade romana de Ammaia nos legou, e o que está para além, o que por detrás dessa história, a Fundação.

A Ammaia é um daqueles casos raros onde felizmente para os arqueólogos e amantes da história romana, não se sobrepuseram vestígios de cidades de outros períodos históricos. Permitindo, escavar, conservar, estudar, investigar e formar alunos, pessoas que anseiem por enriquecer o seu conhecimento.

Ao longo do relatório estão descritas algumas das tarefas relacionadas com a gestão patrimonial que foram executadas no decurso do estágio, e que fazem parte do “backstage da Ammaia” o trabalho feito mas que não se vê.

Para além disso, são esboçadas propostas para ajudar a Fundação a ultrapassar as dificuldades pelas quais tem atravessado, mas que a sua resiliência e perseverança a fazem continuar a batalhar pela Ammaia.

Palavras-Chave:

Ammaia; Património Romano; Gestão; Investigação; Valorização; Financiamento

Abstract

Management work of the Archaeological Site of the Roman town of Ammaia

This report represents a way to show the most relevant aspects of the history of the Roman town of Ammaia left us, and what is beyond and behind that story, the Foundation.

Ammaia town is one of those rare cases for fortunately archaeologists and Roman history lovers, the town is not overlapped in with traces of other historical periods. Allowing, to excavate, conserve, study, investigate and form students, people who yearn to participate actively in historical and archaeological research, enriching their knowledge.

All the way through, the report describes some of the tasks related to asset management that were performed during report period, that are part of the "backstage of Ammaia" the done work but we can't see it.

Also, they are outlined proposals to help the Foundation to overcome some of the difficulties that has passed throughout his life, but their resilience and perseverance to continue to fight Ammaia.

Keywords:

Ammaia; Roman Heritage; Management; Research; Valorization; Funding

Índice:

	Página:
1. Introdução	10
2. Enquadramento institucional.....	10
3. A Fundação e o seu papel	11
4. A problemática da gestão do património arqueológico e o seu enquadramento legal	12
5. Plano/Descrição das tarefas de gestão patrimonial executadas no decurso do estágio.....	13
6. Os aspetos mais relevantes, as atividades:.....	14
As atividades da Fundação:.....	14
As atividades realizadas no campo arqueológico da Ammaia	14
7. Estrutura do relatório.....	15
8. Apresentação de considerações finais	15
Capitulo I.....	16
A Cidade Romana de Ammaia	16
O “Estado da arte”	17
As escavações arqueológicas e os projetos científicos realizados.....	21
O projeto Radio Past.....	23
O projeto FCT, “Ammaia, uma ação concertada de arqueologia.	28
O programa IMAGOS	30
O projeto APOLLO	31
O projeto LARES	32
Capitulo II.....	34
História da Fundação Cidade de Ammaia.....	34
O objeto social da Fundação e os seus órgãos sociais	37

Capítulo III.....	42
O museu da Ammaia	42
A exposição sobre a Ammaia	43
Coleção de Epigrafia	43
Coleção de Numismática.....	43
Coleção de objetos de adorno.....	44
A cerâmica romana de uso doméstico	44
Lucernas	44
Atividades Económicas.....	45
Urbanismo e arquitetura	46
Notável Coleção de Vidros e pedras de anel	47
Capítulo IV	47
O laboratório de Conservação e Restauro.....	47
Capítulo V	51
Programa de estágio	51
Capítulo VI	56
Propostas de gestão a desenvolver no campo arqueológico	56
Considerações finais	60
Bibliografia:	64
Legislação consultada:.....	67
Anexos documentais:	68

Índice de Fotografias

	Página:
Figura 1: O vale da Aramenha com a Ammaia em primeiro plano.....	16
Figura 2: Inscrição MVNICIPIVM (IRCP nº 616)	18
Figura 3: Arco da Aramenha, Castelo de Vide (cerca de 1890).....	19
Figura 4: Estátua de Britanicus, Museu de Ammaia	20
Figura 5: Porta Sul, entrada monumental.....	21
Figura 6: Podium do templo Fórum	22
Figura 7: Imagem dos resultados do Fórum obtidos por GPR (Ground Penetrating Radar), projeto Radio-Past.....	24
Figura 8: Prospecção Magnética junto ao Fórum (Gradiómetro).....	25
Figura 9: Planta com resultados prospecção geofísica da Ammaia e áreas extramuros, Projeto Radio-Past	26
Figura 10: Vários cenários de reconstituição tridimensional da Porta Sul da Ammaia	27
Figura 11: Reconstituição tridimensional do Fórum (M. Klein 7Reasons) projeto Radio-Past ...	27
Figura 12: Drone - levantamento LiDAR,.....	28
Figura 13: Drone - levantamento LiDAR, templo, Fórum, Instituto Superior Técnico - ISR.....	29
Figura 14: Amostras de argamassa in situ, Laboratório Hercules. UE	30
Figura 15: Prospecção geofísica GPR, Porta Sul, Laboratório Hercules. UE.....	31
Figura 16: Escola de verão de arqueologia de 2013,	31
Figura 17: Trabalhos de escavação e restauro da torre oeste, Porta Sul.....	32
Figura 18: Aparelho de análise, espectrometria de fluorescência de raios X.....	33
Figura 19: Sala de Epigrafia	43
Figura 20: Numismática (Moedas Romanas)	43
Figura 21: Terra Sigillata.....	44
Figura 22: Elementos Arquitetónicos.....	46
Figura 23: Reconstituição tridimensional da cidade de Ammaia (M. Klein 7Reasons) projeto Radio-Past	46
Figura 24: Exposição <i>Ad Aeternitatem</i>	47
Figura 25: Sala principal do laboratório de conservação e restauro	48
Figura 26: Trabalhos de Restauro, Limpeza Mecânica.....	49

Índice de Anexos

	Página:
Anexo 1: Atividades Desenvolvidas Durante o Estágio	69
Anexo 2: Cópia do Manuscrito com a Descrição e Proposta de Classificação	69
Anexo 3: Cópia do Decreto 37:450 de 1949	69
Anexo 4: Notícia do Jornal “O Século” de 29-03-1932.....	69
Anexo 5: Escritura Notarial e Estatutos da Fundação de 1997	69
Anexo 6: Escritura Notarial e Estatutos da Fundação de 2015	69
Anexo 7: Planta com a Interpretação dos Dados da Geofísica e a.....	69
Anexo 8: Proposta de Manual de Procedimentos da Base de Dados	69
Anexo 9: Terminologia, Designação de Objetos	69

1. Introdução

A cidade Romana de Ammaia sempre foi uma daquelas cidades em que muitos arqueólogos sonharam trabalhar, primeiro numa busca romântica pelos seus achados, depois pela procura da sua importância e se se trataria de uma cidade capaz de retratar a imponência e a cultura que o império romano nos legou, neste cantinho da Lusitânia. Desde que tomei conhecimento da sua existência, a Ammaia funcionou para mim como um íman capaz de atrair a atenção pelo nosso desconhecimento da sua suspeitável riqueza. Desde sempre uma das características mais marcantes dos trabalhos arqueológicos aqui desenvolvidos nos levaram a pensar se de facto o que se ia descobrindo estaria ou não em bom estado de preservação e se pelos resultados que íamos obtendo, será que Vitruvius teria tido alguma coisa a ver com a sua edificação? Se não tinha sido ele o autor do programa de arquitetura da cidade, até dava para desconfiar!

Mas, falando de coisas sérias, a Ammaia foi desde o início, o sítio privilegiado onde pude, ainda como estudante e depois já de forma profissional, começar a trabalhar, sem esquecer que por coincidência ou não, o primeiro trabalho que desenvolvi tinha sido sugerido anos antes, num trabalho da cadeira de Arqueologia Clássica, cujo título era “Ammaia, um monumento nacional esquecido”, onde anos mais tarde comecei a trabalhar num dos mais notáveis sítios arqueológicos existentes em Portugal. Por tudo isto, e por ter passado grande parte da minha atividade profissional a tratar de questões relacionadas com a gestão de património cultural, mais concretamente o arqueológico, foi com grande satisfação que propus este estágio e o mesmo foi aprovado, permitindo assim demonstrar muito do trabalho que está para além da face visível de um monumento nas suas mais variadas perspetivas. Não podia deixar também de referir o facto de ter sido bolseiro de gestão de ciência e tecnologia e colaborador do CIDEHUS-UE (Ref.ª SFRH/BGCT/33679/2009) nos últimos anos, o que me parece relevante e demonstrativo da capacidade para trabalhar e assumir plenamente atividades de gestão patrimonial.

2. Enquadramento institucional

A Fundação Cidade de Ammaia será uma das primeiras organizações no nosso país que foi criada com o intuito de salvaguardar as ruínas de um monumento nacional, a Ammaia. Tendo sido criada em 1997, a Fundação tem como objetivo principal a preservação e salvaguarda dos vestígios da cidade para além da prossecução de ações de ordem cultural, educativa, filantrópica e de promoção da investigação científica. A sua ação tem-se desenvolvido principalmente em Portugal, mas poderá eventualmente

estender-se a países que tenham sido abrangidos pelo Império Romano e a outros que tenham estado ligados por razões históricas a Portugal.

Uma vez que o Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural nos dá a possibilidade de realizar um Estágio numa instituição de cariz cultural, pensei automaticamente propor a realização desse estágio na Fundação Cidade de Ammaia. Acrescentando/associando ainda a esta ideia, o facto de poder apresentar os trabalhos realizados em forma de relatório e desta maneira ser avaliado e poder obter o grau de Mestre, bem como aplicar e pôr em prática muitos dos conhecimentos decorrentes das cadeiras do Mestrado.

3. A Fundação e o seu papel

A Fundação surgiu num período em que a sociedade portuguesa começava a estar mais desperta para os aspetos relacionados com o património, na mesma altura em que começou a surgir toda a problemática em torno das gravuras paleolíticas de Foz Côa. Enquanto instituição a Fundação é uma pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica que se rege pelos seus Estatutos e pela lei aplicável constante no código civil. Os objetivos estatutários da Fundação são a prossecução de ações de ordem cultural, educativa e filantrópica, bem como promover investigação científica, podendo também atuar na área social e na área do desporto. A sua ação tem-se desenvolvido principalmente em Portugal, mas poderá eventualmente estender-se a países que tenham sido abrangidos pelo Império Romano e a outros que tenham estado ligados por razões históricas a Portugal.

Embora os primeiros trabalhos arqueológicos de carácter científico na Ammaia se tenham iniciado em 1994, apenas em 1997 se constitui oficialmente a Fundação através de Escritura Pública a 27 de Novembro e posteriormente com alterações estatutárias decorrentes de alterações internas e mais recentemente no âmbito da Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012).

Fazem parte da Fundação diversas entidades públicas, como o Município de Marvão e as Universidades de Évora e de Lisboa e também algumas personalidades que desde o início acreditaram ser possível que uma Fundação de cariz privado mas de serviço público pudesse levar a bom termo tão auspiciosa tarefa para salvar um dos mais importantes vestígios da civilização romana existentes em Portugal.

Foi constituída legalmente por escritura pública a 27 de Novembro de 1997, no entanto, o início do seu papel como instituição cultural deu-se três anos antes, em 1994, vem prestando desde sempre relevantes serviços à comunidade onde se insere, através da promoção da cultura e da preservação do património histórico e arqueológico, embora o principal objetivo desde a criação da Fundação venha sendo a prossecução

dos trabalhos arqueológicos científicos na Ammaia e nas áreas envolventes da cidade romana, incluindo o seu território.

A Fundação é constituída pelos seguintes órgãos sociais, definidos estatutariamente, Conselho de Curadores, Conselho de Administração, Direção Executiva, Conselho Científico e Fiscal Único.

A Fundação Ammaia obteve a declaração de Utilidade Pública em 2010 (Despacho n.º 15694/2010), tendo sido posteriormente reconfirmado esse estatuto em 2013 (Despacho n.º 4887/2013).

4. A problemática da gestão do património arqueológico e o seu enquadramento legal

Em Portugal não é muito comum que uma instituição de cariz privado substitua o próprio Estado na resposta às suas atribuições relativamente à gestão do património arqueológico.

A Fundação Cidade de Ammaia será provavelmente uma das primeiras organizações no nosso país que surgiu após o 25 de Abril de 1974 com o intuito de salvar e preservar as ruínas de um “*monumento nacional*”, a cidade romana de Ammaia e a sua “vida” para além da ruína romana.

Reveste-se de grande importância para a sociedade que a própria Fundação demonstre a sua identidade e ao mesmo tempo o trabalho que tem desenvolvido ao longo da sua história, embora esta ainda seja breve atingirá a maioria formal durante o ano de 2015, mais propriamente no dia 27 de Novembro. No entanto, a sua ação real no “terreno arqueológico” já ultrapassou os vinte anos sempre a zelar por um bem patrimonial que é de todos.

Relativamente à gestão do património arqueológico propriamente dito e ao seu enquadramento legal, existe diversa legislação publicada em Portugal, tal como a Lei n.º 13/85 sobre o património cultural português, o Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de junho sobre o património cultural subaquático, pressupondo a compatibilização com as atividades em meio terrestre, de tal forma que a partir desta altura se autonomizou, tendo sido criado o Instituto Português de Arqueologia, criado pelo Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio, para a gestão da atividade arqueológica nacional, por sinal no mesmo ano do surgimento da Fundação Ammaia. Posteriormente, a anterior legislação foi alterada pela publicação da Lei n.º 19/2000, de 10 de Agosto, no ano seguinte, em 2001 é publicada a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural e revogou a Lei n.º 13/85, mantendo em vigor a Lei 19/2000.

Durante este período e até ao presente foram publicados diversos diplomas sobre o património arqueológico, objeto que melhor enquadra os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Cidade de Ammaia desde a sua criação, no entanto faremos apenas referência aos documentos legais mais importantes, começando pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos - Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de julho que posteriormente foi alterado pelo Decreto-Lei nº 287/2000, de 10 de novembro e mais recentemente em 2014 foi novamente publicado uma atualização do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos com o Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro. Não poderia deixar de referir o Decreto-Lei nº 1140/2009 de 15 de junho, que tem implicações diretas na atividade da Fundação, tendo em conta que esta norma aprovou o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados como é o caso da Ammaia e os projetos de conservação e restauro em curso nas ruínas como por exemplo a intervenção em curso na Porta Sul.

Ao averiguarmos os diversos documentos legais que foram elaborados desde a publicação da Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, é notório verificar a enorme quantidade de legislação que foi publicada nos últimos quarenta anos sobre o património cultural nas mais diversas formas, demonstrando que os aspetos mais importantes se prendem com a salvaguarda e valorização do património cultural como um elemento de identidade comum de um povo que deve ser preservado e promovido. No entanto, em relação às questões de responsabilidade legal, a legislação portuguesa apenas permite que seja um indivíduo nominalmente e não uma instituição a poder responder por um bem patrimonial, tendo em conta que a autorização para a direção de trabalhos arqueológicos é conferida a pessoas academicamente habilitadas e neste caso a Fundação funciona apenas como entidade enquadrante pelo facto de estatutariamente ter sido criada com o propósito de salvaguardar e valorizar a cidade romana de Ammaia com vista à divulgação e fruição pública do seu património e à sensibilização e educação patrimonial de todos.

5. Plano/Descrição das tarefas de gestão patrimonial executadas no decurso do estágio

Para a execução deste estágio foi delineado um plano com diversas atividades que poderiam ser desenvolvidas ao longo do período de estágio, para isso foi fundamental o conhecimento sobre a Fundação e a cidade romana de Ammaia. Este plano pretendeu elencar as várias tarefas de gestão patrimonial relacionadas com a gestão desenvolvida no campo arqueológico da cidade romana de Ammaia e realizados no âmbito das atribuições da administração da Fundação, tais como:

Descrição das tarefas administrativas relacionadas com a atividade da Fundação e relacionamento com os seus curadores. Pesquisa e consulta de programas de financiamento nacionais e internacionais. Preparação e apresentação de projetos a concursos em programas de financiamento e de reconhecimento cultural. Apoio e preparação de eventos relacionados com a Fundação e o museu. Descrição de tarefas a realizar no âmbito do desenvolvimento de trabalhos de conservação e restauro de estruturas arqueológicas da cidade romana. Apoio ao laboratório de conservação e restauro nas suas múltiplas atividades. Preparação do “Manual de Procedimentos” da Base de dados *In Patrimonium* que vai albergar toda a informação criada e gerada na Ammaia.

6. Os aspetos mais relevantes, as atividades:

Explicação dos diversos trabalhos de gestão corrente realizados no âmbito das atribuições da administração da Fundação e questões de gestão do campo arqueológico nas suas várias vertentes.

As atividades da Fundação:

Execução de tarefas relacionadas com a gestão desenvolvida no campo arqueológico da cidade romana de Ammaia durante o estágio. Neste capítulo serão enumeradas e expostas as diversas tarefas/trabalhos relacionadas com a gestão corrente da instituição, no âmbito das atribuições da Fundação e do campo arqueológico, nomeadamente a descrição das tarefas administrativas relacionadas com a atividade da Fundação e relacionamento com os seus curadores, pesquisa e consulta de programas de financiamento nacionais e internacionais, preparação e apresentação de projetos a concursos em programas de financiamento e de reconhecimento cultural, apoio e preparação de eventos relacionados com a Fundação e o museu.

As atividades realizadas no campo arqueológico da Ammaia

Descrição de tarefas a realizar no âmbito dos trabalhos de escavação e de conservação preventiva das estruturas arqueológicas que constituem o campo arqueológico da cidade romana de Ammaia. Participação em reuniões de coordenação técnica e científica, descrição de tarefas a realizar no âmbito do desenvolvimento de trabalhos de conservação e restauro de estruturas arqueológicas da cidade romana, apoio ao laboratório de conservação e restauro nas suas múltiplas atividades. Consulta de manuais de funcionamento do programa de gestão de património *In Patrimonium* da Sistemas de Futuro, preparação do “Manual de Procedimentos” da base de dados que vai albergar toda a informação criada e gerada na Ammaia.

Em face da diversidade de solicitações normalmente feitas à Fundação poderão surgir algumas tarefas que não foi possível prever a sua realização previamente à elaboração do programa de relatório de estágio.

7. Estrutura do relatório

No primeiro capítulo apresentarei uma breve síntese de enquadramento geográfico e histórico da cidade romana de Ammaia, refletindo o conhecimento sobre a cidade romana. O segundo capítulo será composto por um texto com a história da Fundação Cidade de Ammaia e as várias problemáticas que decorrem do seu estatuto de Fundação. No terceiro capítulo apresentarei uma breve descrição do edifício da Quinta do Deão e das obras de reabilitação e adaptação a museu, para além da apresentação das salas de exposição existentes. No quarto capítulo descreverei os vários passos que levaram à criação do laboratório de conservação e restauro da Fundação Ammaia e a necessidade de conservar e salvaguardar os bens arqueológicos da cidade. O quinto capítulo compreenderá a apresentação e descrição das tarefas que foram executadas no campo arqueológico da Ammaia no decurso do estágio. O sexto capítulo corresponde à apresentação de propostas relacionadas com a gestão do campo arqueológico.

8. Apresentação de considerações finais

Os trabalhos de gestão desenvolvidos na Fundação Cidade de Ammaia têm características próprias relacionadas com a instituição e a sua estrutura física e humana. A preservação do património histórico e arqueológico não só implica os objetivos imediatos de proteção e restauro, se não também o da sua rentabilização através da valorização de que foi alvo, isso significa desenvolvimento económico, a conservação e preservação são uma aposta segura no futuro.

Recuperar património não é um gasto mas sim um investimento e poderia ser considerado em zonas de baixa densidade como a nossa, como o motor/alavanca de desenvolvimento necessário para inverter a tendência negativa de refluxo populacional e cativar a massa crítica tão necessária ao crescimento da região.

A elaboração de um plano estratégico para a Fundação e a Ammaia, será um dos objetivos mais importantes da vida da instituição. Esse plano sumará toda a atividade, abordando pontos como a estratégia, o lugar da Ammaia no “mundo romano”, outros sítios de relevante interesse, os fatores críticos de sucesso, a análise económico-financeira, investimentos, gastos, financiamentos, entre outros. Este planeamento será de extrema importância para o sucesso do projeto, uma vez que é fundamental que a instituição planeie as ações a realizar e delinear estratégias a seguir.

A capacidade de planeamento e de empreender possíveis cenários serão fundamentais nesta fase, para que consiga determinar quais os recursos necessários à implementação do projeto, assim como para a sua posterior captação de financiamento.

Por último, a Fundação deverá incentivar pessoas de todas as idades e diferentes escolaridades a enriquecer o seu presente e futuro aprendendo com o passado. A nossa paixão é preservar e partilhar o legado que a arqueologia nos dá sobre a história romana. A Ammaia deverá servir para os turistas verem, mas também como um monumento onde as pessoas podem vir e participar de forma ativa nos trabalhos de investigação histórica e arqueológica.

Capítulo I

A Cidade Romana de Ammaia

As ruínas da cidade romana de Ammaia localizam-se em pleno Alto Alentejo no coração do Parque Natural da serra de S. Mamede, na confluência de dois vales férteis, o vale da Aramenha e o vale do Porto da Espada, um sítio muito aprazível, abrigado dos ventos e rico em recursos hídricos. Trata-se sem dúvida de um dos mais importantes sítios arqueológicos do período romano existente em Portugal, com as coordenadas geográficas Long: 39º 22' 09"; Lat: 7º 23' 17", com o registo CNS, Código Nacional de Sítio da base de dados Endovélico n.º 300, e no SIPA, Sistema de Informação do Património Arquitetónico com o n.º IPA.00001844, classificado como Monumento Nacional pelo decreto n.º 37:450, DG, 1ª Serie, n.º 129 de 16 de Junho de 1949.



FIGURA 1: O VALE DA ARAMENHA COM A AMMAIA EM PRIMEIRO PLANO.

Situada principalmente na margem esquerda do rio Sever, a maior concentração de vestígios reparte-se pela Tapada de Aramenha e Quinta do Deão, no lugar de S.

Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre, a área urbana da cidade contará com uma superfície de cerca de 25ha, no entanto a área total de vestígios estará dispersa por cerca de 100ha.

O projeto de intervenção e investigação teve o seu início em 1994 com o desenvolvimento de escavações arqueológicas em várias áreas da cidade, zona da Porta Sul, área das Termas, área do Fórum, zona urbana que se encontra sob o edifício do atual espaço museológico e na área do atual parque de estacionamento. Estas escavações permitiram recolher uma enorme quantidade de espólio arqueológico de época romana que pode parcialmente ser visto no museu da Ammaia e que retratam o *modus vivendi* dos *amaienses*.

O “Estado da arte”

No que diz respeito ao conhecimento atual sobre as ruínas da cidade de Ammaia, não existem até ao momento, vestígios de ocupação anterior à chegada dos romanos na área que atualmente configura o espaço da cidade. A Ammaia terá sido fundada em finais do séc. I a.C., coincidente com início do Império, provavelmente aquando da fundação de *Augusta Emérita*, no último quartel do séc. I a.C., durante o reinado de Augusto (30 a.C. - 14 d.C.), fazendo parte dos planos de romanização e urbanização da atual Extremadura espanhola e do Alentejo.

Através da epigrafia, sabemos que em 44 ou 45 d.C. (IRCP N.º 615)¹, governando o imperador Cláudio, *Ammaia* já detinha o estatuto de *civitas*, não sendo de excluir que a obtenção deste estatuto pudesse ser anterior, recuando até ao reinado de Tibério (14-37 d.C.) ou mesmo de Augusto².

Uma inscrição dedicada ao imperador Lúcio Vero (161-169) pelos MVNICIP(es) AMMAI(enses), datada de 166 d.C., comprova que a *civitas* obteve a dada altura o estatuto de *municipium* e a consequente administração de um vasto território (IRCP N.º 616)³. As hipóteses sobre a cronologia desta atribuição, vão desde o imperador Cláudio,

¹ Encarnação (1984), N.º 615, pp.676-677.

² Encarnação (1984), N.º 615, pp. 676-677; Guerra (1996), pp. 21-22

³ Encarnação (1984), N.º 616, p. 678.

em 47 ou 48 d.C., a Galba, em 69 d.C. ou até mesmo Vespasiano, em 74 d.C., através do célebre édito deste imperador, sendo mais credível que a obtenção do estatuto fosse flaviana⁴.

A cidade terá atingido o seu auge durante os séculos II e III d.C. e durante o séc. IV terá prevalecido como a principal unidade urbana da região, provavelmente ao longo do séc. V, deverá ter-se iniciado o seu processo de declínio e degradação.

Terá sido entre os finais do séc. IV, inícios do séc. V que ter-se-á iniciado o processo de ocupação e adulteração dos espaços públicos, reflexo da ineficácia da administração municipal *ammaiense* e do próprio poder imperial. Neste período de declínio terão sido erigidas uma série de construções grosseiras e de má qualidade, em edifícios ou espaços urbanos, nomeadamente no *Forum*, na entrada principal da cidade (Porta Sul) e na área urbana que jaz sob o atual museu. Nestes locais as escavações arqueológicas permitem verificar profundas alterações na tipologia construtiva em curso com o sucessivo aproveitamento de elementos arquitetónicos e a ocupação de espaços que até então não tinham sido ocupados, como por exemplo o adossamento de estruturas habitacionais à muralha romana. Neste contexto, terão sido igualmente remodeladas muitas áreas habitacionais, a comprovar pelo que se passou na área do Edifício da Quinta do Deão. A cidade conviveu ao longo de cinco séculos com a administração e a cultura romana, perdurando estas até meados do séc. VI, altura em que as invasões bárbaras, nomeadamente a ocupação visigoda, teriam posto fim à administração romana.

As escavações arqueológicas em curso ainda não revelaram provas concludentes sobre as causas que motivaram o abandono da cidade. Sem um sinal evidente, existem lendas locais que nos referem um dilúvio, uma possível catástrofe natural que provocou um mar de terra e lama, inundando parcialmente a cidade, uma outra conta que foi um terramoto que terá destruído a cidade. O abandono da cidade terá eventualmente ocorrido em finais do séc. VI, no entanto, será mais credível que este processo fosse gradual e não provocado por qualquer cataclismo, ou pressão militar no âmbito das invasões bárbaras, pelo menos a atender pelos dados atuais⁵.



FIGURA 2: INSCRIÇÃO MVNICIPIVM (IRCP Nº 616)

⁴ Guerra (1996), pp. 27-28; Mantas (2000), p.412.

⁵ Relatórios de trabalhos arqueológicos na cidade Romana de Ammaia 1994-2012.

No séc. IX o muladi Ibn Marwan intitulava-se senhor da "*Ammaia, a das ruínas*"⁶, fazendo supor que nesse momento a cidade já estaria abandonada e em ruínas, podemos no entanto questionar o significado de "ruínas", se realmente significaria deserta e em ruínas, ou estaria maioritariamente em ruínas com principal destaque para os edifícios e espaços públicos da cidade. O facto de Ibn Marwan se ter refugiado na Ammaia significará sem dúvida que a cidade ainda teria neste período uma população residente capaz de "acolher e defender" tão importante personagem da história de Ammaia e Marvão. Por outro lado, o abandono da cidade na Alta Idade Média parece ser uma realidade e com exceção da referência de Ibn Marwan, até ao séc. XVI a cidade permaneceu adormecida e nunca apareceu referenciada.

Despida do poder e da glória de outros tempos, a cidade continuou a ser objeto de cobiça, mas apenas pelas cantarias e pedras que continha e que foram sendo reutilizadas em localidades próximas e noutras formas de povoamento rural. Só em pleno séc. XVI, com o movimento renascentista, a antiga urbe despertou, com o interesse de alguns humanistas como André de Resende e Frei Amador Arrais, que provavelmente visitaram e descreveram o que ainda era observável. O primeiro, tendo como base a inscrição da ponte de Alcântara identificou as ruínas da Aramenha com Medóbriga na sua obra de "*De Antiquitatibus Lusitaniae*".

No séc. XVII, Diogo Sotto Maior (1619), na sua obra "*Tratado da Cidade de Portalegre*", reconhece um pedestal dedicado a Lúcio Vero pelo município da Ammaia, na igreja do Espírito Santo em Portalegre, e partindo dessa epígrafe localizou erradamente a cidade romana em Portalegre⁷.

Em pleno séc. XVIII (1710) ocorre um episódio lamentável, que foi a desmontagem e transporte do arco ou porta da Aramenha para a praça militar de Castelo de Vide, a mando de Manuel Azevedo Fortes, governador daquela praça. Este portal ficaria na memória popular como "a porta da Aramenha" e seria irremediavelmente destruído já nos finais do séc. XIX, em favor do alargamento da rua e da construção de um asilo, nas proximidades.



FIGURA 3: ARCO DA ARAMENHA, CASTELO DE VIDE (CERCA DE 1890)

⁶ Sidarus (1991), pp.13-26.

⁷ Sotto Maior, Diogo Pereira de (1619), *Tratado da Cidade de Portalegre*.

Em meados do século XIX (1852) um autor espanhol, D. José de Viu⁸, refere a venda de vinte estátuas e outros fragmentos em mármore, para Inglaterra, conforme transcrição: “... *Meidobriga se hallaba dentro del actual Portugal, una legua adentro en el sitio que hoy se llama San Saldo var en el delicioso prado de Marvan, sobre la orilla izquierda del Sever. Todavía se conservan ruinas romanas; pero puede inferirse lo que sería esta ciudad, considerandose que en lo que va del presente siglo han sido estraidas á Inglaterra mas de veinte estátuas de muy grande mérito entre muchas mutiladas y de otros preciosos restos. ...*”. “... *Esto escandaliza; pero mas aun nos há Encolerizado el ver*



FIGURA 4: ESTÁTUA DE BRITANICUS, MUSEU DE AMMAIA

una magnífica estátua consular da mas que tamaño regular, servir de mascarón para arrojar el agua ...”.

Infelizmente desconhecemos o contexto e o destino exato dessas peças escultóricas, no entanto, temos uma ideia que poderá ser plausível e que nos remete para que possa ter sido George Robinson, que nesse mesmo período instalou na cidade de Portalegre a fábrica de produtos de cortiça Robinson Bros⁹. Nos últimos anos foram feitas algumas diligências com alguns museus britânicos, no sentido de identificar algumas dessas esculturas, mas ainda não obtivemos qualquer pista ou informação concreta sobre o assunto.

Nos inícios do séc. XX, resultado da amizade entre Leite de Vasconcelos e António Maçãs, comprovada por correspondência iniciada em 1913, foram recolhidas e adquiridas pelo segundo mais de cem peças, entre as quais destacamos: pratos, taças e bilhas em cerâmica comum; taças de *terra sigillata*; *lucernae*; pequenos púcaros e potinhos de cerâmica comum; taças, lacrimários e garrafas em vidro, entre outros. Posteriormente, algumas delas foram embaladas e despachadas para Lisboa, chegando deste modo às mãos de Leite de Vasconcelos. A atestar pela correspondência entre ambos, as peças teriam resultado, maioritariamente, da violação de uma das necrópoles da cidade, apesar de não se conhecer qualquer registo ou informação sobre o contexto de tal "escavação". António Maçãs recolheu uma das inscrições, a dedicada ao GENIO OPPID[*I*] CONSTITVT[*I*] (IRCP N.º 604)¹⁰ e deu conhecimento a Leite de Vasconcelos da inscrição dedicada ao Imperador Cláudio I, pela CIVITAS AMMAIENSIS (IRCP N.º 615), que permitiu solucionar

⁸ Viu, D. José (1852)

⁹ Informação cedida por Laetitia Frazier, descendente da família Robinson.

¹⁰ Encarnação (1984), N.º 604, pp. 667-668.

o problema da localização da Ammaia, em São Salvador da Aramenha, Estas epígrafes encontram-se depositadas no Museu Nacional de Arqueologia.

Como já foi referido anteriormente, em 1949 surge a classificação da cidade romana como Património Nacional, pelo decreto n.º 37:450, sem que daí resultasse qualquer medida de proteção ou valorização efetiva, permanecendo esquecida por mais quarenta anos e apenas em 1994, com a aquisição da maior parte dos terrenos pelo Eng.º Carlos Melancia se pôs fim à destruição deste património. Findaram a venda de pedra, cantarias e silhares, que se foram espalhando um pouco por todo o concelho, bem como o comércio de objetos aí encontrados durante os trabalhos agrícolas.

As escavações arqueológicas e os projetos científicos realizados

Em relação aos vestígios da cidade romana de Ammaia farei uma descrição das zonas descobertas até ao momento. Tudo começou em 1994 com o início das primeiras sondagens arqueológicas no edifício da quinta e na área sul da propriedade, junto à Quinta da Azenha Branca. Posteriormente em 1995 deu-se início às primeiras campanhas arqueológicas com metodologia científica que foram dirigidas pela Universidade de Évora e que se prolongaram nesta fase até 2007¹¹.

Desde o início das escavações foram vários os projetos científicos que decorreram na Ammaia, os trabalhos realizados inicialmente tiveram como objetivo principal verificar o estado de conservação das estruturas arqueológicas da cidade, foi neste período que se começaram as escavações arqueológicas junto à Porta Sul, onde para além da entrada na cidade foi possível identificar parte da estrutura defensiva e uma grande praça pública que ladeava simetricamente a principal rua da cidade (*cardus maximus*) que atravessa a área urbana no sentido sudeste-noroeste ligando a entrada ao coração da cidade, o *Forum*.



FIGURA 5: PORTA SUL, ENTRADA MONUMENTAL NA CIDADE DE AMMAIA

¹¹ Relatórios de trabalhos arqueológicos na cidade Romana de Ammaia 1994-2012.

Na área do Fórum, composto por um conjunto monumental de edifícios, procedeu-se inicialmente à limpeza do *podium* do templo ainda aí existente, a que se seguiu a implantação de diversas sondagens destinadas a definir os limites da plataforma artificial que envolve o templo, correspondente a toda a área do *Fórum*, estas sondagens permitiram revelar os limites NE, NO e SO da estrutura porticada do *Forum*.



FIGURA 6: PODIUM DO TEMPLO FÓRUM

Também nesta época, em 1999, foi possível iniciar os trabalhos arqueológicos numa área junto à estrada nacional (EN359), onde se detetaram vestígios que correspondem a um importante edifício termal público onde se descobriram duas *natatios* e diversos compartimentos pertencentes às termas.

Para além destas áreas foram também realizadas intervenções no edifício da Quinta do Deão onde se localiza atualmente o museu da cidade romana de *Ammaia* e na zona envolvente, onde se localizam atualmente os parques de estacionamento para os visitantes. Os trabalhos arqueológicos aqui realizados, permitiram adaptar a edificação a espaço museológico, tendo sido descobertas diversas estruturas arqueológicas de época romana que se encontravam sob o atual museu, no local do parque, foi posta a descoberto, parte da muralha romana e o embasamento de um possível *castellum aquae* (Torre/Depósito de Água), para além de estruturas em negativo escavadas na rocha (canais, fosso). Nos primeiros anos a quase totalidade das escavações realizadas tiveram carácter de emergência e de minimização com vista à reabilitação dos antigos edifícios da Quinta do Deão, bem como outras áreas de apoio aos investigadores, tais como gabinetes de trabalho, o laboratório de conservação e restauro e o depósito de materiais arqueológicos.

Inicialmente, entre 1994 e 2007 os trabalhos arqueológicos realizados na *Ammaia* foram apenas desenvolvidos por meios convencionais de escavação, no entanto, a partir de 2008 a *Ammaia* dá um importante passo no conhecimento dos seus vestígios e da sua importância enquanto sítio arqueológico a nível nacional e internacional. A partir desta data foram candidatados vários projetos científicos que permitiram a aplicação de técnicas e tecnologias inovadoras, até então pouco conhecidas em Portugal.

Em 2008, foi apresentada na União Europeia, às Ações Marie Curie, uma candidatura relativa a um projeto científico liderado pela Universidade de Évora e coordenado pela Professora Cristina Corsi (CIDEHUS-UE), o projeto Radio-Past. Este

projeto foi aprovado e decorreu na Ammaia entre Abril de 2009 e meados de 2013 e teve por principal objetivo o levantamento dos vestígios da cidade por métodos não invasivos, nomeadamente, métodos geofísicos (Magnetometria, Resistividade elétrica e GPR) e recriação 3D. Os trabalhos foram desenvolvidos por um consórcio internacional composto por 7 parceiros, 4 universidades (Universidade de Évora (Portugal), Universidade de Gent (Bélgica), Universidade de Ljubljana (Eslovénia), a British School at Rome (Reino Unido) e 3 empresas privadas (7 Reasons, Media Agency (Áustria), Past2Present (Holanda), e Eastern Atlas (Alemanha))¹².

Durante esse mesmo período foi também apresentada pelo Professor Frank Vermeulen (CIDEHUS-UE), uma candidatura à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através da universidade de Évora, tendo sido aprovado o projeto “Ammaia, uma ação concertada de arqueologia. Ciências naturais e tecnologias aplicadas para contextualizar uma Cidade Romana”. Este projeto teve para além do CIDEHUS outros parceiros, o laboratório Hercules da Universidade de Évora e o Instituto Superior Técnico de Lisboa através do Instituto de Sistemas e Robótica.

Mais recentemente, entre 2013 e 2015 decorreu também na Ammaia um programa científico denominado IMAGOS que era composto por dois projetos complementares, o APOLLO e o LARES que foram candidatados a fundos FCT no âmbito QREN pelo Laboratório Hercules da Universidade de Évora e que permitiram realizar novas análises laboratoriais sobre diferentes tipologias de materiais (cerâmica, vidro, metal), bem como, adquirir equipamentos com vista à prossecução de novos estudos na cidade de Ammaia. Globalmente, o IMAGOS foi dirigido pela Professora Cristina Dias e os dois projetos foram coordenados pelos Professores António Candeias (APOLLO) e José Mirão (LARES).

O projeto Radio Past

Radio-Past, ou radiografia do passado, foi um projeto científico que decorreu na Ammaia, local onde foi possível reunir vários parceiros académicos e privados, juntando os seus recursos para o desenvolvimento e integração de metodologias não destrutivas para compreender e valorizar sítios arqueológicos. Estes métodos procuram conhecer o solo e a sua estrutura, com vista a limitar a intervenção destrutiva, como é o caso da própria escavação.

Esse conjunto de métodos inclui diferentes tipos de análise remota, nomeadamente a geofísica baseada no terreno, o registo sistemático dos materiais de

¹² <http://www2.radiopast.eu/>

superfície, a análise de bases de dados GIS e a utilização de ferramentas de visualização e análise geomática e geomorfológica.

Este projeto teve como principal objetivo juntar recursos e diferentes competências para estudar de forma "não destrutiva" sítios arqueológicos, desde o trabalho de campo onde novas técnicas geofísicas puderam ser testadas, que implicou a recolha de dados e o seu tratamento digital em que a contribuição de especialistas em Tecnologias de Informação foi necessária para aperfeiçoar o software disponível, a interpretação e visualização dos resultados em formato 3D das evidências do subsolo com base científica e posterior apresentação ao público.

Relativamente aos resultados, a aplicação destes métodos na Ammaia, a sua análise e interpretação subsequente e a sua difusão através da recriação tridimensional ultrapassou em muito aquilo que se julgava existir na cidade até então.

Em virtude de a Ammaia ser um terreno quase "virgem", sem a sucessiva ocupação espacial ao longo dos séculos como acontece na maioria das cidades romanas da atualidade. Foi possível assim, programar todos os trabalhos ao longo do projeto, sem deixar de referir também as excelentes condições de logística concedidas pela Fundação Ammaia, bem para além dos recursos culturais e científicos existentes e da beleza natural da região, que fazem deste sítio o local ideal para um projeto desta envergadura.

Em termos tecnológicos, as metodologias geofísicas aplicadas cobriram todo o espectro técnico existente atualmente, desde a magnetometria, a resistividade elétrica e o GPR (Ground Penetrating Radar), e foram tecnicamente aplicadas de forma complementar.

Assim, foi possível fazer o levantamento geofísico magnético completo da Ammaia durante o período de 2009 a 2011, no entanto, todo este trabalho foi alavancado sem dúvida alguma com os resultados obtidos pelo método GPR (georadar) efetuados previamente no ano de 2008. Esta prospeção revelou-se muito bem-sucedida tendo evidenciado quase a totalidade das estruturas soterradas da área do Fórum, tais como a existência de uma praça frontal ao templo, de uma basílica no

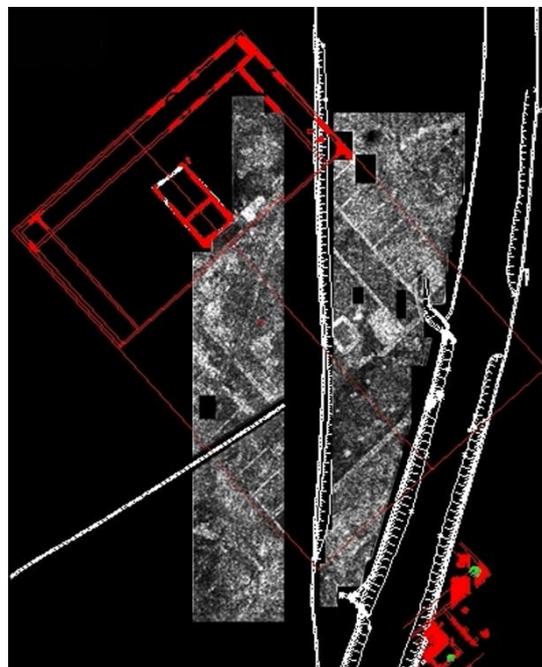


FIGURA 7: IMAGEM DOS RESULTADOS DO FÓRUM OBTIDOS POR GPR (GROUND PENETRATING RADAR), PROJETO RADIO-PAST

topo em frente ao templo e a existência de um pórtico que envolvia toda o espaço, incluindo a existência de diversas estruturas que representam as antigas *tabernae*, na zona frontal à praça, dez de cada lado. Devido ao detalhe evidenciado, foi possível inclusive recriar tridimensionalmente as paredes existentes, verificar a sua altura e a que profundidade se encontram e conseguimos definir corretamente as dimensões do complexo monumental do Fórum.

As primeiras campanhas de magnetometria iniciaram-se em junho de 2009 e prolongaram-se até setembro de 2010. A equipa de campo foi apoiada pelos técnicos da Fundação na preparação e levantamento topográfico de toda a área da cidade.

Nestes trabalhos de geofísica magnética foi utilizado um gradiómetro fluxgate, tipo Bartington Grad601-2. A prospeção foi realizada de forma sistemática em toda a área da cidade romana, incluindo em quase todos os terrenos dos proprietários confinantes nas áreas a norte e a sul da Quinta do Deão. O levantamento geofísico decorreu muito bem, permitindo a localização e mapeamento de muitas estruturas ainda enterradas. A natureza



FIGURA 8: PROSPEÇÃO MAGNÉTICA JUNTO AO FÓRUM (GRADIÓMETRO)

variável dos depósitos em toda a área forneceu contraste nos resultados magnéticos da leitura, indicando a presença de paredes, pórticos, pátios e espaços públicos. Os resultados mostram claramente como a cidade foi construída de forma regular, com base numa série de ruas paralelas e perpendiculares, dividindo e ligando os espaços públicos, o Fórum, as Termas, a Porta Sul, as áreas residenciais (*insulae*) e zonas comerciais (ruas, oficinas, lojas...).

Nas áreas extramuros, procedeu-se também ao levantamento de várias zonas na vizinhança da propriedade da Fundação, mas em espaços que estavam livres de qualquer cultivo, não tendo sido possível prospetar completamente toda a envolvente. No entanto, foi possível verificar a existência de zonas com elevado potencial de existência de estruturas construtivas de período romano e de outras épocas históricas, neste mapeamento apareceram vestígios de diferentes traçados viários de acesso à cidade e de locais de enterramento antigo (cemitérios) a norte e a sul da área urbana.

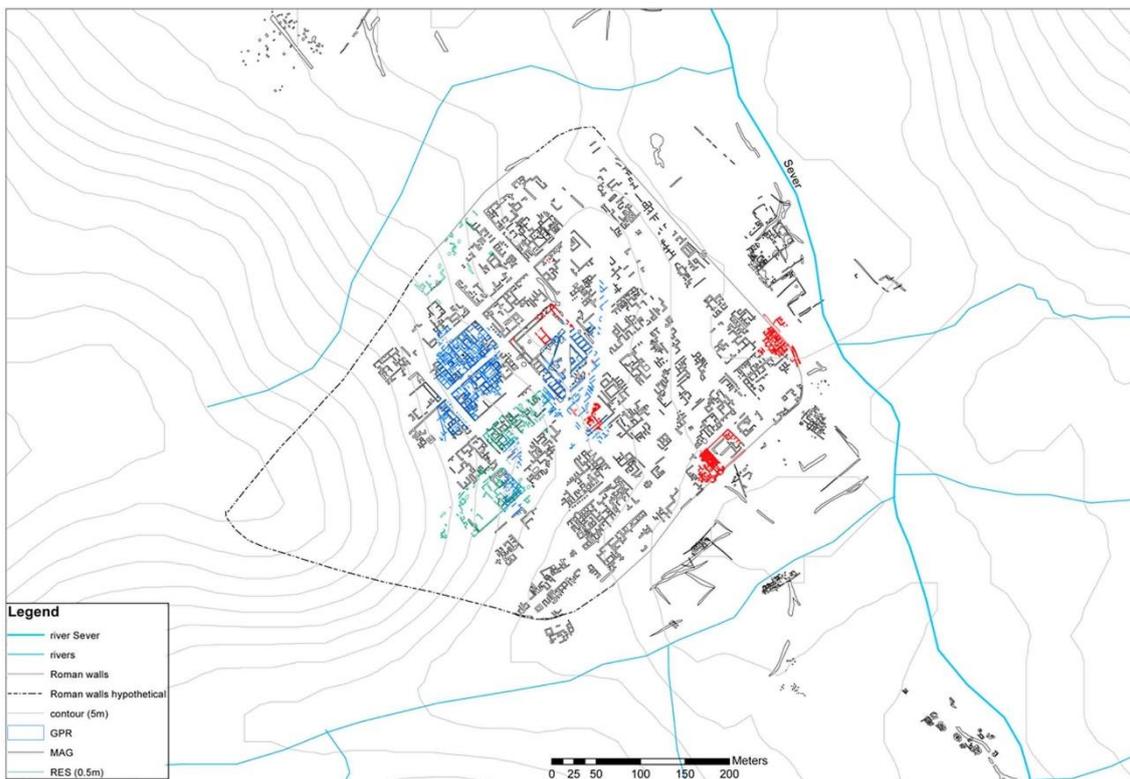


FIGURA 9: PLANTA COM RESULTADOS PROSPEÇÃO GEOFÍSICA DA AMMAIA E ÁREAS EXTRAMUROS, PROJETO RADIO-PAST

Após a interpretação dos dados recolhidos através das metodologias geofísicas e da sua articulação com os resultados das escavações arqueológicas direcionadas efetuadas no mesmo período, foi necessário visualizar as imagens desses dados de modo a permitir efetuar uma análise mais aprofundada e a viabilidade da sua divulgação. Para trabalhar e aperfeiçoar a visualização dos conjuntos de dados recolhidos na Ammaia através destes métodos não invasivos, foi estabelecida uma estreita colaboração entre os investigadores que conduziram a prospeção de campo e os especialistas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da empresa austríaca 7Reasons, cujo portfólio inclui diversos trabalhos por toda a Europa (Áustria, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Itália, Grécia, etc...).



FIGURA 10: VÁRIOS CENÁRIOS DE RECONSTITUIÇÃO TRIDIMENSIONAL DA PORTA SUL DA AMMAIA (M. KLEIN 7REASONS) PROJETO RADIO-PAST

Nesta especialidade, o desafio foi o de permitir que o espectador, seja ele um especialista ou o público em geral, compreenda os vestígios ainda existentes que permanecem soterrados para que possam ser “vistos, ainda que invisíveis”. Neste sentido, as reconstituições tridimensionais são um meio de divulgação e ao mesmo tempo um instrumento de investigação, uma vez que permitem experimentar o espaço tridimensional em termos arquitetónicos e ao mesmo tempo ver o local ou estrutura representada.

O processo de reconstrução começou com a recolha de informação sobre a topografia do terreno, observando os vestígios ainda de existentes acima da superfície e convertendo todos os dados existentes para um formato passível de trabalhar digitalmente. Todo este trabalho foi desenvolvido com a orientação científica da equipa técnica e, através de estudos comparativos, foram desenvolvidas tipologias de construção posteriormente integradas no modelo existente.

A interpretação dos dados em bruto (*raw data*) serviu de base ao modelo da planta urbana, onde foi delineado o plano de ruas da cidade. Os limites dos principais sectores de habitação foram definidos através da localização da presença de áreas abertas, tais como pátios, átrios e praças.



FIGURA 11: RECONSTITUIÇÃO TRIDIMENSIONAL DO FÓRUM (M. KLEIN 7REASONS) PROJETO RADIO-PAST

A primeira abordagem a uma possível ordem arquitetónica foi efetuada com um conjunto de elementos modulares, inseridos num programa de computador (Real Engine) com editor em tempo real e a partir do qual o técnico especializado pode escolher os itens pretendidos. Depois, estes “módulos” foram colocados no modelo de terreno digital que foi mapeado com base na interpretação dos resultados geofísicos. Esta abordagem modular acabou por revelar-se muito eficaz

pois permitia que cada interveniente, devidamente credenciado, pudesse dar a sua opinião sobre determinado módulo em “construção” e, conseqüentemente, conseguiu-se definir o modelo de representação de cada estrutura arquitetónica estudada cientificamente.

Neste ponto, foi dada especial atenção à reconstrução dos edifícios públicos mais notáveis da Ammaia, tais como a Porta Sul e o Fórum, bem como a definição da volumetria que o casco urbano da cidade poderia ter no período romano¹³.

O projeto FCT, “Ammaia, uma ação concertada de arqueologia. ...

A ideia central deste projeto “Ammaia, uma ação concertada de arqueologia. Ciências naturais e tecnologias aplicadas para contextualizar uma Cidade Romana” consistia na elaboração de um programa de investigação conjunta entre duas instituições portuguesas de ensino superior, o CIDEHUS e o Laboratório Hercules da Universidade de Évora e o Instituto de Sistemas e Robótica do Instituto Superior Técnico, atualmente pertencente à Universidade de Lisboa (Ref.ª FCT- PTDC/HIS-ARQ/103227/2008). Esta conjugação de esforços foi efetuada no intuito de estudar a cidade romana de Ammaia, através de uma ampla série de métodos decorrentes da pesquisa histórico-arqueológica, e das tecnologias aplicadas nas ciências naturais. O plano de investigação consistia em três grandes abordagens, reunindo trabalhos dos diferentes intervenientes e envolvendo a colaboração de uma rede externa de parceiros estrangeiros no âmbito do projeto Radio-Past, que contribuíam em aspetos específicos da investigação.

A primeira abordagem foi efetuada na tentativa de mapear parte da área urbana da cidade, usando as melhores tecnologias de prospeção não invasivo (GPR, Georadar) e levantamento arqueológico remoto (LiDaR).

A segunda abordagem incluiu uma série de análises dos elementos do solo, essencialmente através de trabalho geo-arqueológico de campo,

para obter informação estratigráfica precisa do sítio e das suas estruturas e para verificar e testar os dados obtidos pela prospeção geofísica.



FIGURA 12: DRONE - LEVANTAMENTO LIDAR, PORTA SUL, INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO - ISR

¹³ VV.AA. (2013) – *Ammaia a Roman town in Lusitania*.

A terceira abordagem envolveu o estudo em materiais arqueológicos encontrados nas escavações, especialmente os que se inserem nas categorias de argamassa, vidro e pedra, através de diversas análises laboratoriais para que possam fazer luz sobre a exploração local e regional do território da cidade romana e em diferentes aspetos da vida romana.

O objetivo principal do projeto foi o de compreender melhor a romanização e o urbanismo antigo em Portugal, mas também melhorar, desenvolver e aplicar métodos arqueológicos interdisciplinares, para difundir e utilizar em contextos nacionais e internacionais.

No âmbito deste projeto, o Instituto de Sistemas e Robótica do Instituto Superior Técnico (Lisboa, Portugal) procurou desenvolver um pequeno helicóptero robotizado autónomo para executar levantamentos tridimensionais de alta precisão em estruturas existentes e na topografia do sítio.

O sistema LiDAR aplicado forneceria coordenadas através de um recetor GPS e dos sensores inerciais do helicóptero usado para o levantamento, a par da informação altimétrica gerada pela leitura do laser *scan*. No seu conjunto, constitui um modo eficaz de aquisição de informação precisa em 3D sobre as características naturais e/ou antropogénicas da paisagem. As principais vantagens deste sistema face a métodos de prospeção mais convencionais residem na elevada precisão dos dados recolhidos, no curto período de tempo necessário

para sondar áreas bastantes extensas e no baixo custo por unidade de área, sobretudo se comparado com métodos manuais tradicionais de aquisição de dados (via GPS ou estação total). As leituras LiDAR fornecem uma enorme quantidade de pontos de dados que resultam em nuvens de pontos com informação rica e complexa. O objetivo era o de



FIGURA 13: DRONE - LEVANTAMENTO LIDAR, TEMPLO, FÓRUM, INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO - ISR

produzir conjuntos de dados precisos com uma resolução espacial topográfica de pormenor e imagem muito apurada, na tentativa de testar a utilidade deste tipo de abordagem com o propósito de recuperar dados relacionados com elementos micro topográficos e imagens indeléveis não visíveis a olho nu de vestígios arqueológicos. Foram tiradas algumas fotografias aéreas de baixa altitude e efetuados ensaios com um balão de hélio sobre a área urbana da cidade romana que permitiram fazer algum mapeamento detalhado dos elementos existentes à superfície, mas não se conseguiu

“levantar” toda a sua extensão. Infelizmente a maioria desses resultados não puderam ser observados aguardando-se ainda que sejam disponibilizados para serem devidamente tratados e confirmar se de facto é possível identificar algum tipo de anomalia na topografia da cidade coincidente com eventuais vestígios da malha urbana. Para além destes trabalhos foram também realizadas análises laboratoriais em diferentes tipologias de materiais, toda essa pesquisa contou com o apoio do Laboratório Hercules, tendo sido possível apresentar diversos estudos científicos em distintas áreas, como foi o caso das argamassas, em que Inês Lemos Cardoso apresentou a tese “Cidade Romana



FIGURA 14: AMOSTRAS DE ARGAMASSA IN SITU, LABORATÓRIO HERCULES. UE

de Ammaia: estudo das argamassas” para obtenção do Grau de Mestre em Conservação e Restauro na Universidade Nova de Lisboa¹⁴. Outra das áreas de estudo foi o da análise das pastas da cerâmica comum da Ammaia, que permitiu ao Vítor Dias dar os primeiros passos na tentativa de definir as proveniências de fabrico de parte dos recipientes cerâmicos na sua tese de doutoramento, apresentada recentemente na Universidade de Évora¹⁵. Também, Devi Taelman que estudou a utilização dos materiais pétreos na cidade de Ammaia obteve alguns resultados analíticos sobre a proveniência destes materiais, tendo apresentado esses dados na sua tese de doutoramento apresentada na universidade de Gent, Bélgica¹⁶.

O programa IMAGOS

IMAGOS - Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics – Optimizing Strategies.

O programa IMAGOS foi candidatado pelo Laboratório Hercules da Universidade de Évora ao QREN no âmbito do InAlentejo, programa de financiamento promovido pela CCDRA e apoiado também pela FCT. Do IMAGOS, constam dois projetos complementares designados por APOLLO e LARES que em conjunto permitiram efetuar novos trabalhos de investigação que, em certa medida, complementaram parte dos trabalhos geofísicos iniciados na Ammaia com o projeto Radio-Past.

¹⁴ Cardoso, I. L. (2011).

¹⁵ Dias, V. S. (2014).

¹⁶ Taelman, D. (2012).

Estes projetos permitiram o desenvolvimento de uma rede de ciência aplicada ao património na região do Alentejo, integrando nesta parceria o Laboratório Hercules da Universidade de Évora, a Fundação Cidade de Ammaia, o Campo Arqueológico de Mértola e a Direção Regional de Cultura do Alentejo.

O projeto APOLLO

APOLLO - Archaeological and Physical On-site Labour - Lifting Outputs

No âmbito do projeto APOLLO foram realizados alguns testes de geofísica na cidade romana de Ammaia. A equipa do departamento de geofísica da Universidade de Évora procedeu à aplicação de metodologias de campo não destrutivas com os novos equipamentos de levantamento de medição magnética e de Geo-radar (GPR), de forma a avaliar a sua capacidade e o tipo de anomalias/resultados obtidos com o rastreio executado em campo. Posteriormente, esses dados seriam comparados com os resultados obtidos no âmbito do projeto Radio-Past de forma a “calibrar” tecnicamente as anomalias e interpretá-las de forma arqueológica. Com este projeto pretendeu-se adotar uma abordagem totalmente integrada, combinando atividades arqueológicas e geofísicas, análise química *in situ* e interpretação e integração da pesquisa com as ciências naturais e a gestão / conservação do património.



FIGURA 15: PROSPEÇÃO GEOFÍSICA GPR, PORTA SUL, LABORATÓRIO HERCULES. UE

De forma a responder a essa abordagem foram efetuadas na Ammaia duas escolas de Verão de arqueologia, “Summer Schools” nos anos de 2013 e 2014, com alunos das Universidades de Évora e Lisboa, onde puderam ter formação prática e teórica em arqueologia com investigadores de diferentes áreas científicas.



FIGURA 16: ESCOLA DE VERÃO DE ARQUEOLOGIA DE 2013, PROGRAMA IMAGOS

Para além da geofísica foram também realizados trabalhos de mapeamento da área da Porta Sul com utilização de um Laser Scan que permitiu fazer o levantamento integral das estruturas existentes, nomeadamente a torre oeste, de forma a verificar eventuais deslocamentos e fissuras ainda não visíveis a olho nu e eventual inserção desses dados no relatório de monitorização que estava a ser realizado.

Outra importante tarefa, foi a elaboração do relatório prévio relativo ao “Projeto de conservação e restauro das ruínas da cidade de Ammaia” por parte da Dulce Osório, técnica de conservação e restauro do Laboratório CR da Fundação Ammaia e bolseira da FCT. Este trabalho foi feito com o acompanhamento científico do Professor António Candeias



FIGURA 17: TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E RESTAURO DA TORRE OESTE, PORTA SUL

do Laboratório Hercules. Este processo teve o seu início em 2010 e começou pela análise do estado de conservação das ruínas da Ammaia com vista à elaboração de uma proposta de conservação e restauro. Os principais critérios que fundamentaram a proposta apresentada incidiram fundamentalmente no mau estado de conservação das estruturas arqueológicas, existindo mesmo o risco de colapso de algumas delas. Esse relatório prévio surge no sentido de alertar sobre a necessidade de intervir com urgência na salvaguarda e preservação do património arqueológico da Ammaia. A metodologia de estudo e análise de todo o contexto arqueológico e conservativo segue os princípios da conservação e restauro e as “Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitetónico” do ICOMOS. O levantamento do estado de conservação das ruínas abrangiu diversas ciências interdisciplinares transversais aos trabalhos de Conservação e Restauro de forma a obter um estudo mais rigoroso e científico sobre o sítio.

O projeto LARES

LARES - Laboratorial Archaeometric and Archaeological Research Engaging Sciences

Complementarmente, o foco do projeto LARES esteve centrado no estudo dos artefactos arqueológicos e ecofactos, aplicando uma abordagem multidisciplinar que permitiu, por um lado, desenvolver novas metodologias e capacidades de investigação

nas áreas de arqueometria, ciências da vida, conservação e restauro, arqueologia e história e, por outro, para contribuir para o conhecimento de objetos e técnicas de antigas populações que viveram nesta região.

O território do Alentejo tem sido continuamente habitado desde tempos pré-históricos e o seu património arqueológico é reconhecido como um dos valores de maior interesse e potencial da região. Os sítios arqueológicos pré-históricos são abundantes na região, juntamente com diferentes tipos de povoamento do período romano (rurais e urbanos), posteriormente ocupados no período islâmico. Os instrumentos de investigação, os recursos humanos e os conhecimentos obtidos pelo projeto irão futuramente ajudar a desbloquear e a desenvolver o potencial de investigação existente dedicado aos estudos do património cultural, contribuindo para a valorização do património arqueológico do Alentejo.

Foi no âmbito deste projeto que foram desenvolvidos trabalhos de conservação e restauro no Laboratório da Fundação Ammaia que tem como principal objetivo a conservação e salvaguarda do espólio arqueológico da cidade romana de Ammaia, tendo por finalidade o seu estudo em diversas vertentes e a posterior exibição dos objetos na exposição do museu. Todas as intervenções têm por base os princípios da intervenção mínima, a reversibilidade e compatibilidade de materiais e técnicas com o objetivo de assegurar a integridade física das estruturas e dos materiais arqueológicos, evitando a sua perda ou deterioração. Para além disso, foram também realizados estudos analíticos nas peças de vidro romano provenientes da Ammaia mas que fazem parte das coleções do Museu Nacional de Arqueologia.

Os estudos referidos anteriormente foram efetuados no âmbito do protocolo de colaboração assinado entre a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e a Fundação Cidade de Ammaia, com vista à realização no museu da Ammaia de uma exposição temporária com parte dos objetos provenientes da cidade mas que fazem parte da coleção do MNA.

A exposição "*Ad Aeternitatem*. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia" foi inaugurada no museu da



FIGURA 18: APARELHO DE ANÁLISE, ESPECTROMETRIA DE FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X

cidade de Ammaia no dia 15 de Maio de 2015. Esta exposição temporária, com coordenação científica de José Carlos Quaresma e coordenação executiva de Sofia Borges, abrange 91 peças descobertas nos terrenos desta Cidade Romana, nas primeiras

décadas do séc. XX e que fazem parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Este importante número de objetos vem complementar e valorizar o espólio permanente do museu cidade de Ammaia e ajudar a perceber também rituais fúnebres praticados na época romana. Destes objetos faz parte uma excecional coleção de vidros, cerâmica comum, bem como moedas e algumas pedras de anel, prevendo-se que as peças fiquem expostas na Ammaia até final de 2016.

Capítulo II

História da Fundação Cidade de Ammaia

A Fundação Cidade de Ammaia foi constituída legalmente por escritura pública a 27 de Novembro de 1997. No entanto, o início do seu papel como organização cultural deu-se três anos antes, em 1994, sendo uma instituição de cariz filantrópico a sua criação foi delineada de maneira a desenvolver um projeto cultural de salvaguarda, congregando a preservação e a conservação do monumento. Este modelo de Fundação foi desde logo concebido como tendo por base fundamental a valência do ensino de arqueologia e da sua interdisciplinaridade, aliando a investigação e a divulgação/promoção deste importante monumento. Prova da implementação desta ideia foi a inclusão da Universidade de Évora como um dos promotores iniciais da criação da Fundação tendo-lhe sido atribuída desde o início a orientação científica dos trabalhos de investigação a desenvolver nas ruínas da cidade.

Desde o início da atividade da Fundação foi necessário adequar a sua ação de forma a preencher os requisitos legais de um sítio arqueológico classificado como Monumento Nacional que é “defendido e salvaguardado” legalmente de diversas formas. Estas questões legais obrigaram desde o início a que fossem solicitados diversos pedidos de parecer e de enquadramento, que permitissem o iniciar dos trabalhos de investigação e que começassem pela solicitação aos serviços culturais do Estado de uma autorização para se dar início aos trabalhos de escavação arqueológica, tendo sido necessária a definição e apresentação de um plano de trabalhos arqueológicos a desenvolver no sítio arqueológico, o qual foi posteriormente aprovado pelo instituto que tutelava à época a gestão do património arqueológico, o antigo IPPAR, que estava ligado ao Ministério da Cultura.

As ruínas da cidade romana de Ammaia foram classificadas como Monumento Nacional em 1949 através do Decreto 37:450, constituem, sem dúvida alguma, um dos mais importantes vestígios da civilização romana do Norte Alentejo e embora a área escavada ainda seja diminuta, é já possível aferir todo o seu potencial enquanto vestígio de cidade romana que não sofreu o contínuo assentamento urbano de diferentes épocas no seu próprio espaço. (ANEXOS 2 e 3)

Os trabalhos desenvolvidos inicialmente na Ammaia, a partir de 1994, prenderam-se sobretudo na avaliação do potencial do sítio arqueológico da Ammaia, através da realização de campanhas de escavação arqueológica com alunos da Universidade de Évora, que permitiram averiguar parcialmente o estado de conservação e a identificação de alguns dos vestígios e estruturas urbanas da cidade. A partir desta data, deu-se início à publicação de alguns artigos genéricos que descreviam sobretudo as áreas arqueológicas entretanto descobertas, nomeadamente a denominada Porta Sul, a área do *Fórum* e templo, e um edifício identificado como uma possível área balnear mas que se encontrava bastante destruída pela construção da EN359 que cortou de forma oblíqua a antiga cidade. Nestas publicações devemos também fazer referência a alguns textos que foram publicados pelo Professor Jorge de Oliveira que embora fossem anteriores ao início dos trabalhos de investigação na Ammaia, permitiam já antever parte dos antecedentes históricos deste sítio arqueológico, bem como alguma da problemática que a envolveu desde sempre.

Neste ponto particular, vou apenas referir “o erro ou engano” que terá levado a que os vestígios romanos existentes na freguesia de São Salvador de Aramenha em Marvão tenham sido confundidos com os vestígios da cidade de Medóbriga e, por seu turno, a cidade de Ammaia tenha sido inicialmente localizada na cidade de Portalegre. Este erro de identificação e localização prolongou-se por mais de quatrocentos anos e começou em pleno século XVI. Foi com o movimento renascentista que a antiga urbe despertou, com o interesse de alguns humanistas como André de Resende e Frei Amador Arrais, que provavelmente visitaram e descreveram o que ainda era observável. O primeiro, tendo como base a inscrição da ponte romana de Alcântara identificou as ruínas da Aramenha com Medóbriga. Posteriormente, no século XVII, Diogo Sotto Maior (1619), na sua obra "*Tratado da Cidade de Portalegre*", reconhece um pedestal dedicado a Lúcio Vero pelo município da Ammaia, na ermida do Espírito Santo em Portalegre, e partindo dessa epígrafe localizou erradamente a cidade romana em Portalegre. Finalmente, em pleno século XX a Ammaia é definitivamente localizada em 1932 graças ao trabalho do Professor José Leite de Vasconcelos. (Anexo 4)

No que diz respeito ao que foi escrito sobre a Ammaia ao longo do seu ainda curto tempo de vida, mas assente no seu objeto de investigação no terreno arqueológico, foram elaborados vários artigos de cariz científico que foram sendo apresentados em seminários e congressos perante a comunidade científica e outros artigos de âmbito mais geral, tais como boletins informativos e notícias em jornais e revistas com a finalidade de dar a conhecer a Ammaia e o seu projeto de investigação, ao público em geral.

Para além destes documentos, e decorrendo da obrigatoriedade que a legislação portuguesa impõe, as equipas técnico-científicas que desenvolveram os trabalhos arqueológicos na Ammaia, remeteram à tutela todos os relatórios de progresso com os detalhes de todos os trabalhos realizados entre 1994 e 2013. Nestes documentos foram apresentadas e descritas as áreas da cidade romana onde se realizaram as escavações arqueológicas desde que se iniciou o projeto científico em curso na Ammaia, que inicialmente foi coordenado pela Universidade de Évora e mais recentemente de forma partilhada com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No período entre 1994 e 2007, as escavações arqueológicas realizadas na Ammaia foram executadas por meios convencionais no terreno. Neste período foi possível à Fundação apresentar uma candidatura à CCDRA para obter o apoio de fundos europeus para recuperar o antigo edifício da Quinta do Deão e adaptá-lo a espaço museológico, tendo aberto ao público em 2001.

O museu possui na sua coleção parte do acervo arqueológico romano que pertencia ao Museu Municipal de Marvão e uma vasta coleção de artefactos que foram recolhidos nas escavações ao longo deste período, que foi ainda enriquecido com o empréstimo de parte da coleção de peças arqueológicas provenientes da Ammaia existentes no Museu Nacional de Arqueologia. Estas peças encontravam-se na reserva do MNA e assim puderam enriquecer o espólio do museu da Ammaia, com a apresentação de uma exposição temporária subordinada ao tema: Ammaia, Leite de Vasconcelos e António Maçãs.

Paralelamente aos trabalhos de escavação e de musealização, a Fundação procedeu à implantação de um Laboratório de Conservação e Restauro, tratando-se seguramente um dos mais bem apetrechados do país.

Após este período, entre 2008 e 2014 deu-se o início a uma nova fase no desenvolvimento do projeto científico, que alavancou exponencialmente o conhecimento sobre a cidade de Ammaia e que se deveu à introdução de novas metodologias. Os trabalhos arqueológicos passaram a ser realizados por métodos não invasivos e não destrutivos e foram efetuados no âmbito do projeto europeu das Ações Marie Curie denominado Radio-Past, que foi coordenado pela Professora Cristina Corsi (CIDEHUS-EU) e realizado entre 2008 e 2013. Para além da Universidade de Évora outras entidades contribuíram para a realização dos trabalhos científicos, compreendendo um consórcio entre empresas privadas e centros de investigação de algumas universidades europeias. Foi possível verificar os resultados obtidos pelos métodos não intrusivos, nomeadamente a prospeção geofísica e comprovar esses dados com a utilização de meios convencionais de escavação arqueológica, permitindo ainda a recriação

tridimensional da área urbana da cidade após a interpretação dos dados obtidos com a geofísica e a sua validação científica.

Nesse mesmo período foi possível ainda candidatar e executar um outro projeto científico financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), denominado *“Ammaia, uma ação concertada de arqueologia, ciências naturais e tecnologias aplicadas para contextualizar uma cidade romana”*, que decorreu na Ammaia e foi dirigido cientificamente pelo Professor Frank Vermeulen (CIDEHUS-UE), onde participaram diversos docentes e bolseiros da Universidade de Évora, do Instituto Superior Técnico e os técnicos ligados à Fundação Cidade de Ammaia.

Foi durante este período que se iniciaram os trabalhos no Laboratório de Conservação e Restauro da Ammaia. Este Laboratório tem realizado todos os trabalhos de conservação e restauro dos materiais arqueológicos encontrados na Ammaia, incluindo as próprias estruturas da antiga cidade e poderá futuramente ser aberto a outras entidades, quer para o desenvolvimento de trabalhos na área, quer em ações ligadas à formação, contando com a codireção do Laboratório Hercules da Universidade de Évora.

Mais recentemente, entre 2013 e 2015, a Fundação foi parceira nos trabalhos científicos desenvolvidos na Ammaia no âmbito do programa IMAGOS, que foi candidatado pela Universidade de Évora a fundos do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), e que foi dirigido pelo Laboratório Hercules, sendo composto pelos projetos APOLLO e LARES, conforme descrição efetuada anteriormente.

O objeto social da Fundação e os seus órgãos sociais

Tendo sido criada em 1997, a Fundação tem como objetivo principal a preservação e salvaguarda dos vestígios da cidade para além da prossecução de ações de ordem cultural, educativa, filantrópica e de promoção da investigação científica. A sua ação tem-se desenvolvido principalmente em Portugal, mas poderá eventualmente estender-se a países que tenham sido abrangidos pelo Império Romano e a outros que tenham estado ligados por razões históricas a Portugal

A Fundação foi instituída inicialmente por distintas entidades e personalidades que integravam o Conselho de Curadores da instituição, a saber: Carlos Montez Melancia, Município de Marvão, Universidade de Évora, Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino, Arménio Cortez de Carvalho, Limitada e ICN - Instituto de Conservação da Natureza em representação do Parque Natural da Serra de S. Mamede. Devido a algumas desistências e de questões de adequação à legislação o grupo inicial de entidades e individualidades foi sendo alterado no decurso da vida da instituição.

Em 1997 a Fundação possuía um conjunto de órgãos sociais diferente, nessa altura contava com o Conselho de Curadores, a Comissão Executiva, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

O Conselho de Curadores era constituído pelos fundadores propriamente ditos, instituições ou privados que acordaram a sua criação e participaram ativamente em todas as suas atividades. Este órgão diretivo tinha diversas atribuições, sendo de destacar: Garantir a manutenção dos princípios inspiradores da Fundação e definir a política geral de funcionamento e as orientações de investimento; Discutir, aprovar o balanço anual e as contas de cada exercício, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal; Designar, sob proposta da Comissão Executiva, os membros do Conselho Consultivo, por decisão tomada pela maioria de dois terços dos seus membros e eleger os membros da Comissão Executiva;

A Comissão Executiva da Fundação emanava do órgão diretivo anterior, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Curadores, podendo ter três ou cinco curadores, competindo-lhes a administração corrente da instituição. As atribuições desta comissão eram as seguintes: Definir a organização interna da Fundação, aprovando os regulamentos e criando as estruturas que entender necessárias, preenchendo os respetivos cargos; Delegar, por tempo determinado, em qualquer dos seus membros, o exercício de alguma ou algumas das suas atribuições; Elaborar o orçamento e os planos anuais de atividade, bem como o relatório, balanço e contas do exercício; Representar a Fundação em juízo ou fora dele, passiva e ativamente; Administrar o seu património e Contratar, dirigir e despedir o pessoal, bem como constituir mandatários.

O Conselho Consultivo era um órgão de apoio e consulta da Fundação, competindo-lhe apresentar sugestões quanto ao melhor cumprimento dos objetivos da Fundação, emitir pareceres sobre atividades e projetos da Fundação que lhe sejam solicitados pelo Presidente do Conselho de Curadores. Este Conselho era composto pelos curadores fundadores e por outros membros de diversas áreas, Cultura, Administração Regional, Sociedade, Ensino Superior e Economia.

Ao Conselho Fiscal, competia verificar e dar pareceres sobre o relatório de atividades, balanço e contas do resultado do exercício anterior e apreciar anualmente o relatório da Comissão Executiva. Era composto por três membros designados pelo Presidente do Conselho de Curadores, sendo presidido preferencialmente por um Revisor Oficial de Contas (ROC), devidamente creditado pela Administração Fiscal.

Ao longo dos últimos anos a Fundação procedeu a alguns ajustes nos estatutos da instituição de forma a adequar o seu funcionamento e a questões relacionadas com os seus curadores. (ANEXOS 5 e 6)

No ano de 2012, em virtude do Censo e avaliação às Fundações decretado pelo governo no âmbito da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro e pela publicação a 9 de Julho, da Lei n.º 24/2012 (Lei-Quadro das Fundações) e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro que aprovou as propostas e os projetos de decisão a aplicar às fundações participantes e avaliadas no censo às fundações, estabeleceram-se os procedimentos e as diligências necessários à concretização das respetivas decisões de extinção, de redução ou cessação de apoios financeiros públicos e de cancelamento do estatuto de utilidade pública das Fundações existentes em Portugal.

Relativamente à Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho, a qual aprova a “Lei-Quadro das Fundações” e altera o Código Civil na matéria, tal como preconizado no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Destinou-se segundo os órgãos de governo competentes a racionalizar os encargos públicos, reduzindo o “Estado paralelo”, normalmente identificado com institutos, fundações, entidades públicas empresariais e empresas públicas. Esta lei estabeleceu um regime transitório para adequação da situação de cada Fundação naquela data à nova realidade que se pretende regular. Nesse sentido, as fundações dispuseram de um prazo de seis meses, após a entrada em vigor da lei, para adequações orgânicas e estatutárias obrigatórias, bem como para a confirmação dos estatutos de utilidade pública que tenham sido objeto de atribuição administrativa, sob pena da respetiva caducidade.

A Lei-Quadro, aplicável às fundações portuguesas e às fundações estrangeiras que desenvolvam os seus fins em território nacional, veio definir algumas disposições aplicadas a todas as fundações.

As fundações têm de submeter-se ao cumprimento de um conjunto de obrigações de transparência, como sejam, entre outras, a obrigação de aprovar e publicitar códigos de conduta que autorregulem boas práticas, a obrigação de comunicar aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros a composição dos respetivos órgãos e de remeter cópia dos relatórios anuais de contas e de catividade e, ainda, a obrigação de submeter as contas a uma auditoria externa.

Introdução de limites às despesas com o pessoal e administração, relativamente às fundações que recebam apoios públicos ou tenham benefícios fiscais.

Autorização da entidade competente para o reconhecimento para a alienação de bens que integram o património inicial de fundações e que se revistam de especial significado para os respetivos fins.

Relativamente às fundações privadas, a Lei contém disposições gerais relativas à natureza, objeto, criação e regime, aos processos de reconhecimento e de aquisição do estatuto de utilidade pública, à organização e à modificação, fusão e extinção das

fundações privadas. Quanto ao reconhecimento e aquisição do estatuto de utilidade pública, saliente-se, como novidade, que o mesmo é concedido pelo prazo de cinco anos, renovável, sendo necessária a apresentação de um pedido de renovação para o efeito.

Relativamente à organização estatutária, destacamos a previsão da regra da consagração de dois órgãos executivos: um órgão de administração e um órgão diretivo ou executivo, com funções de gestão corrente. Por outro lado, quanto ao órgão de fiscalização, pode o mesmo ser constituído por um fiscal único ou por um conselho fiscal. No caso da Fundação Cidade de Ammaia, a instituição preencheu todos os requisitos legais tendo efetuado todas as diligências para obter o seu correto enquadramento legal. Após a realização do censo e da obtenção dos resultados da sua avaliação, a comissão ministerial propôs a manutenção da fundação nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do Artigo 5º da Lei n.º 1/2012, recomendando uma redução de apoios financeiros públicos em 30%/ano, com exceção para fundos de origem comunitária, bem como os inerentes ao Estatuto de Utilidade Pública.

Em relação às alterações estatutárias a Fundação procedeu à organização dos seus estatutos conforme a Lei n.º 24/2012 de 9 de Julho, passando a ter um conjunto de órgãos sociais distinto da anterior e que se escalonou desta forma: Conselho de Curadores; Conselho de Administração; Direção Executiva; Conselho Científico e Fiscal Único.

O Conselho de Curadores deixou de ser o principal órgão da Fundação passando a maioria das anteriores competências para o Conselho de Administração.

Assim, na nova redação compete ao Conselho de Curadores: Eleger o seu Presidente por maioria simples; Garantir a manutenção dos princípios inspiradores da Fundação; Eleger os membros do Conselho de Administração; Designar, ouvido o Conselho de Administração, os membros do Conselho Científico, por deliberação tomada pela maioria de dois terços dos seus membros. Designar o fiscal único, por deliberação tomada por maioria de dois terços. Apreciar os planos e relatórios de atividades e os relatórios de prestação de contas da Fundação.

O Conselho de Administração não existia nos anteriores órgãos da Fundação e passa a ser o órgão executivo da instituição, fazendo dele parte o Presidente do Conselho de Curadores, que preside, o representante do Município de Marvão, designado pelo Presidente do Município, os representantes das Universidades de Évora e Lisboa, designados pelos respetivos reitores e três vogais de natureza jurídica privada, a designar pelo Conselho de Curadores.

A este novo órgão compete a administração da Fundação e, em especial: Definir a organização interna da Fundação, aprovando os regulamentos e criando as estruturas

que entender necessárias, para preencher os respetivos cargos; Delegar, por tempo determinado, em qualquer dos seus membros, o exercício de alguma ou algumas das suas atribuições; Elaborar o orçamento, os planos anuais de atividade, bem como o relatório, balanço e contas do exercício e proceder à sua aprovação tendo em conta o parecer do Fiscal Único; Representar a Fundação em juízo ou fora dele, passiva e ativamente; Definir e organizar o quadro de pessoal, bem como exercer o respetivo poder disciplinar; Administrar o património da Fundação, mantendo-se anualmente um inventário atualizado; Constituir mandatários; Nomear o segundo e o terceiro elemento da Direção Executiva; Compete ainda ao Conselho de Administração promover, pelo menos uma vez em cada período de quatro anos, uma auditoria pormenorizada dos livros e registos por uma empresa de auditoria de reconhecida competência.

Com estas alterações, surge também o órgão relativo à Direção Executiva que estará diretamente ligada ao Conselho de Administração, a Direção Executiva é composta por três elementos, sendo um deles obrigatoriamente o Presidente do Conselho de Administração. O segundo e terceiro elementos da Direção Executiva serão designados pelo Conselho de Administração de entre os restantes elementos do Conselho, cessando obrigatoriamente as suas funções com o termo do mandato do Presidente. Compete à Direção Executiva a gestão corrente da Fundação, selecionar, contratar e gerir o pessoal da Fundação e a execução de todos os assuntos que lhe sejam atribuídos pelo Conselho de Administração no exercício das suas competências.

O Conselho Científico é outro dos órgãos que não constava dos anteriores estatutos e em face das suas atribuições competir-lhe-á, propor, organizar e acompanhar as atividades científicas desenvolvidas no seio da Fundação, formular propostas para o Plano de Atividades a realizar na Cidade da Ammaia e seu território; a elaboração de proposta dos planos plurianuais de intervenção no campo; seguir os trabalhos de campo e as subseqüentes ações de conservação e restauro; avaliar os relatórios técnicos sobre os referidos trabalhos de campo; dar parecer sobre a elaboração de conteúdos científicos dos materiais de divulgação sobre a cidade de Ammaia; promover e acompanhar as ações de formação técnica e científica a desenvolver, designadamente, a Escola de Verão, que deverá anualmente integrar os trabalhos de campo a realizar na cidade de Ammaia e seu território; avaliar as atividades a desenvolver no Laboratório de Conservação e Restauro da Fundação e os respetivos protocolos técnicos; promover e acompanhar a elaboração ou a gestão das bases de dados de informação arqueológica, resultantes das investigações realizadas e do património existente, com vista a assegurar a sua regular alimentação; promover a candidatura de projetos de investigação científica relacionados com a cidade de Ammaia e seu território, colaborando em iniciativas que visem a mobilização dos meios

necessários para o seu desenvolvimento; dar parecer sobre as ações promocionais e de divulgação da cidade de Ammaia junto dos diversos públicos, por forma a assegurar o rigor dos conteúdos informativos transmitidos.

Em conformidade com a adaptação necessária em relação à obrigatoriedade de se efetuarem auditorias externas às contas da Fundação de acordo com a Lei n.º 24/2012, o anterior conselho fiscal passou a ter uma composição diferente e passa a ser designado de Fiscal Único. Este órgão é designado pelo Conselho de Curadores por maioria de dois terços, devendo dispor da qualificação oficial de ROC. Compete a este a verificação e dar parecer sobre o relatório de atividades, balanço e contas do resultado do exercício e apreciar anualmente o relatório do Conselho de Administração que deverá ser remetido cópia dos relatórios anuais de contas e de catividade aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros.

Com as novas alterações estatutárias foram também introduzidos pequenos ajustes e correções gramaticais no texto, para além da introdução de um código de conduta que autorregule as boas práticas da instituição.

Capítulo III

O museu da Ammaia

O Museu Cidade de Ammaia foi instalado no antigo edifício da Quinta do Deão. Em 1994 quando a propriedade foi adquirida pelo Senhor Eng.º Carlos Melancia, o edifício já apresentava bastante degradação com a maioria dos telhados já em acentuada ruína, permitindo a entrada de água da chuva e a consequente infiltração de humidade nas paredes.

O edifício da quinta é caracterizado pelo típico espaço de monte alentejano, no nível do rés-do-chão possui com a planta em “U” é composto por um portão de entrada, um pátio e por 3 dependências agrícolas do lado esquerdo (armazém, vacaria e cavalaria), em frente um compartimento com forno e lareira típica alentejana, no antigo corpo da casa de habitação que fica do lado direito tinha 3 divisões, neste nível acedia-se a 2 divisões, que estão num nível intermédio onde se localizava a cozinha com lareira e uma sala, esta ligava a 1 dos quartos do piso superior e da cozinha a 2 quartos do piso superior. Já no exterior do edifício existiam dois currais e uma pocilga a que se acedia pela divisão do forno.

Este mesmo espaço foi posteriormente adaptado a espaço museológico e conta praticamente com os mesmos espaços, a saber: o pátio, 6 compartimentos e a área de sanitários ao nível do rés-do-chão, 2 salas intermédias, antiga sala e cozinha por onde se acede a 3 divisões no piso superior e a um compartimento antigo que foi reconstruído junto ao acesso à escada.

A exposição sobre a Ammaia

No museu encontra-se em exposição parte do imenso espólio recolhido nos trabalhos de escavação arqueológica realizados na área da Cidade de Ammaia desde 1994. Para a execução deste projeto, foram efetuadas escavações em todas as divisões do edifício, tendo sido identificadas algumas estruturas habitacionais, construídas entre os séculos I e IV/V d.C. com os respetivos níveis de ocupação, algumas lareiras e uma conduta de água. Foi ainda recolhida uma grande diversidade de materiais, destacando-se, moedas, epígrafes, *terrae sigillatae*, cerâmica comum, vidros, fragmentos de braceletes e lucernas. No museu que abriu ao público em 2001 os visitantes podem apreciar a exposição permanente que contém diversos elementos da cultura material romana, divididos por diversos temas: epigrafia, o quotidiano *amaiense*, atividades económicas e arquitetura, dos quais destaco as seguintes coleções:

Coleção de Epigrafia

O Museu da Cidade de Ammaia possui uma importante coleção de inscrições romanas de várias tipologias. Existem inscrições votivas, dedicadas a divindades tanto indígenas como romanas, de tipo funerário que eram colocadas em necrópoles, em memória do morto e inscrições honoríficas que eram mandadas fazer e colocadas em honra de alguém. O conjunto de monumentos epigráficos da Ammaia permite obter uma imagem da evolução administrativa da cidade e da constituição e estrutura social da população.



FIGURA 19: SALA DE EPIGRAFIA

Coleção de Numismática

Na Ammaia foi encontrada uma já notável quantidade de moedas romanas que permitem identificar a evolução da circulação monetária e caracterizar o seu desenvolvimento económico. Nesta amostra da coleção de numismas da Ammaia, que no total de peças já encontradas deverá rondar as 3000, existem exemplares de todo o "mundo romano", comprovando a importância económica da cidade na época romana.



FIGURA 20: NUMISMÁTICA (MOEDAS ROMANAS)

Coleção de objetos de adorno

Durante os trabalhos arqueológicos realizados na Cidade Romana de Ammaia têm sido recolhidos bastantes artefactos que são testemunhos materiais da cultura e civilização Romanas. Nesta coleção podemos observar os anéis, pedras de anel, brincos, braceletes, contas de colar, amuletos e alfinetes de toucado, que eram produzidos em variadíssimos materiais.

A cerâmica romana de uso doméstico

Dentro do conjunto da cerâmica romana, a denominada cerâmica comum é, sem dúvida, a mais numerosa e caracteriza-se pelas suas formas simples e pouco decoradas. Pode dizer-se que são artefactos de uso quotidiano, geralmente mais utilizados pelas gentes do povo, fabricada com técnicas simples, de aspeto modesto, mas nem sempre estão ausentes a elegância e a beleza dentro da sua simplicidade e sobriedade. Relativamente à funcionalidade, se bem que se trate principalmente de cerâmicas de uso doméstico, o seu aparecimento em necrópoles demonstra que também desempenharam um uso funerário. Algumas cerâmicas terão tido uma difusão meramente local, outras terão sido vendidas a mais longa distância.

Ao contrário do que acontece com a *Terra Sigillata*, raramente os fabricantes de cerâmica comum marcavam as suas peças, mas surgem inúmeros objetos com grafitos, marcas de “proprietário” do dono da peça. Por seu lado, a chamada *Terra Sigillata* adquire uma maior importância, uma vez que a sua difusão demonstra a larga circulação de determinados produtos. Esta cerâmica de verniz vermelho alaranjado deve o seu nome ao *Sigillum*, selo com que o oleiro marcava o fundo de cada peça e que determina a oficina de onde era proveniente. Trata-se de loiça fina de mesa, portanto destinada a uma classe mais elevada na sociedade romana. Apresentam uma grande variedade de formas geralmente decoradas.



FIGURA 21: TERRA SIGILLATA

Lucernas

A iluminação doméstica era inicialmente assegurada por velas (*candelae*) de cera, de pez ou de sebo, sendo a mecha em miolo de junco ou fibras de papiro e linho

enroladas. Posteriormente, foi-se generalizando o uso de lamparinas de azeite, vulgarmente conhecidas por *lucernae*. Estas eram produzidas em oficinas especializadas e realizadas por meio de moldes. Largamente difundidas por todo o Império expressam o tipo de objeto do quotidiano mais vulgarizado pelos romanos. Os motivos decorativos representados no disco são bastante variados: representação de divindades, cenas e animais mitológicos, sobre a vida quotidiana (cenas domésticas e eróticas), temas animais ou vegetais, lutas de gladiadores ou cenas militares.

Para além da funcionalidade, estes objetos tinham, muitas vezes um significado propiciatório e protetor, comemorativo e mesmo votivo. Na região, o seu uso teria sido bastante importante.

Atividades Económicas

A Ammaia situa-se num território de excepcional riqueza agrícola. Os seus proveitos poderiam advir do rendimento das terras, exploradas diretamente ou alugadas, bem como de pedreiras, de minas e de outras fontes de riqueza. Na periferia da cidade localizam-se as *villae* que podemos comparar pelo tipo de exploração que realizavam, ao “monte alentejano”. Trata-se de propriedades rurais que se dedicavam à exploração agropecuária e que tinham a cidade como mercado de escoamento dos seus produtos. Azeite, vinho e cereais constituíam os principais produtos. Mós domésticas e industriais, *dollia* e ânforas para o transporte de vinho ou azeite são achados comuns na Ammaia.

A atividade mineira está aqui também representada, uma vez que o território administrativo da Ammaia é riquíssimo em ouro aluvionar, chumbo argentífero e também em cristal de rocha, facto este referido por Plínio. Um outro fator preponderante no desenvolvimento da cidade foi sem dúvida a existência de uma rede viária que a interligava com o mundo do seu tempo, permitindo quer a exportação, quer a importação de produtos das mais variadas regiões do Império Romano.

Urbanismo e arquitetura

A cidade romana é sem dúvida a estrutura que melhor reflete a civilização romana. Acentuando a divisão entre dois mundos, o rural e o urbano. Cada nova cidade que nascia obedecia normalmente a um plano e a regras de ordenamento urbanístico mais ou menos padronizado. Foi Vitruvius que no século I a.C. redigiu o seu tratado, onde constavam todos os elementos que deveriam ser considerados, a implantação no terreno, o traçado das ruas principais, a localização dos espaços públicos civis e religiosos, as zonas comerciais, as áreas residenciais e finalmente as necrópoles. (ANEXO 7)



FIGURA 22: ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS

A justa medida, ou regra de ouro pitagórica foi objeto de particular atenção. As dimensões dos edifícios e das praças eram cuidadosamente observadas de forma a conseguir proporções equilibradas e elegantes. Os materiais mais utilizados na arquitetura eram a pedra (granito, mármore, argamassa de cal, etc...), a madeira e a cerâmica de construção. As casas das pessoas abastadas eram frequentemente decoradas com pavimentos de mosaico e as suas paredes revestidas a estuque com frescos pintados de belo efeito decorativo, sendo possível ver na exposição, alguns materiais destas tipologias, incluindo uma estátua e uma peça de estatuária.

Atualmente o visitante pode também ver no auditório do museu um vídeo com a recriação tridimensional da cidade realizado no âmbito do projeto Radio-Past. Esse



FIGURA 23: RECONSTITUIÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CIDADE DE AMMAIA (M. KLEIN 7REASONS)
PROJETO RADIO-PAST

filme permite obter uma visão notável de como seria a sua área urbana e a relação com o espaço extramuros da cidade.

Notável Coleção de Vidros e pedras de anel

Para além dos objetos expostos no Museu de forma permanente, existem outras coleções que, por diversos períodos, já estiveram expostas no Museu da Ammaia. Delas destacamos a coleção de objetos em vidro, em excelente estado de conservação propriedade do Museu Nacional de Arqueologia, e que recentemente voltaram à origem no âmbito da exposição temporária *“Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia”*. Esta exposição foi inaugurada no museu da cidade de Ammaia no dia 15 de Maio de 2015. A exposição temporária abrange 91 peças descobertas nos terrenos desta Cidade Romana, nas primeiras décadas do séc. XX e é composta por exemplares de garrafas, taças, pratos, unguentários de época romana, para além de outros objetos, tais como, pedras de anel, moedas, cerâmicas finas e comuns.



FIGURA 24: EXPOSIÇÃO AD AETERNITATEM

Capítulo IV

O laboratório de Conservação e Restauro

O laboratório de conservação e restauro da Fundação foi delineado com o apoio dos técnicos do Museu Nacional de Arqueologia, primeiramente foi pensado para dar resposta às necessidades do museu da Ammaia, com vista à preservação, restauro e conservação das peças em exposição mas cedo se percebeu que essa tarefa teria de ser sempre realizada desde que as peças saem do seu contexto arqueológico, devendo ser devidamente preservadas, conservadas e restauradas.

O laboratório situa-se nas imediações do Museu e funciona desde 2009, embora a sua construção e instalação de equipamento seja anterior. Encontra-se preparado com todos os equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho de

conservação e restauro. Funciona também como local de trabalho para os investigadores que estão a desenvolver estudos sobre os materiais arqueológicos e tem como objetivo primordial, conservar e salvaguardar o espólio arqueológico da cidade de forma a possibilitar o seu estudo e/ou exposição.

Inicialmente, os trabalhos do laboratório consistiram na organização do espólio que foi recolhido desde o início das escavações arqueológicas na cidade de Ammaia em 1994, tendo-se procedido à avaliação de contexto arqueológico dos achados e das diferentes tipologias de materiais. Todos os materiais são triados para serem inventariados de forma a serem estudados no âmbito dos projetos científicos em curso: “CRA – Cidade Romana de Ammaia”, pelos diferentes investigadores que têm desenvolvido trabalho na Ammaia, e que se encontram inseridos no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos aprovado pela DGPC.



FIGURA 25: SALA PRINCIPAL DO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Simultaneamente, procedeu-se à reorganização dos espaços do depósito, preparação das áreas de reserva com a implementação de medidas de conservação preventiva, as quais foram efetuadas em parceria com os técnicos do Museu e do Laboratório de Conservação e Restauro da Cidade Romana de Ammaia. Após a organização e preparação do espaço existente no depósito foi possível reunir as condições necessárias ao armazenamento e acondicionamento dos materiais arqueológicos, rentabilizando esse espaço e visando uma melhor conservação do espólio que tem vindo a ser devidamente monitorizado pelos técnicos, com a utilização dos equipamentos existentes no Laboratório de Conservação e Restauro, tendo surgido também a necessidade de atualizar algum equipamento de recolha de dados.

Os materiais arqueológicos recolhidos nas campanhas de escavação recebem um tratamento preliminar que consta da lavagem e marcação dos diversos materiais, quer cerâmicos, quer vítreos e líticos, bem como na individualização dos metais, nomeadamente, moedas e outros objetos metálicos, sendo devidamente acautelados pelos técnicos de CR para posterior marcação e inventariação conforme cada uma das tipologias e estudos a prosseguir. Para além disso, são executados diversos trabalhos de embalamento dos diferentes tipos de materiais arqueológicos, e são quantificadas as caixas plásticas apropriadas para o acondicionamento e preservação em virtude do grau de preservação, excetuando nos casos em que a fragilidade ou condições de

preservação exijam condições especiais. Todos os trabalhos são efetuados em parceria com as técnicas de CR.

Durante este período começou-se também a implementar um modelo algo semelhante de conservação preventiva nas salas do museu de Ammaia, trabalho que vem sendo realizado entre os técnicos de conservação e restauro, a Direção do museu e os técnicos de museografia da Fundação Ammaia.

Sempre que necessário os técnicos do laboratório prestam apoio a tarefas no museu, nomeadamente na implementação de exposições, bem como aos projetos de investigação e à divulgação dos trabalhos que envolvam o espólio da Ammaia, assim como apresentar o laboratório e o trabalho desenvolvido na área de conservação e restauro a visitas de escolas e de grupos de visitantes que o solicitem previamente.

O Laboratório de Conservação e Restauro efetua todo o trabalho relativo à organização do espólio da Cidade Romana da Ammaia e posterior tratamento de monitorização das peças de diferentes tipologias que foram intervencionadas.

Tem sido dada prioridade aos materiais metálicos por serem os mais sujeitos à degradação, devido à sua natureza instável. Estes materiais resultam do trabalho metalúrgico artificial, por parte do homem. Com o tempo os objetos tendem a voltar ao seu estado natural, mais estável, através do processo que se denomina de corrosão. A corrosão é o processo de mineralização, isto é, transformação do metal nos próprios minerais que lhe deram origem na manufatura.



FIGURA 26: TRABALHOS DE RESTAURO, LIMPEZA MECÂNICA

Toda e qualquer intervenção de conservação e restauro rege-se pelos princípios deontológicos da profissão: intervenção mínima; reversibilidade dos materiais utilizados; compatibilidade com a natureza físico-química do objeto; intervenção discernível; e, respeito pela integridade física, estética e histórica do objeto. As intervenções são ainda baseadas na pesquisa bibliográfica e no estado de preservação das peças. Todas as informações relativas às peças e às intervenções são registadas numa ficha para o efeito, individual para cada peça, e posteriormente transferida para formato digital com as respetivas fotografias, antes e depois da intervenção.

As intervenções de Conservação e Restauro dos materiais metálicos têm como fases principais: A limpeza mecânica e química para remoção de produtos externos à peça e de produtos de corrosão; a estabilização física, através da consolidação de fissuras, da união de fragmentos e do preenchimento de lacunas; a estabilização

química, através da dessalinização para remoção de sais, e/ou inibidores de corrosão. Estes inibidores podem ser usados para converter os produtos de corrosão em produtos mais estáveis, ou para criar uma barreira contra as trocas eletrolíticas; e a proteção final, de forma a construir uma barreira física às trocas com o meio ambiente.

Outra das áreas em que o Laboratório tem atuado em parceria com os trabalhos de gestão do campo arqueológico é o da monitorização e realização trabalhos de limpeza da vegetação, de conservação e valorização das ruínas/estruturas arqueológicas no âmbito do plano de preservação e com vista à fruição pelos visitantes, nomeadamente da zona da Porta Sul, Termas e Fórum com a realização de variadas tarefas:

- Acompanhamento da evolução do comportamento estrutural de todas as estruturas através de registos fotográficos e gráficos, sobre a evolução, ou alteração das mesmas, reportando a informação (Porta Sul, Termas, Fórum).
- Ações de manutenção e conservação regulares, através de um cronograma adequado que inclua inspeções de rotina mensais, para a deteção atempada de problemas, monitorização das condições existentes ou de alterações verificadas.
- Limpeza de vegetação, reparação e funcionalidade do espaço arqueológico, ações de desmatação da área envolvente às ruínas, aplicação de um herbicida sistémico por pulverização e por injeção para controlo de crescimento de vegetação herbácea; desmatação e corte de espécies lenhosas.
- Proteção de estruturas que se encontram em risco de perda com manta-geotêxtil, verificação do estado dos cordões ou barreiras dissuasoras das ruínas, verificação e manutenção do estado dos percursos até às ruínas.

Nos últimos anos tem-se dado prioridade à intervenção de conservação e restauro na torre oeste da Porta Sul e muralha, com a realização de diversas tarefas: Aplicação de herbicida; aplicação de biocida e limpeza das estruturas; remoção de elementos metálicos não funcionais; estabilização estrutural através da colmatação de lacunas e reconstituição de áreas de derrube; reposicionamento de elementos estruturais soltos/deslocados; preenchimento de fraturas e fissuras; abertura, preenchimento e refechamento de juntas; tratamento dos planos horizontais.

Para além dos trabalhos referidos anteriormente, têm sido efetuados estudos analíticos de argamassas na Porta Sul, em virtude de se terem descoberto nas escavações recentes, diferentes argamassas de assentamento. As recolhas tiveram mais uma vez o apoio científico do laboratório HERCULES da Universidade de Évora. O objetivo da recolha é a identificação dos materiais constituintes das argamassas (ligantes, agregados e aditivos) e técnicas de produção, e a metodologia consiste na caracterização química, mineralógica e microestrutural das argamassas. Outro dos

trabalhos realizados tem sido o acompanhamento dos estudos analíticos sobre a composição dos vidros romanos da Cidade de Ammaia que fazem parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Os estudos, com a espectrometria de fluorescência de raios X, têm sido desenvolvidos por investigadores do Laboratório HERCULES da Universidade de Évora no âmbito do projeto APOLLO financiado pelo QREN. Outro dos estudos analíticos em desenvolvimento é o dos materiais metálicos da Cidade Romana de Ammaia. Este estudo tem como objetivo identificar as peças, descrevê-las, inseri-las em categorias e funções, assim como perceber a sua técnica de fabrico.

Capítulo V

Programa de estágio

Quando propus a realização do estágio, de acordo com as normas impostas pelo Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre pela Universidade de Évora – Ordem de serviço Nº 8/2013, procedi à sua adaptação de acordo com o horário de funcionamento da Fundação, ao longo de 53 dias úteis, perfazendo um total de 371 horas.

As atividades e os trabalhos propostos foram enquadrados e desenvolvidos de acordo com as funções que venho desenvolvendo desde 1996 na Cidade Romana de Ammaia e na Fundação. Tendo sido possível definir um programa de trabalho sequencial que se enquadrava no plano de atividades da própria Fundação e que teria a vantagem de demonstrar o conhecimento e a multiplicidade de tarefas que são realizadas numa instituição como a Fundação Cidade de Ammaia e que não são do conhecimento geral, mas que são de facto as que permitem o seu funcionamento.

Desde o começo dos trabalhos arqueológicos na Ammaia que a Fundação tentou criar uma estrutura orgânica que fosse capaz de realizar as escavações arqueológicas na cidade, no entanto, a gestão de processos da cidade e dos trabalhos que então decorriam eram realizados pelo secretariado que dava apoio às empresas do senhor Eng.º Carlos Melancia (Bevide – Turismo Ibérico de Castelo de Vide S.A. que geria o Hotel Garcia D’Orta e o Ammaia, Campo de Golf de Marvão S.A.), só a partir de 1997 é que a Fundação passou a funcionar de forma mais autónoma, embora a sede continuasse em Castelo de Vide e coincidissem com a morada do grupo Bevide S.A.

Cronograma dos trabalhos propostos no Plano de Estágio:

Trabalhos a desenvolver ao longo do Estágio na Fundação, durante 53 dias	1ª Semana							2ª Semana							3ª Semana							4ª Semana						
	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
Recolha / Pesquisa bibliográfica para o relatório de estágio																												
Definição da estrutura de organização do relatório de estágio																												
Definições / Descrição metodológica do relatório																												
Tarefas relacionadas com a gestão do campo arqueológico																												
Tarefas administrativas, relativas à atividade da Fundação																												
Trabalhos de conservação preventiva no campo arqueológico																												
Participação em reuniões de coordenação técnica e científica																												
"Manual de Procedimentos", Base de dados <i>In Patrimonium</i>																												
Apoio ao laboratório de conservação e restauro																												
20 Dias úteis de trabalho																												

Trabalhos a desenvolver ao longo do Estágio na Fundação, durante 53 dias	5ª Semana							6ª Semana							7ª Semana							8ª Semana						
	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
Tarefas relacionadas com a gestão do campo arqueológico																												
Tarefas administrativas, relativas à atividade da Fundação																												
Trabalhos de conservação preventiva no campo arqueológico																												
Trabalhos de conservação e restauro no campo arqueológico																												
Participação em reuniões de coordenação técnica e científica																												
"Manual de Procedimentos", Base de dados <i>In Patrimonium</i>																												
Apoio e preparação de exposição temporária no museu da Ammaia																												
Apoio ao laboratório de conservação e restauro																												
40 Dias úteis de trabalho																												

Trabalhos a desenvolver ao longo do Estágio na Fundação, durante 53 dias	9ª Semana							10ª Semana							11ª Semana							12ª Semana						
	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
Recolha / Pesquisa bibliográfica para o relatório de estágio																												
Descrição metodológica e inserção de conteúdos no relatório																												
Tarefas relacionadas com a gestão do campo arqueológico																												
Tarefas administrativas, relativas à atividade da Fundação																												
Trabalhos de escavação arqueológica, campo arqueológico																												
Trabalhos de conservação e restauro no campo arqueológico																												
Participação em reuniões de coordenação técnica e científica																												
"Manual de Procedimentos", Base de dados <i>In Patrimonium</i>																												
Criação de um serviço administrativo na Fundação																												
Apoio e preparação de exposição temporária no museu da Ammaia																												
Apoio ao laboratório de conservação e restauro																												
Total de 371 horas 53 Dias úteis de trabalho																												

A definição inicial do programa de estágio assentou fundamentalmente no plano de atividades da própria Fundação, como não podia deixar de ser, bem como na planificação anual das minhas atividades enquanto bolseiro FCT (Ref.ª SFRH/BGCT/33679/2009). Todos os trabalhos que desenvolvi ao longo dos últimos seis anos foram previamente definidos, tendo em conta as atividades a realizar no decurso dos projetos científicos que decorreram na Ammaia. Para além disso a aprovação dos relatórios de atividades da bolsa foram sempre avaliados de acordo com os regulamentos de bolsas da FCT e tiveram aprovação mediante o preenchimento dos requisitos necessários.

Esta bolsa possibilitou-me o desenvolvimento de diversas atividades de gestão científica e cultural, no âmbito dos projetos científicos liderados por docentes da Universidade de Évora, ligados aos Centros de investigação CIDEHUS e Laboratório HERCULES, dos quais sou colaborador não integrado.

Relativamente aos trabalhos propostos no programa de estágio, foi possível idealizar um cronograma de trabalho sequencial que se enquadrava no funcionamento da Fundação e nas atividades propostas. Os objetivos que lhe estavam inerentes enquadravam-se na gestão de diferentes atividades que decorrem da vida da instituição e do seu relacionamento com outras entidades e todo o trabalho ou tarefas que daí decorriam e que foram realizadas no campo arqueológico. As tarefas que foram desenvolvidas durante o período de estágio foram fundamentalmente, procedimentos de natureza administrativa e de relacionamento institucional com diversas entidades e individualidades e de natureza comunicacional com o público que visita o museu. As atividades estavam maioritariamente relacionadas com a gestão da Fundação e do campo arqueológico da Cidade Romana de Ammaia, atividades de gestão corrente relacionadas com a administração da Fundação e das áreas que lhe são dependentes, Museu, Laboratório e campo arqueológico.

A intenção inicial do programa de estágio era a de realizar as atividades que lhe estavam associadas e avaliar a capacidade para as efetuar. Neste ponto, devo salientar que praticamente todos os trabalhos foram desenvolvidos como previsto, mas no entanto, surgiram outras atividades que obrigaram a gerir alguns trabalhos de forma diferente, tendo sido necessário adaptá-los às circunstâncias ou a inclui-los no programa quando não tinham sido previstos inicialmente. Por exemplo, a questão relacionada com os procedimentos e contratação de bens e serviços no âmbito da exposição temporária “*Ad Aeternitatem*”, uma atividade diretamente relacionada com os serviços administrativos da Universidade de Évora e com a execução financeira de um dos projetos liderados pelo Laboratório Hercules que decorreu parcialmente na Ammaia, o projeto APOLLO.

É muito difícil por vezes, efetuar uma divisão entre estas áreas específicas, tendo em conta a ligação existente entre todos os setores da instituição. Não se pode por isso, falar apenas de gestão de trabalhos de campo sem que outra área lhe seja associada, como é o caso do Laboratório de conservação e restauro da Fundação. No laboratório trabalham os técnicos com capacidade científica para realizar trabalhos de conservação preventiva nas ruínas, mas só os podem executar se devidamente enquadrados em codireção com arqueólogos credenciados e nesse e noutros casos, fui eu que coordenei os trabalhos de arqueologia e de gestão de meios materiais, de acordo com a direção da instituição, tendo em conta as atribuições administrativas que me foram concedidas. Para além disso, os técnicos ligados à Fundação desenvolvem diferentes atividades que decorrem da sua atividade profissional específica mas que têm de ser geridas segundo critérios enquadrados na legislação sobre o património arqueológico, acrescentando ainda o facto de a Ammaia ser monumento classificado. Por exemplo, no caso dos trabalhos de conservação preventiva é referido o projeto de conservação e restauro da área da Porta Sul, foi a equipa técnica do projeto científico onde me integro que delineou a estratégia a desenvolver com o apoio do Laboratório Hercules e com conhecimento da Direção Regional de Cultura, mas todo o procedimento legal e realização de pedidos formais foi efetuado pela Fundação. Este processo implicou também todo o formalismo de pedidos de autorizações para a realização dos trabalhos científicos e a sua integração no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, com vista a ser aprovado pela tutela, a DGPC, Direção Geral do Património Cultural. Tal como este processo, muitas outras atividades foram desenvolvidas e realizadas integrando sempre toda a estrutura técnica existente na Fundação, incluindo o quadro de pessoal da instituição, a coordenação científica exercida pelas universidades de Évora e Lisboa e os bolsiros FCT incluídos na estrutura da equipa técnica que vem desenvolvendo os trabalhos na Ammaia.

Uma das importantes tarefas incluídas no âmbito do estágio que realizei e que tem implicações de organização geral prende-se com a implementação da base de dados *In Patrimonium Premium*. Os trabalhos relacionados com a base de dados são transversais a todo o trabalho que a Fundação desenvolve e terá futuramente uma importância na dinamização da atividade científica que decorre na Ammaia. A implementação da base de dados facilitará a gestão e interligação da informação existente sobre as ruínas e dos materiais arqueológicos recolhidos na Ammaia, nas suas mais variadas fases de estudo e conservação, bem como os objetos expostos no museu, integrando o inventário da instituição com a gestão global deste património e de todos os processos com ele relacionados. Na elaboração do manual de procedimentos da base foi procurada uma aproximação, a mais fiel possível, às normas de inventário nacionais e internacionais existentes. Assim, sempre que possível, foram seguidas as normas e

directrizes emanadas pelo Ministério da Cultura para documentação de bens culturais e, quando os documentos existentes se revelaram lacunares ou incoerentes, procurou-se uma aproximação aos normativos internacionais sobre a matéria, nomeadamente do ICOM-CIDOC1 e English Heritage - MDA2. No caso concreto dos *thesauri* usados em algumas Tabelas Auxiliares (TA), são utilizados os produzidos pelo Instituto Português de Arqueologia (tipo de sítio; período histórico) e MDA – object type thesaurus (classificações) e o “The British Museum materials thesaurus” (materiais). Este *thesaurus*, por sua vez foi readaptado e enriquecido com a uma nova lista de terminologia que servirá de guia à introdução de dados, tentando aproximá-lo o mais coerentemente às realidades de escavação arqueológica de uma cidade romana, não deixando no entanto de referir que não se encontra “fechada” em definitivo. Com esta nova base de dados pretende-se facilitar a procura de informação e a divulgação do património móvel e imóvel da Cidade Romana de Ammaia e ao mesmo tempo simplificar procedimentos e preparar convenientemente a Fundação com uma ferramenta importante na gestão de todo o acervo que se encontra à guarda da Fundação.

Em jeito de balanço, considero que no cômputo geral as atividades propostas no programa de estágio decorreram conforme o previsto, no entanto, a grande quantidade de tarefas realizadas por um tão pequeno grupo de pessoas, demonstra inequivocamente que a estrutura humana que trabalha na instituição é demasiadamente pequena para tanto trabalho que há para realizar no campo arqueológico.

A equipa atual já foi bastante mais alargada, no entanto, devido a constrangimentos de ordem financeira a Fundação mantém apenas um pequeno quadro de pessoal afeto (4 pessoas) e bolseiros de gestão científica da FCT-CIDEHUS.UE (3 pessoas) que realizam a maioria dos trabalhos que decorrem ao longo do ano na Ammaia.

Esta estrutura conta atualmente com dois arqueólogos em permanência nas ruínas, os quais possuem diferentes funções para permitir um bom desenvolvimento do projeto. Um dos técnicos (Bolseiro BGCT-FCT-CIDEHUS – Joaquim Carvalho) tem as atribuições de coordenação geral de campo de todos os trabalhos arqueológicos sob a supervisão dos coordenadores científicos, codireção das equipas de escavação arqueológica e o outro técnico a direção e gestão do museu (Sofia Borges). Atualmente conta também com um técnico assistente de arqueologia, dois técnicos de museografia que exercem as funções de guias-rececionistas no museu e duas técnicas de conservação e restauro (Bolseiras BGCT- FCT- CIDEHUS).

Para além de toda a área de atendimento público que é prestada pelos funcionários da Fundação há todo o relacionamento com a direção executiva da

instituição e a realização de trabalhos de secretariado à administração que é feito pelos técnicos que detêm funções de chefia. Entre outras, compete-lhes normalmente as seguintes funções: realizar o trabalho de rotina diário de gabinete, redigir ofícios, reuniões de trabalho, reuniões de conselho de administração, organizar reuniões de assembleia do conselho de curadores, de entre muitas outras tarefas diárias, tais como: tratamento de documentos, registo, entrada e saída, triar, conferir e distribuir, verificar documentos conforme normas, arquivar conforme procedimentos. Acompanhar processos administrativos, verificar prazos estabelecidos, localizar processos, elaborar protocolos, expedir ofícios e memorandos.

Em relação à estrutura física, a Fundação tem vindo, ao longo dos anos, a apetrechar-se com diverso equipamento, o qual permitiu até ao momento o bom funcionamento de toda a organização. Apenas para demonstrar o cuidado que a instituição tomou ao preparar-se, posso referir todo o espaço museológico, local onde podemos incluir todo o equipamento de exposição, da receção e dos gabinetes de trabalho da equipa técnica. Paralelamente, a implantação do Laboratório de Conservação e Restauro, que foi equipado com a mais recente tecnologia e que faz com que esta estrutura seja uma das mais bem preparadas a nível nacional.

Nos pontos seguintes, tentei de alguma forma apresentar a Ammaia e os seus condicionalismos, mas ao mesmo tempo como uma das ferramentas com capacidade de induzir riqueza se devidamente enquadrada com outros agentes económicos. E num outro patamar importante, constituir-se como um dos fatores com aptidão para inverter a saída dos jovens e menos jovens para outras zonas do país e do estrangeiro, e fomentar o aumento de “massa crítica”.

Capítulo VI

Propostas de gestão a desenvolver no campo arqueológico

Como é notório, o papel da Fundação Cidade de Ammaia ultrapassa em muito o âmbito das ruínas da cidade, a instituição substitui o próprio Estado na resposta às suas atribuições relativamente à gestão do património arqueológico e mais ainda, um monumento nacional que tem regras de proteção. A ação real da Fundação está para além do “terreno arqueológico” que é a Ammaia, um bem patrimonial que é pertença de todos e do qual todos os cidadãos devem usufruir. Na nossa opinião é importante que a sociedade sinta que a própria Fundação defende a nossa identidade, desenvolve um trabalho notável, e que não existem assim tantos recursos valiosos como o património da nossa região, sendo por isso fundamental que seja gerido de forma a criar riqueza e que esta se repercuta na economia local e da região.

Um dos assuntos ou “críticas” que mais ouvimos é a de que temos uma área escavada muito pequena e que devíamos escavar mais para os visitantes poderem apreciar. Temos de concordar com esse aspeto, mas infelizmente esbarramos em várias condicionantes que não permitem esse avanço nas escavações, nomeadamente a falta de investimento nesta área e a falta de “gente” para trabalhar. Trabalho é o que não falta na Ammaia, faltará apenas promover condições para que quem queira trabalhar nesta área receber o seu subsídio ou ordenado e consiga sobreviver numa região cada vez mais envelhecida e a perder população cada ano que passa.

Somos um concelho, uma região e um país em acentuado declínio demográfico, as instituições públicas e privadas têm urgentemente de encontrar soluções para mitigar esta questão. A Fundação poderá eventualmente ser um desses dinamizadores, pois necessita de recrutar pessoas para crescer e ao mesmo tempo permitiria fixar “massa crítica” na região. Todas as atividades desenvolvidas na Fundação são desempenhadas por um grupo restrito de técnicos e, caso não se viabilize a inserção / contratação de mais pessoas, não será possível responder condignamente aos desafios que constantemente são colocados em todas as áreas da Fundação. Atualmente o conjunto de técnicos é insuficiente para dar resposta a todas as solicitações.

Esta questão de falta de meios humanos é sem dúvida uma das questões mais importantes que se deveria inverter no campo arqueológico da Cidade Romana de Ammaia. A Fundação tem excelentes condições logísticas implementadas mas um grave problema de falta de financiamento, mas que deve de ser visto como um importante investimento.

Uma das prioridades da Fundação deverá passar pela criação de um núcleo de serviços administrativos de apoio à atividade da Fundação (1 a 2 pessoas). Este serviço deve ser transversal a todas as áreas para que os técnicos que possuem especialização em diferentes áreas se concentrem primordialmente na sua área de intervenção.

O financiamento do projeto em curso na Cidade Romana de Ammaia é uma das variáveis críticas do projeto. Sem fundos nenhuma das vertentes do projeto avança ou será viável, podendo mesmo abrandar durante algum tempo. Daí a importância que esta área reveste para o projeto. As formas tradicionais de financiamento de projetos culturais desta envergadura tiveram nos últimos anos uma regressão significativa, devido a múltiplos fatores. Um dos cenários possíveis poderá passar por “empreender”, apostar na criação de valor.

Um das propostas para tentar inverter esta situação poderá passar pela criação de um grupo interno ou externo, capaz de criar um modelo de pesquisa e consulta de programas de financiamento, para posterior apresentação de projetos a concursos em programas de financiamento e/ou de reconhecimento cultural, para além de potenciar

o aparecimento de parceiros com necessidades de financiamento semelhantes. Há uns anos, a Fundação apresentou uma proposta deste género ao executivo do Município de Marvão, no entanto não foi possível passar à prática essa sugestão, já nessa época parecia ser viável e permitiria provavelmente alavancar não só o projeto da Ammaia mas também outros projetos de âmbito cultural que o município queria implementar.

Outra das propostas que poderia criar alguma capacidade de sustentabilidade está relacionada com a possibilidade de a equipa técnica da Fundação, efetuar trabalhos externos na área da arqueologia a entidades públicas ou privadas da região, não descurando no entanto os trabalhos na cidade romana. Este tipo de serviço é já desenvolvido no âmbito do protocolo estabelecido entre a Fundação e o Município de Marvão e tem beneficiado ambas as partes. Proposta semelhante poderá ser a realização de trabalhos externos pelo Laboratório de Conservação e Restauro. A dinamização de atividades de prestação de serviços a entidades externas à Ammaia permitiria ajudar à manutenção e continuidade dos técnicos especializados que aí exercem a sua atividade, não descurando no entanto os trabalhos a nível interno. Os serviços a prestar pelo laboratório teriam duas possibilidades de se concretizarem.

A primeira, através do restauro e conservação de peças ou grupos de peças que seriam avaliados para definição do custo das intervenções a executar pelo Laboratório da Fundação.

A segunda proposta inseria-se no âmbito da legislação relativa à Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004 de 19 de agosto) e passaria por uma estreita colaboração com a CIMAA, Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Esta lei é aplicável a todos os museus. Para se perceberem algumas das consequências práticas das opções que se abrem, basta lembrar o conteúdo do nº 1 do artigo 127º desta Lei: *“A credenciação do museu é requisito indispensável para beneficiar de programas criados pelo Instituto Português de Museus (Departamento de Museus, Conservação e Credenciação) e para a concessão de outros apoios financeiros pela administração central do Estado”*.

Em termos práticos, este artigo pode significar que as unidades museológicas que estiverem fora da Rede Portuguesa de Museus (RPM) dificilmente se podem candidatar a programas de financiamento nacionais, ou europeus que incluam uma comparticipação nacional.

Em concreto, os museus terão de preencher determinados requisitos definidos pela lei. Assim, as funções que são identificadas como específicas dos museus são tratadas no artigo 7º e são as seguintes:

- Estudo e investigação: ações que se relacionam com o estudo e desenvolvimento das políticas do museu de incorporação, inventariação, conservação, interpretação e educação (artigo 8º e seguintes).
- Incorporação: ações tendentes a renovar as coleções do museu com novas aquisições, depois de definidas em função do projeto do museu (artigo 12º e seguintes)
- Inventário e documentação: atividade que pretende não só identificar e listar os bens culturais do museu, como documentar a sua propriedade e conhecimento (artigo 15º e seguintes).
- Conservação: ações que visam a guarda dos bens culturais, o conhecimento do risco a que estão sujeitas e a identificação dos procedimentos a realizar com vista à sua correta conservação, obrigando ainda à monitorização das condições em que se encontram (artigo 27º e seguintes).
- Segurança: ações relacionadas com a elaboração, instalação e monitorização das condições de segurança e vigilância a que os bens culturais estão sujeitos, implicando a organização de um plano de segurança (artigo 32º e seguintes).
- Interpretação e exposição: ações através das quais o museu dá a conhecer as suas coleções, em que se recomenda a utilização de novas tecnologias de comunicação (artigo 39º e seguintes).
- Educação: ações de mediação cultural e educativa que o museu deve desenvolver (artigo 42º e seguintes).

Mesmo para aqueles museus que optem por permanecer fora da RPM, haverá algumas consequências

- *Segundo o artigo 14º*, a incorporação de bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos é efetuada em museus, preferencialmente em museus da Rede Portuguesa de Museus.
- *Segundo o artigo 15º*, todos os bens existentes nos museus deverão ser devidamente registados, inventariados e documentados.
- *Segundo o artigo 26º*, os bens dos museus, públicos ou privados, deverão estar inventariados e identificar os bens culturais elaborados à sua guarda, os quais se consideram património arquivístico de interesse nacional.
- *Segundo o artigo 48º*, os museus que não dispuserem de recursos financeiros especialmente consignados, podem ver canceladas as suas funções museológicas, nomeadamente a de terem à sua guarda algumas das coleções museológicas.

- Segundo o artigo 52º, mesmo os museus sem personalidade jurídica própria terão de definir claramente o seu enquadramento orgânico e aprovar o respetivo regulamento, cujo conteúdo vem discriminado no artigo seguinte.

Como a maioria dos museus municipais lida com um importante património arqueológico, em condições que estão longe das referidas na legislação, a parceria ou assessoria que a Fundação poderá propor poderá ajudar a minimizar as consequências da lei na obtenção de financiamentos e permitiria colocar a estrutura técnica da instituição ao serviço da região ou dos municípios interessados.

Considerações finais

Os trabalhos de gestão desenvolvidos na Fundação Cidade de Ammaia têm características próprias relacionadas com a instituição que possui os seus órgãos executivos, mas ao mesmo tempo necessita de ter alguém que, no plano intermédio, se responsabilize por diferentes áreas, museu, campo arqueológico e laboratório, onde cada área possui diferentes especializações.

No caso do museu, por exemplo, todos os serviços que estejam relacionados com a área da museologia e museografia têm de ser geridos pela direção do museu, mas ao mesmo tempo requer que outras áreas colaborem em determinados trabalhos, como é o caso das questões de preservação preventiva do espólio, área onde o Laboratório terá de fazer o seu papel.

No caso da gestão do campo arqueológico, quem gere, tem de lidar internamente com o museu, com o laboratório e muitas vezes depende de agentes externos à Fundação, porque a instituição muitas vezes não possui os meios necessários para determinado trabalho, por exemplo, normalmente solicita o apoio da autarquia para resolver um problema mecânico porque não tem capacidade para tal.

No caso do Laboratório, todos os trabalhos estão intrinsecamente ligados à gestão do campo, às escavações que se realizam, à necessidade de preservar os objetos e as estruturas arqueológicas, mas também tem de estar ligado ao museu e a todos os aspetos relacionados com o restauro, a conservação das peças, a monitorização dos espaços expositivos, entre outros.

Se todas estas áreas não estiverem interligadas a Fundação não consegue realizar o fim a que se propôs estatutariamente. Para que tudo decorra normalmente, é fundamental a existência e implementação de um organigrama funcional que inclua todas as áreas de trabalho e que tudo decorra de forma regulamentada, por sinal, este documento já existe mas deverá ser reformulado para adaptação das alterações estatutárias e reorganização da estrutura de serviços da Fundação. Futuramente, quem sabe se não se deveria considerar a existência de diferentes departamentos,

estritamente ligados à coordenação científica, liderada pelas universidades que constituem a Fundação, trabalhando em conjunto para o conhecimento da Ammaia,

A inexistência de uma área de serviços administrativos de apoio à atividade da Fundação, faz com que muitas vezes seja necessário realizar esse trabalho burocrático e deixar de fazer/realizar determinada atividade científica ou outra tarefa, perdendo-se algumas vezes o foco. A criação um serviço deste tipo permitiria gerir questões burocráticas, seria transversal a todas as áreas da Fundação e assim os investigadores e técnicos podiam concentrar o seu trabalho primordialmente na sua área de intervenção, e provavelmente com muito melhores resultados.

Uma das questões mais importantes que a Fundação deverá ter sempre em conta prende-se com o financiamento das suas atividades, se não houver investimento no trabalho que se realiza na Ammaia muito dificilmente se concretizará o principal objetivo de existência da instituição, o estudo científico e a preservação da cidade e dos seus monumentos. Na minha perspetiva, o património histórico e arqueológico constitui um importante fator de desenvolvimento económico, estratégico para o nosso país. Se associarmos o património cultural ao natural, penso que teremos a possibilidade de responder corretamente aos problemas económicos de médio e longo prazo em muitas zonas rurais do interior de Portugal, permitindo otimizar os recursos disponíveis, e ao mesmo tempo viabilizar a preservação adequada do nosso património cultural.

A preservação do património histórico e arqueológico não só implica os objetivos imediatos de proteção e restauro, se não também o da sua rentabilização através da valorização de que foi alvo, isso significa desenvolvimento económico, a conservação e preservação são uma aposta segura no futuro.

Infelizmente os centros de decisão política ainda não perceberam que uma das áreas que poderia alavancar e estimular a região e o país é o património histórico e cultural, veja-se a título de exemplo o investimento anual feito pelo estado espanhol nesta área, muito superior ao português e com estudos que demonstram o investimento *versus* retorno económico na sociedade.

A contratação de técnicos para trabalhar, gera emprego, a existência do museu e das ruínas por seu turno fomenta o turismo cultural, reforça os destinos e faz com que sejam canalizadas verbas de forma indireta para as comunidades locais, para o comércio, para a restauração, para as unidades de alojamento, para a pequena loja de artesanato que vende os souvenirs, etc.

Recuperar património não é um gasto mas sim um investimento e deveria ser considerado em zonas de baixa densidade como a nossa região como o motor/alavanca de desenvolvimento necessário para inverter a tendência negativa de refluxo populacional e cativar a massa critica tão necessária ao crescimento da região.

A ideia de criar um grupo que procure de forma sistemática programas e meios de financiamento para a Fundação é bastante importante, tendo em conta a possibilidade de se conseguirem estabelecer parcerias com outras instituições a nível nacional e internacional. Mas esta estrutura de apoio deverá também procurar a forma de se autofinanciar e empreender essa tarefa, quem sabe, criar um “plano de negócio”, uma ideia tão em voga nos nossos dias

Talvez a ideia do empreendedorismo seja uma das “chaves” para financiar os trabalhos na Ammaia, já o foi de certa maneira com o Radio-Past e não podemos deixar de pensar em formas de inovar como foi o caso. A título de exemplo, não podemos largar a ideia de implementar novas tecnologias como a “realidade aumentada”, a Ammaia também neste aspeto foi pioneira a nível nacional, o embrião já existe e deve crescer num futuro próximo sob pena de não sermos capazes de acompanhar a (r)evolução das novas tecnologias.

A capacidade de planeamento e de empreender possíveis cenários serão fundamentais nesta fase, para que se consiga determinar quais os recursos necessários à implementação de um projeto sustentável na Ammaia, assim como para posterior captação de financiamentos. A elaboração de um plano estratégico para a Fundação e para a Ammaia, será um dos objetivos mais importantes da vida da instituição. Esse plano sumará toda a atividade, abordando pontos como a estratégia, o lugar da Ammaia no “mundo romano”, outros sítios de relevante interesse, os fatores críticos de sucesso, a análise económico-financeira, investimentos, gastos, financiamentos, entre outros. Este planeamento será de extrema importância para o sucesso do projeto, uma vez que é fundamental que a instituição planeie as ações a realizar e delineie estratégias a seguir.

Neste ponto poderemos inserir a ideia já em discussão na Fundação desde 2012, relativa às escolas de verão internacionais de arqueologia, o modelo “Ammaia - Summer Schools”. A Fundação definiu esta ideia com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, inserida no programa lançado pela FLAD “Study in Portugal Network” (SiPN). Em conjunto, apresentaram a Ammaia e as escolas de verão de arqueologia, como um programa credenciado, dirigido a alunos de universidades americanas, que recebem no final um certificado académico emitido pela universidade.

A singularidade desta proposta é a de que permitiria à Fundação obter um encaixe financeiro, aproveitando o facto de os estabelecimentos de ensino superior de raiz anglo-saxónica fomentarem a vinda dos seus alunos em trabalhos práticos no estrangeiro e as custas desses cursos serem suportadas pelas universidades ou pagas pelos próprios alunos. Poderia também ser uma das formas de revitalizar uma ambição antiga, reutilizar o complexo de edifícios da Quinta dos Olhos D’Água como base para as

escolas de verão, um sítio fantástico e com condições extraordinárias. A sua localização nas imediações da Ammaia, permitiu num passado recente a sua utilização, quando decorreu o projeto Radio-Past, mas infelizmente a parceria com o ICNF, a Universidade de Évora e a Fundação acabou há três anos. Entretanto, por iniciativa da Fundação foram encetados contatos no sentido de se viabilizar uma nova parceria onde, o município de Marvão, a CIMAA e a Fundação em conjunto com as universidades poderão ter um papel chave na implementação das “Summer Schools”.

A tudo isto deveremos ainda associar as questões relacionadas com o turismo e o papel preponderante que cada vez mais assume na economia da região, e para isso, será necessário analisar corretamente o peso do turismo cultural no conjunto do turismo nacional. Na minha perspetiva, o património histórico e arqueológico constituem um dos mais importantes fator de desenvolvimento económico, é estratégico para o país, e se combinação com o património natural será capaz de responder aos problemas económicos de médio e longo prazo em muitas zonas rurais do interior de Portugal, permitindo otimizar os recursos disponíveis, ao mesmo tempo viabiliza a preservação adequada do nosso património cultural.

Por último, a Fundação é uma instituição sem fins lucrativos, mas só poderá continuar a escavar, conservar, investigar e educar se for promovida com o apoio de toda a região. Devemos incentivar as pessoas de todas as idades e diferentes escolaridades a enriquecer o seu presente e futuro aprendendo com o passado. A Ammaia deverá servir para os turistas visitarem, mas também como um monumento onde as pessoas possam participar de forma ativa nos trabalhos de investigação histórica e arqueológica, a Ammaia é um património de todos.

Bibliografia:

- BARATA, F. & CARVALHO, J. (2006). Preservation de la memoire paysagère et développement régional: la cite romaine d'Ammaia, in Lévêque (Ed), Paysages de Mémoire, pp. 399-410, Paris: L'Harmattan.
- BORGES, S. (2002). A cidade romana de *Ammaia*: as termas do fórum (notícia preliminar). *Ibn Maruan*, 12, Marvão, p. 85-97.
- CABRAL, F. (2011) In Patrimonium Premium, Manual Geral, Sistemas do Futuro, Lda.
- CARVALHO, J. (2002). *Ammaia* e a sua rede viária, algumas propostas de trabalho. *Ibn Maruan*, 12, Marvão, p. 9-8.
- CARDOSO, I. L. (2011). Cidade Romana de Ammaia: estudo das argamassas. Tese de para obtenção do grau de Mestre em Conservação e Restauro, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- CORSI, C. & VERMEULEN F. Eds. (2012). *Ammaia I: The Survey A Romano-Lusitanian townscape revealed*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C. & VERMEULEN F. Eds. (2013). *Ammaia – A Roman town in Lusitania. Uma cidade romana na Lusitânia. Marvão: Radio Past Radiography of the past*.
- CORSI, C.; VERMEULEN, F., Eds. (2014) – *Ammaia II: The Excavation contexts 1994-2011*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C.; VERMEULEN, F., (2014) - Six years of research in *Ammaia*, Building a European field laboratory for non-destructive archaeological survey. In Conferências da Ammaia, Professor José Mattoso. Fundação Cidade de Ammaia, Marvão.
- DIAS, V. S. (no prelo II). Cerâmica comum de *Ammaia*. Desenvolvimentos da investigação. Apresentação tipológica. Exemplos de produções locais, importações e imitações. In *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: o mundo funerário*. Évora, 2013. (SUBMETIDO).
- DIAS, V. S. (2014) A Cerâmica comum de *Ammaia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada na Universidade de Évora, 17 Dezembro de 2014.
- ENCARNAÇÃO, J. D' (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis I-II*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da FLUC (=IRCP).
- GOMES, I. M. T. (2012). O Processo de Caracterização da Património Imóvel no Concelho de Mirandela – análise e proposta de revisão. Tese de para obtenção do grau de Mestre em História e Património – Ramo de Mediação Patrimonial, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GUERRA, A. (1996). *Ammaia, Medobriga* e as ruínas de S. Salvador da Aramenha; dos antiquários a historiografia actual. A Cidade. *Revista Cultural de Portalegre*, 11, p. 7-33,

- MANTAS, V. G. (2000). A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*. In *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana*. In Gorges, J. G. & Nogales, T. (coords) *Sociedad y cultura en Lusitânia romana IV Mesa Redonda Internacional* (p. 391-420). Série Estudos Portugueses. 13. Mérida: Junta de Extremadura.
- MANTAS, V. G. (2009). “*Ammaia e civitas Igaeditanorum*.” In Nogales Basarrate, T. (Eds.), *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (167-188). *Studia Lusitana* 4. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- MARTIN G. M. & VIELBA, C. P., Eds (2010). *Informes sobre el Sistema Español de Innovación. Innovación en el sector del Patrimonio Histórico*. Madrid: Fundación Cotec para la Innovación Tecnológica.
- NEVES, J. C. (1972). Uma colecção particular de materiais romanos de Aramenha. *Conímbriga*, 11, Coimbra, p. 5-34.
- OLIVEIRA, J. (1991). A Estátua Romana da Escusa. *Ibn Maruan*, 1: p. 85-96.
- OLIVEIRA, J.; CANDEIAS, Isabel; OLÍVIO, José. (1996). Cidade da Ammaia - Relatório dos Trabalhos Arqueológicos Desenvolvidos em 1995. *Ibn Maruan*, 6, Marvão, p. 15-22
- OLIVEIRA, J.; FERNANDES, I.; CAEIRO, J.; CARVALHO, J. & BORGES S. (1996). A Cidade Romana de Ammaia, Marvão, Trabalho apresentado em 2º Congresso de Arqueologia Peninsular, In *Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Zamora.
- OLIVEIRA, J.; CARVALHO, J.; BORGES, S. & CUNHA, S. S. (1997). Cidade Romana de Ammaia (Roteiros da RTSM). Setúbal, RTSM.
- PEREIRA, S. (2009). *A Cidade Romana de Ammaia. Escavações Arqueológicas 2000-2006*. *Ibn Maruan*, nº especial (II), Marvão: Edições Colibri.
- PEREIRA, S., CARVALHO, J. & BORGES, S. (2000). Numismática *ammaiense*: notas preliminares. *Ibn Maruan*, 9-10, Marvão, p. 55-70.
- Portugal – Ficha País (2015), AICEP Portugal Global.
- QUARESMA, J. C. (2010-2011). *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal) no âmbito dos intercâmbios de bens e de gentes com o Norte peninsular durante o Alto-Império. *Oppidum*, 6-7, p. 85-102.
- QUARESMA, J. C., ed. (2015) - *Ad Aeternitatem*. Os espólios funerários de Ammaia a partir da colecção Maças do Museu Nacional de Arqueologia. Universidade de Évora/HERCULES.
- Relatório (1994). OLIVEIRA, J. Relatório dos trabalhos arqueológicos na Quinta do Deão. Cidade de Ammaia. São Salvador de Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.
- Relatório (1995). OLIVEIRA, J. Relatório de escavação 1995. São Salvador de Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.
- Relatório (1996). OLIVEIRA, J. FERNANDES, I.C.F. & CAEIRO, J. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório 1996. São Salvador de Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (1997). OLIVEIRA, J. FERNANDES, I.C.F. & CAEIRO, J. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório 1997. São Salvador de Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (1998). OLIVEIRA, J. MANTAS, V. G. & NAVASCUÉS, J.J.E. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório 1998. São Salvador de Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (1998-2002). OLIVEIRA, J. MANTAS, V. G. & NAVASCUÉS, J.J.E. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório Final 1998-2002. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2000). OLIVEIRA, J. MANTAS, V. G. & NAVASCUÉS, J.J.E. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2000. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2001). OLIVEIRA, J. MANTAS, V. G. & NAVASCUÉS, J.J.E. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2001. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2002). OLIVEIRA, J. MANTAS, V. G. & NAVASCUÉS, J.J.E. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2002. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2003). THEMUDO BARATA, F. & MANTAS, V. G. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2003. S. S. Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.

Relatório (2004). THEMUDO BARATA, F. & MANTAS, V. G. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2004. S. S. Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.

Relatório (2005). THEMUDO BARATA, F. & MANTAS, V. G. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2005. S. S. Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.

Relatório (2006). THEMUDO BARATA, F. & MANTAS, V. G. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2006. S. S. Aramenha. Fundação Cidade de Ammaia.

Relatório (2008). VERMEULEN F. CORSI, CF., CARVALHO, J. & BORGES, S. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2008. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2009). VERMEULEN F. CORSI, CF., CARVALHO, J. & BORGES, S. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2009. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

Relatório (2010). VERMEULEN F. CORSI, CF., CARVALHO, J. & BORGES, S. Cidade Romana de Ammaia. Marvão. Relatório de Progresso 2010. S. S. Aramenha. Fundação Ammaia.

SIDARUS, A. (1991) *Ammaia de Ibn Maruan: Marvão*, "Ibn Maruan" N.º 1, Câmara Municipal de Marvão, 13-26.

SOTTO MAIOR, D. P. (1619), *Tratado da Cidade de Portalegre*.

Sistema de Informação dos Museus de Cascais – Manual de Procedimentos, 2006, Câmara Municipal de Cascais.

TAEELMAN, D. (2012). The provenance, supply and use of stone material at the Roman town of Ammaia, Thesis presented for the Degree of Doctor of Archaeology, Universiteit Gent, Gent, Belgic.

VIU, D. J. (1852). Estremadura. Coleccion de sus Inscripciones y monumentos. Tomo I, Madrid, Montero.

VASCONCELOS, J. L. (1935). Localização da cidade de *Ammaia*. *Ethnos*, Lisboa. 1, p. 5-9.

VERMEULEN F. & THEMUDO BARATA, F. (2010), Hidden landscapes and ancient landmarks: some theoretical and methodological issues of studying early historical landscapes in SW-Iberia, in: A. Orejas, D. Mattingly, M. Clavel-Leveque (eds.), *From Present, to Past through Landscape*, Madrid, pp. 69 – 84.

VV.AA. (2013) – *Ammaia a Roman town in Lusitania / uma cidade romana na Lusitânia*. CIDEHUS, Universidade de Évora. (ISBN:978-989-95669-5-8)

Legislação consultada:

- Lei nº 13/85, de 6 de Julho: Património Cultural Português.
- Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de junho sobre o património cultural subaquático.
- Decreto-Lei 117/97 de 14 de maio, orgânica do Instituto Português de Arqueologia IPA.
- Lei n.º 19/2000, Primeira alteração à Lei n.º 13/85, Património Cultural Português e ao Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho, Património Cultural Subaquático.
- Decreto-Lei nº 270/1999, de 15 de julho, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Lei n.º 107/2001, Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.
- Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho, aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro, classificação dos bens imóveis de interesse cultural, e o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei 138/2009, de 15 de junho, criação do Fundo de Salvaguarda do Património.
- Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro, aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, adaptando os Decretos-Lei 270/99 e 287/2000.
- Lei 47/2004 de 19 de agosto, Lei-quadro dos Museus Portugueses.
- Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras.
- Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, aprova a Lei-Quadro das Fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de setembro, aprovou as propostas e os projetos de decisão a aplicar às fundações participantes e avaliadas no censo às fundações.

Anexos documentais:

Atividades desenvolvidas durante o período de Estágio:

Ao longo do período de estágio desenvolveram-se diversas atividades de gestão corrente, científica e cultural, decorrentes das atribuições e da ação da Fundação com as entidades e individualidades com quem se relaciona.

De forma a explanar as atividades exercidas durante o estágio, apresento e exponho de seguida grande parte dos trabalhos desenvolvidos ao longo do período em questão que se iniciou em Março de 2015.

Dia 2 de Março

- Verificação com a restante equipa técnica da Ammaia sobre os trabalhos de conclusão dos relatórios de progresso relativos às escavações científicas realizadas nos últimos anos a remeter à DGPC e DRCA.
- Planificação e execução de documentação para inserção no sítio de internet da Fundação sobre o programa: “Ammaia - Summer School”. A Fundação com o apoio de um dos seus curadores, a Universidade de Lisboa, mais concretamente a Faculdade de Letras, teve conhecimento de um programa criado pela Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento (FLAD), o “Study in Portugal Network” (SiPN). Em conjunto, apresentaram a Ammaia e as escolas de verão de arqueologia, a “Ammaia - Summer Schools” com um programa credenciado, dirigido a alunos de universidades americanas, que recebem no final um certificado académico emitido pela universidade. A participação está aberta a alunos de Arqueologia, Antropologia e História.

Dia 4 de Março

- Realização de reunião com o Alexandre Baptista (copywriter), colaborador da Fundação com vista à inserção de dados e documentos na página web institucional, nomeadamente os relacionados com as escolas de verão, “Ammaia - Summer School”, planificar eventos, elaborar textos e notícias sobre a cidade a inserir na página de Facebook (<https://www.facebook.com/Ammaia-443151045800724/timeline/>) e no blog da Fundação (<https://fundacaoammaia.wordpress.com/>).

Dia 5 de Março

- Realização de trabalhos no Laboratório de conservação e restauro da Fundação.
 - Marcação de nova data para a realização do Conselho de Curadores a pedido do presidente do Conselho de Administração, por proposta de um dos curadores.

Dia 6 de Março

- Participação numa reunião em Lisboa na Faculdade de Letras com o Professor Carlos Fabião, coordenador científico do projeto.

- Nesta reunião estivemos a fazer o ponto da situação de diversos assuntos, dos quais destaco, a inserção de dados na página web da fundação da “Ammaia - Summer School”, incluída no programa “Study in Portugal Network” (SiPN) da FLAD. Formular pedido de imagem 3D da Ammaia à empresa austríaca 7Reasons para inclusão na exposição temporária “Lusitânia Romana: Origem de dois povos” a inaugurar no Museu Nacional de Arte Romano em Mérida a 23 de Março de 2015.

Dia 9 de Março

- Realização de diversos trabalhos administrativos relativos ao funcionamento da Fundação, nomeadamente:

- Envio de plano de atividades e orçamento provisional da Fundação referente ao ano de 2015 para a senhora Diretora dos Serviços Administrativos da Universidade de Évora. Esta documentação foi enviada para obtenção de autorização do SEAP sobre a transferência de uma verba anual concedida pela universidade à Fundação Cidade de Ammaia, a qual terá de estar de acordo com o estabelecido na Lei-Quadro das Fundações, Lei 24/2012 de 9 de Julho.
- Envio dos relatórios de contas da Fundação para serem verificadas por um auditor externo no âmbito do processo de transição POC-SNC. (Plano Oficial de Contas versus Sistema de Normalização Contabilística).

Dia 10 de Março

- Realização de reunião e diversos trabalhos administrativos relativos ao funcionamento da Fundação, nomeadamente:

- Reunião com a empresa de contabilidade da Fundação, Dra. Teresa Machado (TOC) com vista ao fecho de contas relativo ao ano de 2014 e apresentação do relatório na próxima reunião do Conselho de Curadores. Para além do signatário, participaram nesta reunião, o presidente da Fundação, Eng.º Carlos Melancia e a diretora do museu, a Dra. Sofia Borges.
- Envio de documento elaborado pelo presidente da Fundação a esclarecer a realização da nova escritura de alteração dos estatutos da Fundação e, a sua adequação à Lei-Quadro das Fundações, Lei 24/2012 de 9 de Julho.
- Envio de resposta a mensagem de correio eletrónico enviada pelo Diretor do Laboratório Hercules, Professor António Candeias, sobre materiais e

equipamentos a serem entregues no Laboratório de Conservação e Restauro da Ammaia.

- Verificação dos trabalhos de inventariação e colocação no depósito, de materiais arqueológicos encontrados nas campanhas de escavação de 2013 e 2014 que se encontravam no Laboratório.

Dia 11 de Março

- Realização de tarefas administrativas relativas ao funcionamento da Fundação, nomeadamente:

- Contacto com o Laboratório Hercules para confirmação do número de técnicos utilizadores a estarem presentes na ação de formação sobre a base de dados *In Patrimonium*.

- Contactos com a empresa Soluções do Futuro, Lda., para confirmação da ação de formação sobre a base de dados *In Patrimonium* instalada no museu da Fundação. Preparação da sala de formação.

Dia 12, 13 e 14 de Março

- Realização de uma ação de formação para os técnicos da Fundação e do Laboratório Hercules sobre a base de dados *In Patrimonium* e tarefas de funcionamento da Fundação.

- Verificação com os serviços de informática da Universidade de Évora das ligações ao servidor da universidade.

- Ação de formação para implementação da base de dados *In Patrimonium Premium*. Esta ação foi dirigida pelo Dr. Fernando Cabral da empresa Sistemas do Futuro que desenvolveu este programa. Futuramente o *In Patrimonium Premium* facilitará a gestão e interligação da informação dos materiais arqueológicos recolhidos na Ammaia, nas suas mais variadas fases de estudo e conservação, bem como os objetos expostos no museu, integrando o inventário da instituição com a gestão global deste património e de todos os processos com ele relacionados. A nova base de dados pretende facilitar a procura de informação e a divulgação do património móvel e imóvel da cidade de Ammaia.

- Envio de documentação sobre os estatutos da Fundação para a senhora Diretora dos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, estes documentos comprovam a aprovação pela Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros do texto apresentado pela Fundação.

- Execução de tarefas de apoio e de secretariado ao Conselho de Curadores da Fundação que se realizou no auditório do museu da Ammaia. Nesta reunião

foram discutidos diversos assuntos relacionados com a vida da instituição, dos quais destaco: Análise da situação de participação do IMAGOS; Situação da aprovação dos Estatutos; Subsídios da Universidade de Évora, Câmara Municipal de Marvão e Universidade de Lisboa; Protocolo de colaboração com a DGPC, visita do Diretor Geral no dia 6 de Fevereiro com vista à exposição com o espólio Maçãs; Análise da situação do problema dos Olhos D'Água / ICNF. Projeto da FLAD; Nomeações para o Conselho de Curadores (2), para o Conselho de Administração (3) e para o Conselho Científico (4); Outros assuntos.

- A reunião em apreço foi concluída sem se ter aprovado as nomeações para os novos órgãos da Fundação, pelo que foi proposta a realização de uma nova reunião extraordinária, em data a definir.

Dia 16, 17 e 18 de Março

- Execução de tarefas administrativas relativas ao funcionamento da Fundação, nomeadamente e da base de dados In Patrimonium:

- Contacto com o Dr. Fernando Cabral e equipa de programação da Sistemas do Futuro com vista à atualização do programa da base de dados In Patrimonium.

- Início dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos” da base de dados. Esta tarefa foi desenvolvida em parceria com a Dra. Sílvia Ricardo, bolsista de investigação do Laboratório Hercules. A sua bolsa foi aberta para apoiar a realização dos trabalhos de inventariação e organização do depósito. Inicialmente estava previsto que procedesse à inserção de objetos na base de dados, mas devido a questões técnicas, a base de dados não pôde ser instalada antes, inviabilizando essa intenção.

- Execução de trabalhos de verificação dos equipamentos informáticos existentes no museu e no laboratório para implantação de software de monitorização remota, com vista à atualização do programa In Patrimonium e funcionamento em rede de todos os computadores instalados nos serviços da Fundação com a ligação ao servidor dedicado ao programa. Realização de testes de ligação da rede de internet existente, para verificação do funcionamento de “download e upload” de informação na base de dados.

- Em resposta a um pedido anteriormente efetuado à presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, a Fundação recebeu mensagem eletrónica dos serviços da CCDRA com informação sobre o programa Operacional Regional Alentejo 2020. "Alentejo Hoje - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional", A Cultura, “Especialização Inteligente” do Desenvolvimento”, Programa Operacional Regional - INALENTEJO.

- Trabalhos de confirmação de instalação das licenças da base de dados In Patrimonium.

Dia 19 e 20 de Março

- Execução de tarefas administrativas relativas ao funcionamento da Fundação, do Laboratório e da base de dados, nomeadamente:
 - Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”, comparação de modelos de “manuais” da base de dados In Patrimonium que nos foram fornecidas pela Sistemas do Futuro Lda.
 - Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”, comparação de modelos de “manuais” da base de dados In Patrimonium que nos foram fornecidas pela Sistemas do Futuro Lda.

Dias 23, 24, 25, 26 e 27 de Março

- Execução de tarefas administrativas relativas ao funcionamento da Fundação, e da base de dados, nomeadamente:
 - Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”.
 - Conclusão de minuta da Ata nº 37 do Conselho de Curadores realizado a 14 de Março e envio a todos os curadores e seus representantes com vista à sua revisão e eventuais propostas de inclusão de texto.
 - Envio de mensagem eletrónica para solicitar a confirmação de nova data para reunião de continuação do Conselho de Curadores iniciado a 14 de Março.
 - Reunião de trabalho com o Alexandre Baptista para introdução dos novos textos em língua inglesa da “Ammaia - Summer School”, incluída no programa “Study in Portugal Network” (SiPN) da FLAD. As traduções e revisões foram feitas pelo Professor Tom Grigg da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
 - Envio de mensagem eletrónica a todos os Curadores da Fundação, a confirmar o dia 24 de Abril como a nova data para a reunião de continuação do Conselho de Curadores iniciado a 14 de Março.
 - Detecção de problemas no alojamento de internet da Fundação, não compatibilidade com o programa da base de dados In Patrimonium que permitirá futuramente o acesso online a esse programa de inventário, será necessário recorrer a uma nova empresa de alojamento online.
 - Solicitação de consumíveis ao secretariado do Laboratório Hercules, esses produtos destinam-se aos tratamentos de preservação em curso no Laboratório de conservação e restauro, solicitação de orçamentos.

Dia 30, 31 de Março

- Realização de tarefas administrativas relativas à implementação da base de dados e de funcionamento da Fundação, nomeadamente:

- Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”, da base de dados In Patrimonium.
- A Fundação recebeu uma informação da Universidade de Évora que refere que o SEAP não aprovou as transferências de verbas decorrentes do programa IMAGOS, mesmo tratando-se de projetos financiados pelo QREN. Como tal não será possível, a Fundação teve que encontrar outras soluções com vista à realização da exposição temporária “Ad Aeternitatem”.

Dia 1 e 2 de Abril

- Realização de tarefas relacionadas com o processo de licenciamento do conjunto edificado da Quinta do Deão, propriedade da Fundação e com a elaboração dos relatórios de progresso das escavações científicas realizadas em 2013 e 2014, envio de cartografia e documentação fotográfica.

- Verificação da documentação necessária à legalização do edificado existente na Quinta do Deão e confirmação com o Arqto. Sousa Lino e o técnico João Aires.
- Elaboração de ofício dirigido ao serviço de obras da Câmara Municipal de Marvão para envio de elementos documentais.

Dia 7, 8, 9 e 10 de Abril

- Execução de tarefas relacionadas com a Fundação e continuação da implementação da base de dados, nomeadamente:

- Contactos com o Diretor da revista National Geographic – Portugal, Gonçalo Pereira Rosa, tendo em vista um novo artigo sobre os trabalhos científicos a decorrer na Ammaia. Definição de possível data para o artigo, efetuar pedidos de imagens a utilizar. Preparação da logística para receber o fotógrafo astronómico Miguel Claro nos dias 22/23 e 24 de abril.
- Realização de tarefas relacionadas com a elaboração dos relatórios de progresso relativos às escavações científicas realizadas em 2013 e 2014, envio de documentação gráfica.
- Envio de documentos para o secretariado do seminário “Encontro de Trocas 2015 – Olhares cruzados sobre o património cultural” a realizar no dia 24 de Abril no Palácio do Vimioso, Évora. Apresentação de comunicação intitulada “O campo arqueológico da Cidade Romana de Ammaia – Gestão de ciência e tecnologia”, no âmbito da minha bolsa BGCT-CIDEHUS/FCT

- Reunião com a Dra. Sofia Borges e o Alexandre Baptista para preparação do evento a decorrer no museu e nas ruínas da Ammaia, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, dia 18 de Abril, definição de outras atividades tais como “Uma noite no museu da Ammaia” no âmbito da “Noite Europeia dos Museus” que se comemora a 16 de Maio de 2015.
- Solicitação de pedido de apoio aos serviços da Câmara Municipal de Marvão para os trabalhos de pintura e preparação dos espaços / salas do edifício do museu para instalação da exposição temporária.
- Aguardamos da parte dos serviços administrativos da Universidade de Évora a definição formal do financiamento da exposição.
- Apoio à Dra. Sofia Borges no ato de conferência das peças a incluir na exposição “Ad Aeternitatem”, relação peça – valor estimado, pedido de proposta de seguro da coleção. Envio de ofício à Lusitânia Seguros a solicitar cotação.
- Contactos com o Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, confirmação definitiva da inauguração da exposição a 15 de Maio, devido à existência de algumas informações contraditórias.
- Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”, da base de dados In Patrimonium, definição de primeiro esboço do manual, trabalho executado ao longo do fim-de-semana.

Dia 13, 14, 15, 16 e 17 de Abril

- Realização de tarefas administrativas relativas ao funcionamento da Fundação e do museu, nomeadamente:
 - Execução de tarefas de apoio e de secretariado ao Conselho de Curadores da Fundação, elaboração e envio de plano de atividades da Fundação aos curadores para análise anterior à reunião do conselho.
 - Estabelecimento de contacto com o senhor diretor da faculdade de letras da universidade de Lisboa, Professor Paulo Farmhouse Alberto com vista à marcação de visita oficial do senhor Reitor da Universidade de Lisboa. Propusemos o dia 15 de Maio, dia de inauguração da exposição temporária.
 - Execução de tarefas de apoio e de secretariado, consulta do site da SGPCM para confirmação da aprovação dos estatutos pelos serviços jurídicos do Ministério, será enviado ofício à Fundação pela Diretora dos serviços, Dra. Ana Sasseti.
 - Envio de informação ao Notário que fez a escritura e publicou os estatutos, e inserção dos dados na página web do Ministério da Justiça

- Realização de pedido formal para a utilização dos modelos 3D da Ammaia na revista da National Geographic, solicitação dos créditos a apresentar na publicação.
- Continuação dos trabalhos para definição do “Manual de Procedimentos”, da base de dados In Patrimonium, inserção de alterações no primeiro esboço do manual.
- Solicitação de envio ao Dr. Azevedo Coutinho (ROC) do relatório do Fiscal Único da Fundação para envio formal aos curadores previamente à reunião do Conselho.
- Pedido de orçamento prévio de trabalhos de carpintaria para a execução de plintos a incluir nos expositores da exposição temporária “*Ad Aeternitatem*”
- Pedido de orçamento para a aquisição de materiais e serviços para a exposição temporária “*Ad Aeternitatem*”.
- Início dos trabalhos de pintura e preparação dos espaços / salas do edifício do museu para instalação da exposição temporária. Os serviços da Câmara Municipal de Marvão cederam-nos dois pintores e pessoal de limpeza, bem como o apoio necessário dos serviços de carpintaria.
- Recebimento da proposta da empresa Marwan para aquisição de materiais e serviços para a exposição “*Ad Aeternitatem*” a realizar no museu Ammaia
- Apoio à Dra. Sofia Borges no ato de conferência das peças a incluir na exposição, relação peça – valor estimado, pedido de proposta de seguro da coleção. Envio de ofício à Lusitânia Seguros a solicitar cotação de valor (orçamento).

Dia 20, 21, 22, 23 e 24 de Abril

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação e do museu, nomeadamente:
 - Continuação dos trabalhos de pintura do museu.
 - Envio de documento prévio complementar à convocatória do Conselho de Curadores, envio do relatório de contas da Fundação e relatório do Fiscal Único.
 - Envio de documentação relativa à abertura de procedimentos de contratação pública pelos serviços administrativos da Universidade de Évora para aquisição de materiais e equipamentos da exposição temporária e transporte das peças do MNA para a Fundação Ammaia.
 - Contacto com a Sistemas do Futuro para efetuar pedido de acesso remoto para a introdução / importação de dados do programa In Patrimonium, inserção de lista de terminologia.

- Recepção na Fundação do fotógrafo Miguel Claro para a realização de sessão fotográfica noturna na Ammaia, a incluir na revista National Geographic.
- Entrega dos procedimentos de aquisição de serviços da exposição na plataforma de contratação pública Gatewit pelos serviços administrativos da Universidade de Évora, necessário contactar os fornecedores para a resposta ser feita rapidamente para fechos das propostas antes do dia 30 de Abril
- Apresentação de comunicação no seminário “Encontro de Trocas 2015 – Olhares cruzados sobre o património cultural”, título: “O campo arqueológico da Cidade Romana de Ammaia – Gestão de ciência e tecnologia”, Palácio do Vimioso, Évora.
- Execução de tarefas de apoio e de secretariado ao Conselho de Curadores da Fundação que se realizou no auditório do museu da Ammaia. Nesta reunião foram discutidos diversos assuntos relacionados com a vida da instituição dos quais destaco: Situação da aprovação dos Estatutos. Análise da situação de participação do IMAGOS; Protocolo de colaboração com a DGPC; Visita do Diretor Geral no dia 6 de Fevereiro com vista à exposição com o espólio Maçãs. Subsídios da Universidade de Évora; Nomeações para o Conselho de Curadores (2), para o Conselho de Administração (3) e para o Conselho Científico (3); Análise da situação do problema dos Olhos D’Água / ICNF. Projeto da FLAD; Análise da situação financeira e patrimonial da Fundação; Proposta sumária de Plano de Atividades para 2015; Outros assuntos de interesse social. De todos os assuntos relevo o que me parece poder vir a ser um dos mais relevantes para a Fundação, a proposta de protocolo de colaboração entre a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e a Fundação Cidade de Ammaia, o qual prevê que as peças fiquem expostas no nosso museu até final de 2016 e que o Diretor do MNA passe a ter assento no Conselho de Curadores por nomeação da DGPC.

Dia 27, 28, 29 e 30 de Abril

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação e no museu da Ammaia, nomeadamente:
 - Continuação dos trabalhos de pintura do museu.
 - Verificação da entrega dos procedimentos de aquisição de serviços da exposição na plataforma de contratação pública Gatewit pelos fornecedores.
 - Contacto com o designer do Laboratório Hercules, Nuno Carriço para fazer a verificação / estado da arte dos materiais expositivos a incluir na exposição temporária “*Ad Aeternitatem*”. Ao longo destes dias os contatos foram

constantes, bem como a troca de materiais para verificação do design e a execução de testes de impressão nas empresas que vão ultimar os materiais expositivos. Pedido de logotipos a incluir nos painéis e nas fichas técnicas dos painéis e no catálogo.

- Após ter recebido as imagens dos modelos 3D da Ammaia elaborados pelo Michael Klein da 7Reasons no âmbito do Radio-Past, remetemos esses elementos para o Diretor da revista National Geographic Portugal.

Dia 1 de Maio

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação, no museu e no laboratório da Ammaia, nomeadamente:

- Continuação dos trabalhos de pintura do museu.
- No âmbito das alterações efetuadas aos órgãos sociais da Fundação, foi efetuado um pedido formal de envio dos curricula, às entidades que propuseram a nomeação de candidatos a incluir o Conselho de Administração da Fundação, de forma a ser ratificado pelo Conselho de Curadores.
- Realização de trabalhos de verificação da lista de terminologia da base de dados In Patrimonium, confirmação da listagem de designações de objetos e criação de nova lista com objetos e terminologia específica relacionada com “cidades romanas”.

Dia 4, 5, 6, 7 e 8 de Maio

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação e no museu da Ammaia, nomeadamente:

- Continuação dos trabalhos de pintura do museu e início da montagem dos expositores e definição de colocação dos painéis expositivos.
- Definição da ficha técnica da exposição, autores, colaboradores, parceiros, entidades financiadoras de enquadramento, etc...
- Realização de trabalhos de limpeza das salas de exposição, limpeza e pintura dos expositores e colocação dos dispositivos de iluminação LED na exposição. Tratamento, limpeza e pintura dos plintos das peças a expor.
- Envio dos curricula dos novos elementos que integram o Conselho de Administração da Fundação a todos os curadores para conclusão deste assunto e início de atividade do conselho.
- Elaboração dos convites formais da inauguração da exposição (trabalho conjunto com a Sofia Borges e o Alexandre Baptista) a enviar via correio a todos os parceiros e instituições com quem a Fundação detém relações de proximidade

institucional (Parceiros, Curadores, Universidades, Centros de Investigação, organismos estatais, etc...). Envio de convite via mensagem eletrónica à mailing list da Fundação e do Município de Marvão.

- Publicitação nos meios de comunicação nacionais da inauguração da exposição temporária *“Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia”*. Preparação de materiais de divulgação nos meios digitais de divulgação da Fundação, sítio da internet, página do Facebook e blog.

Entre os dias 9 e 13 de Maio estive ausente em “meditação”. Depois de tantas semanas em trabalho contínuo e realização de tarefas que decorrem da gestão corrente e da vida quotidiana da Fundação, procedi a um “retiro espiritual” pessoal. Durante 5 dias estive fora dos serviços da Fundação para realizar o percurso de peregrinação a Nossa Senhora de Fátima desde Castelo de Vide. Mas mesmo este retiro nunca “afastou” a preocupação de acompanhar a forma como decorriam os trabalhos no museu e fui efetuando algumas tarefas via telefone “ajudando” de alguma forma no bom desenrolar dos trabalhos de instalação da exposição, deixando a parte física para os elementos que permaneceram nas instalações da Fundação.

No entanto ainda tive a possibilidade de ajudar, fazendo a apreciação, escolha e aquisição dos equipamentos de visionamento que seriam instalados nas vitrinas de exposição com meios multimédia de apresentação dos objetos expostos. Outra das tarefas que realizei foi o de formalizar o pedido de apoio à Câmara Municipal de Marvão para um “Marvão de honra” a presentear os convidados após a inauguração da exposição. Para além disso, em virtude de contactos efetuados pela CCDRA com a Universidade de Évora, relacionados com o fecho físico do programa IMAGOS, tivemos que explicar o facto de a exposição ser inaugurada no dia 15, mas todos os procedimentos de contratação pública e execução já se encontrarem concluídos e a documentação entregue nos serviços do QREN – INALENTEJO para conclusão dos projetos financiados (LARES e APOLLO).

Dia 14 de Maio

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação e no museu da Ammaia relacionados com a inauguração da exposição temporária, especialmente:

- Conclusão dos trabalhos de limpeza das salas de exposição, áreas administrativas do museu e Laboratório de conservação e restauro.

- Execução de trabalhos de pintura dos plintos das vitrinas e colocação dos painéis da exposição.
- Trabalhos de montagem dos equipamentos multimédia no interior das vitrinas de acordo com a legendagem das peças.
- Conclusão dos trabalhos de montagem dos painéis da exposição e colocação dos suportes para as paletas de texto com as traduções em espanhol e inglês.

Dia 15 de Maio

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação e inauguração da exposição temporária no museu da Ammaia:

- Conclusão dos trabalhos de limpeza das salas de exposição, áreas de receção e sanitários do museu.
- Verificação e execução de últimos retoques de limpeza e fecho das vitrinas.
- Conclusão dos trabalhos de montagem dos painéis da exposição e colocação dos suportes para as paletas de texto com as traduções em espanhol e inglês.
- Previamente à inauguração da exposição a equipa técnica do projeto CRA, Cidade Romana de Ammaia esteve presente numa reunião de trabalho realizada no museu da Ammaia, com a Dra. Maria Catarina Coelho, Diretora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, Dr. Nelson Almeida e Dr. Rafael Alfenim da DRCA. Esta reunião foi realizada com vista à conclusão do processo de licenciamento dos trabalhos arqueológicos que ainda não tinha merecido resposta por parte da tutela.
- Mais tarde, pelas 17:00h foi inaugurada a exposição temporária "*Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*". Esta cerimónia de inauguração contou com as presenças do Diretor-geral do Património Cultural, do Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, do Reitor da Universidade de Lisboa, do Professor Jorge Araújo, antigo Reitor da Universidade de Évora, do Presidente do Município de Marvão, entre outras personalidades.

A exposição abrange 91 peças descobertas nos terrenos da Ammaia, nas primeiras décadas do séc. XX e que fazem parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Este importante número de objetos vem complementar e valorizar o espólio permanente do Museu Cidade de Ammaia e ajudar a perceber também rituais fúnebres praticados na época romana. Destes objetos faz parte uma coleção de vidros, cerâmica comum, bem como moedas e algumas pedras de anel.

Dia 16 de Maio

- Realização de reunião nos serviços da Fundação e realização de evento no museu da Ammaia:

- Reunião entre a Direção da Fundação e parte da equipa técnica da Ammaia com vista à avaliação e expectativas sobre a inauguração da exposição e definição de prioridades para futuras atividades.
- Realização de evento no museu da Ammaia no âmbito da “Noite Europeia dos Museus”. Ao longo da noite houve um espetáculo com o coro Cantare et Sonare, e conversas com histórias da Ammaia contadas pelo Professor Carlos Fabião, Sofia Borges e um passeio à sombra das estrelas na porta sul a tentar imaginar como seria uma noite na Ammaia há dois mil anos!

Dia 19, 20 e 21 de Maio

- Realização de tarefas administrativas nos serviços da Fundação, no museu e no laboratório, nomeadamente:

- Pedido formal de documento emitido via mensagem eletrónica pelo Dr. Rafael Alfenim, relativo ao relatório prévio de estado de conservação da torre oeste, Porta Sul, tal como foi definido na reunião do dia 15 com a DGPC e DRCA.
- Envio de convite oficial da Fundação para uma visita à Ammaia da Dra. Rosalia Vargas, Diretora da Agencia Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva.
- Reunião em Lisboa com o Diretor da revista National Geographic Portugal, Dr. Gonçalo Pereira Rosa, para ultimar e “fechar” os créditos das imagens antes da aprovação final do artigo na National Geographic International. O artigo foi publicado no mês de Julho com o título, Ammaia, Cidade Romana no Alentejo.
- Realização de trabalhos de inserção de termos e designações de objetos na lista de terminologia da base de dados In Patrimonium e do Manual de procedimentos. Estes trabalhos relacionados com a inserção e “fecho” da terminologia foram executados até ao fim do mês de Maio. Presumimos que depois de testada a terminologia a base de dados de verá começar a ser utilizada a partir do mês de outubro, a seguir à campanha de escavações da “Escola de verão” de setembro. (Anexos 8 e 9)

A 2ª sub-seccão da 6ª Secção da J.N.E., em sessão de 17 de Abril de 1948, aprovou o presente parecer, destinado a delimitar a citada ruína romana de "Ammaia", em S. Salvador de Aramenha, Concelho de Marvão, e exprimiu o desejo de que o processo de classificação tenha rápido andamento, a fim de se proceder às sondagens préliminares do citado sítio arqueológico e o pedido de alguns proprietários do terreno em que assenta a antiga cidade romana de Ammaia, na freguesia de S. Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, e que desejavam uma demarcação mais concreta do local que vai ser classificado como monumento nacional, para lá nos dirigimos na passada 5.ª feira, 1 de Abril, o Sr. Dr. João Pereira Dias, ilustre Presidente da 2ª Sub-seccão da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação, o Sr. Capitão Afonso do Paço, e o vogal que subscreve o presente relatório. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Marvão pôs gentilmente à nossa disposição um automóvel, na impossibilidade de o fazer pessoalmente, encarregou o Sr. Dr. Manuel Gomes Leão de nos acompanhar tanto à ida como à volta. É portanto digno S. Ex.ª, do nosso maior reconhecimento.

Nas suas respectivas quintas esperavam-nos proprietários mais interessados no assunto, a Sr.ª Condessa de Mouraz e o Sr. Francisco Carlos. Na sua companhia, percorremos demoradamente o terreno, fixando-nos principalmente no

1. Miguel Jalhay, re-

sômente de pesquisas em zonas demarcadas.

Repartição do Ensino Superior e das Artes
 2.ª Secção
 Sr. Dr. Manuel Gomes Leão
 Em 1 de Abril de 1948

+
 1948/10/16
 Manuel Gomes Leão
 26/10/48

2

local em que eram mais evidentes os vestígios da antiga povoação. Depois de uma troca de impressões, resolvemos apresentar a esta Subsecção o projecto de classificação, como monumento nacional, das parcelas de terreno, a seguir discriminadas. Se mais tarde virmos que convém adicionar mais algumas, estaremos sempre a tempo de apresentar novo projecto.

Muito de propósito nada incluímos no presente relatório, que diga respeito às pontes e troços de via romana, que existem tanto ao norte como ao sul do terreno, pois pensamos apresentar sobre esse assunto uma outra proposta.

Aramenha

Parcelas de terreno a classificar como monumento nacional

1.º Terreno à direita de quem segue a estrada de Marvão a Portalegre, a SE da igreja paroquial de S. Salvador de Aramenha, denominado Tapada de Aramenha, desde o cruzamento da dita estrada com um caminho que segue para Oeste, até aos quilómetros 120,800, com uma profundidade de 250 metros.
Proprietários: Senhora Condessa de Monsaraz.

57

1.º Lugares alhau, re-

sólmento de pesquisas em zonas demarcadas e com troços

2.º Terreno à esquerda da mesma estrada entre os quilómetros 120,500 e 121, limitado em profundidade pelo caminho que segue para Porto Espada e por uns vestígios de antiga muralha romana, em ruínas.

Proprietários: Senhora Condessa de Monsaraz (parte denominada Quinta do Deão), e Sen. Francisco Carlos (parte denominada Quinta de Aramenha).

É o que tenho a honra de propor a esta Subsecção, não sem manifestar mais uma vez os meus sinceros agradecimentos ao nosso Redido e Ex.ºs Presidente, Sr. Dr. Pereira Dias, por se ter dignado acompanhar-me, com sacrifício do seu tempo e da sua saúde, na visita ao local.

Lisboa, 17 de Abril de 1948

Eugénio Jalhay
(Vogal da J. N. E. e relator)

1: Eugénio Jalhay, relator
sómente de pesquisas em zonas demarcadas e com circun-



(PLANTA DO MANUSCRITO - PÁGINA 4)

capitão-tenente, de preferência engenheiro hidrógrafo	1	
Chefes de brigada — capitães-tenentes ou primeiros-tenentes, de preferência engenheiros hidrógrafos	2	
Imediato — primeiro-tenente	1	
Primeiros ou segundos-tenentes	2	
Segundo-tenente engenheiro maquinista	1	7
Sargentos e praças do Corpo de Marinheiros da Armada		
1.ª brigada		
Primeiro ou segundo-sargento artilheiro	1	
Primeiros ou segundos-marinheiros artilheiros	2	3
2.ª brigada		
Primeiros ou segundos-sargentos condutores de máquinas	2	
Cabos fogueiros	2	
Marinheiros fogueiros	8	
Cabo torpedeiro electricista	1	
Marinheiro torpedeiro electricista	1	
Primeiro ou segundo-sargento radiotelegrafista	1	
Cabo radiotelegrafista	1	
Marinheiro radiotelegrafista	1	17
3.ª brigada		
Primeiro ou segundo-sargento de manobra	1	
Cabo de manobra	1	
Marinheiros de manobra (a)	8	
Primeiro ou segundo-sargento enfermeiro	1	
Primeiro-despenseiro	1	12
<i>Total</i>		<u>39</u>

(a) Um dos marinheiros de manobra deve ser sinaleiro, podendo no entanto estas funções ser desempenhadas por cabo.

Ministério das Colónias, 16 de Junho de 1949.—
O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto n.º 37:450

Nos termos dos artigos 2.º, 24.º e 30.º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932, e do n.º 5.º do § 1.º

do artigo 21.º do Regimento da Junta Nacional da Educação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26:611, de 1.º de Maio de 1936;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e em promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São classificados como monumentos nacionais os seguintes imóveis:

Distrito de Leiria

Concelho de Peniche — igreja matriz de Atouguia da Baleia.

Distrito de Lisboa

Concelho de Loures — dólmen situado a sul 77º este do moinho do Baeta e a norte 49º este do marco geodésico do Bispo, no calcário do Turoniano, no sítio actualmente denominado Sítio das Pedras Grandes, em Caneças.

Distrito de Portalegre

Concelho de Marvão — ruínas romanas situadas na freguesia de S. Salvador de Aramenha, incluindo-se na classificação a parte da via romana e a ponte denominada Ponte Velha, que se encontra junto às mesmas, sobre o rio Sever.

Art. 2.º São classificados como imóveis de interesse público os seguintes imóveis:

Distrito de Aveiro

Concelho de Ovar — passos de Ovar, os quais, compostos por uma série de capelas isoladas, foram construídos nos meados do século XVIII.

Distrito da Guarda

Concelho de Pinhel — ruínas da igreja da Trindade em Pinhel.

Distrito de Ponta Delgada

Concelho de Ponta Delgada — igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Ponta Delgada.

Distrito de Portalegre

Concelho de Avis — conjunto do antigo Convento da Ordem de Avis, na vila de Avis.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.
Paços do Governo da República, 16 de Junho de 1949.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Fernando Andrade Pires de Lima.

UMA CIDADE ANTIGA DA LUSITANIA

No verão passado apareceu na Aramenha, concelho de Marvão, numa propriedade ou quinta da família do sr. Antonio Corsino Caldeira, um paralelepípedo de mármore, com as dimensões de 0^m.44 x 0^m.29 x 0^m.16 a 0^m.175, em uma de cujas faces está esculpida a seguinte inscrição:

TIB·CLAUDIO
CAESARI·AVG
GERMANICO·IMP·III
PONT·MAX·TRIB·POT
IIII·COS·III·DESIG·IIII
CIVITAS·AMMAIENSIS
EX·VOTO·ANNVO
L·CALVENTIO·VETERE
CARMINIO·LEG·

TIB·CLAUDI·CAESARIS·AVG
PROCVLO·PISIRI·F·
OMVNCIONE·CILAI·F

Deixo de notar algumas particularidades paleográficas, o que reservo para *O Archeologo Português*.

A primeira parte da inscrição é uma dedicatória ao imperador Claudio, que aí figura, como de ordinário, com os seus títulos. São coisas conhecidas, em que não vale a pena aqui insistir.

Depois, alude-se a um voto que a cidade de Ammaia fez por um ano em benefício do referido imperador, sendo legado deste na provincia da Lusitania Lucio Calvencio Velho Carminio, e magistrados municipais, ou duóviro, Próculo, filho de Pisiro, e Homuncio, filho de Cila. Para melhor intelligencia da inscriçã, convém lembrar que os Romanos costumavam fazer periodicamente *vota publica*, ou promessas solenes, aos deuses, para que estes permitissem que o estado e o imperador gozassem de felicidade. Tais votos eram anuais, quinquenais, etc., e deles se fala, com frequencia nas moedas imperiais. O voto de que na nossa inscriçã se trata era por um ano. Entende-se que a cidade exprime a Claudio a sua satisfação por ter tido bom exito o desejo manifestado por ela no voto.

O Arceologo 29-3-1932

Na propriedade que hoje pertence aos srs. Caldeiras têm-se descoberto, já ha seculos, grande numero de antigualhas, não só inscrições e marmores lavrados, senão tambem panos de muros, alicerces de casas, ladrilhos, columnas, e bem assim miudezas, tais como vidros, moedas, e outras coisas, ora soltas, ora em sepulturas. Já uma vez aí efectuei excavações numa necropole, em companhia do meu amigo Antonio Eusebio Benito Maçans, que foi quem agora primeiro me deu noticia da inscriçã de Claudio. O local era, pois, povoação importante na época romana, e dali se levou para Castelo de Vide, ou Castel-de-Vide (como lá se diz), um arco monumental, que o desleixo dos habitantes da vila, com indiferença do Governo de então, destruiu em 1890, mas de que ficou ao menos uma fotografia, que publiquei nas *Religiões da Lusitania*, III, 179.

Diz Fr. Amador Arráiz, *Dialogo* 8.º, cap. VIII, que as ruinas de Aramenha correspondem á cidade de *Medóbriga*, o que não parece justo, pois a terminação *briga* denota eminencia, ao passo que Aramenha jaz numa baixa. O texto que acima produzi, e que copiei no local em 26 de Agosto de 1931, prova que a povoação que está representada por Aramenha era *Ammaia*. Póde formular-se aqui raciocinio análogo ao que se formula para justificar a situação de *Aeminium* em Coimbra, e de *Ossónoba* em Faro. O que deixo para outra occasião.

O sr. Maçans apresentou-me ao sr. Antonio Corsino Caldeira: e tanto este como seu filho o sr. Antonio de Azevedo Coelho Corsino Caldeira tiveram a distinta amabilidade de me oferecer para o Museu Etnologico, de Belem, a lapida que serve de assunto ao presente artigo. Ela ainda não chegou ao Museu, porque o sr. Caldeira e seu filho não estão agora no Alentejo; é, porém, como se já chegasse, visto que ma enviarão logo que regressem a casa.

Todos os louvores são poucos para tão generoso acto. De mais a mais, o Museu Etnologico, onde ha varios objectos da Aramenha, cuja aquisição se deve principalmente á accão do sr. Maçans, outro benemerito da Archeologia, não possuia ainda nenhuma inscriçã de lá. O oferecimento dos srs. Caldeiras tem pois duplo valor: dota-se o Museu com uma lapida mais, e preenche-se uma lacuna.

J. Leite de Vasconcellos

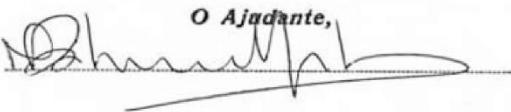
21 e 41
50 82
F11


CARTÓRIO NOTARIAL DE NISA
AVENIDA D. DINIS
TELF. 42243 - FAX 42175
6050 NISA
NOTÁRIA
Paula Cristina da Figueiredo Battencourt Mendonça Fragoso

CERTIDÃO

A presente Certidão composta de dezassete folhas, numeradas e, por si, rubricadas levando aposto o selo branco do Cartório, está conforme o original e foi extraída de folhas duas verso a folhas cinco do livro número cinquenta e nove - C, de «Escrituras Diversas» deste Cartório,

Cartório Notarial de Nisa, vinte e sete de Novembro de mil novecentos e noventa e sete.

O Ajudante,


Conta: Art.º 17.º n.º 1	<u>300 \$00</u>
Art.º 17.º n.º 2	<u>1 700 \$00</u>
Total	<u>2 000 \$00</u>

SAo: Dois mil escudos

Reg. sob o n.º 2672 

FUNDAÇÃO

- No dia vinte e sete de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, no Cartório Notarial de Nisa, perante mim, Paula Cristina de Figueiredo Bettencourt Mendonça Fragoso, Notária do mesmo Cartório, compareceram como outorgantes: _____

- **PRIMEIRO: CARLOS MONTEZ MELANCIA**, casado sob o regime da separação de bens com Maria do Rosário Botelho, natural da freguesia e concelho de Alpiarça, residente na Quinta da Serra, em Castelo de Vide, contribuinte fiscal nº 120 785 790, o qual outorga por si e na qualidade de procurador de: _____

- **LUIS MANUEL MEXIA CHAVES COSTA**, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Rua da Arriaga, nº 21, em Lisboa. _____

- **SEGUNDO: ANTONIO MOURA ANDRADE**, casado, natural da freguesia de Santa Maria de Marvão, concelho de Marvão, residente na Rua de São Tiago, nº 9-A, em Marvão, que outorga na qualidade de **Presidente da Câmara**, em representação do **"MUNICIPIO DE MARVAO"**, pessoa colectiva nº 680 012 214, no uso dos poderes que lhe foram conferidos nas Reuniões Ordinárias da Assembleia Municipal realizadas em dezanove de Abril de mil novecentos e noventa e seis e em vinte e seis de Setembro de mil novecentos e noventa e sete. _____

1284

59-C	3
Livro	Folhas

153
10

- TERCEIRO: JORGE QUINA RIBEIRO DE ARAUJO, casado, natural da referida freguesia de São Sebastião da Pedreira, residente na Praça da Figueira, Foros do Queimado, São Miguel de Machede, Evora, que outorga na qualidade de Reitor, em representação da "UNIVERSIDADE DE EVORA", pessoa colectiva nº 501 201 920, no uso dos poderes que lhe foram conferidos na Reunião Ordinária do Senado Universitário realizada em treze de Março de mil novecentos e noventa e sete.
- QUARTO: FRANCISCO JOSE ROSETA FINO, casado, natural da freguesia e concelho da Covilhã, residente na Rua de Sacramento à Lapa, 48, em Lisboa.
- QUINTO: JORGE MANUEL PESTANA FORTE DE OLIVEIRA, casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de Portalegre, residente na Rua Carolina Osório, nº 10, em Evora.
- SEXTO: JOAO DE VASCONCELOS E SOUSA LINO, casado, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, residente na Rua de Artilharia Um, nº 110, 4º esquerdo, em Lisboa.
- SETIMO: JOAQUIM EMANUEL NEVES DE CARVALHO, casado, natural da freguesia de Caldelas, concelho de Guimarães, residente na Rua do Mercado, em Castelo de Vide, que outorga na qualidade de procurador de:
- "ARMENIO CORTEZ DE CARVALHO, LIMITADA", com sede no

MOD. 502 - A Gráfica de Tomar

85

Fls 4
KQ

lugar da Rabata, na freguesia de Barco, concelho de Guimarães, pessoa colectiva nº 502 782 498, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães sob o número três mil novecentos e cinquenta e nove e o capital social de três milhões de escudos.

- Verifiquei a identidade dos outorgantes e as qualidades em que intervêm os segundo e terceiro outorgantes por conhecimento pessoal, tendo verificado as qualidades invocadas pelos primeiro e sétimo outorgantes através de duas procurações, a suficiência de poderes do segundo outorgante através de duas certidões referentes às Reuniões atrás indicadas e a suficiência de poderes do terceiro outorgante através de certidão da acta número três referente à Reunião atrás indicada.

- DISSERAM:

- Que instituem uma Fundação denominada "**FUNDAÇÃO CIDADE DA AMMAIA**", com sede na Praça D. Pedro V, nº 19, rés-do-chão, na freguesia de São João Batista, vila e concelho de Castelo de Vide, cujo objectivo consiste na Prossecução de Acções de Ordem Cultural, Educativa e Filantrópica, podendo também actuar nas áreas da Ciência, Social e Desporto e que se regerá pelos Estatutos constantes do documento complementar, elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64º do Código do Notariado, que já leram e que fica a fazer parte integrante desta

86

59-C	4
Livro	Folhas

155
R

escritura. _____

- Que o fundador Carlos Montez Melancia entrega à Fundação para integrar o património da mesma o seu **prédio misto** denominado "**Quinta da Aramenha ou Quinta do Deão**", no lugar da Quinta da Ribeira, na freguesia de São Salvador da Aramenha, concelho de Marvão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo de Vide sob o número zero dois mil e quarenta e um, daquela freguesia, na mesma Conservatória registado, a seu favor, pela inscrição 6-três, inscrita a parte rústica na respectiva matriz sob o artigo 104 da Secção E, com o valor patrimonial de 574 838\$00 e a parte urbana sob o artigo 399, com o valor patrimonial de 14 025\$00 e sob o artigo 400, com o valor patrimonial de 38 961\$00, de que resulta o valor patrimonial total de 627 824\$00 e a que atribui o valor de VINTE MILHOES DE ESCUDOS. _____

- Que cada um dos fundadores "Universidade de Evora", Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino e "Arménio Cortez de Carvalho, Lda" entrega à Fundação para integrar o património da mesma a quantia de DOIS MILHOES DE ESCUDOS. _____

- Assim o outorgaram. _____

- Arquivo: a) As mencionadas procurações; _____

_____ b) As referidas certidões das actas; _____

MOD. 502 - A Gráfica de Tenmar

87

FB6
20

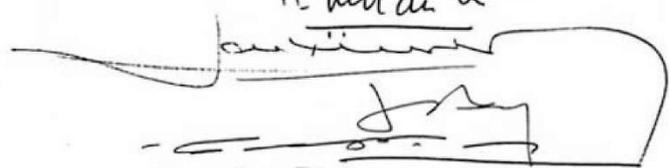
<p>_____ c) O aludido documento complementar; _____</p>
<p>_____ d) Certidão da acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Marvão realizada em dezassete de Abril de mil novecentos e noventa e seis, de onde consta o Protocolo referido no documento complementar; e _____</p>
<p>_____ e) Certidão passada pela Repartição de Finanças de Marvão, comprovativa de que as partes urbanas do prédio em questão já se encontravam inscritas na respectiva matriz anteriormente a sete de Agosto de mil novecentos e cinquenta e um, não sendo, assim, devidas licenças de utilização. _____</p>
<p>- Exibiram: a) O certificado de admissibilidade da denominação adoptada, com o indicado objecto, emitido em 10 de Setembro de 1997 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas; _____</p>
<p>_____ b) Certidão passada pela Conservatória do Registo Predial de Castelo de Vide em 30 de Outubro último, por onde verifiquei o teor das descrição e inscrição em vigor; _____</p>
<p>_____ c) Duas cadernetas prediais urbanas de 17 de Outubro de 1997 e uma caderneta predial rústica de 16 de Setembro de 1997 todas emitidas pela Repartição de Finanças de Marvão, por onde verifiquei os referidos elementos matriciais. _____</p>
<p>- Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos</p>

28

59-C	5
Livro	Folhas

157
40

explicado o seu conteúdo, tudo em voz alta e na presença simultânea de todos.

N. de A. Q.


José Manuel Postiga, Forte de Clivina

Joaquim Fernandes Alves de Carvalho

A retoma

Paula Brito de Figueiredo Brito
data registada em 01-2-2005

Doc. do dº 59-C p. 2 vº

Fls 8
Doc. nº 3
p.

[Handwritten signatures and initials]

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64º do Código do Notariado, que constitui parte integrante da escritura de fundação lavrada em vinte e sete de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, exarada de folhas duas verso a folhas cinco, do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e nove-C, do Cartório Notarial de Nisa. _____

FUNDAÇÃO CIDADE DA AMMAIA

ESTATUTOS

Capítulo Primeiro

Natureza, Duração, Sede e Fins

Artigo Primeiro

Natureza

É instituída por Carlos Montez Melancia, Município de Marvão, Universidade de Évora, Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino, Arménio Cortez de Carvalho, Limitada, uma Fundação Cidade da Ammaia adiante designada abreviadamente por Fundação, pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, que se regerá pelos presentes Estatutos e pela lei aplicável. _____

Artigo Segundo

Duração e Sede

UM - A Fundação, que tem duração indeterminada, tem a sua sede na Freguesia de São João Batista, na Praça D. Pedro V, número dezanove - rés-do-chão em Castelo de Vide. _____

F159
K0.
Xao



DOIS - Sempre que seja considerado necessário ou conveniente para o cumprimento de seus fins, poderá a Fundação constituir delegações ou outras formas de representação. _____

_____ **Artigo Terceiro** _____
_____ **Fins** _____

UM - A Fundação tem por objecto a prossecução de acções de ordem cultural, educativa e filantrópica, podendo também actuar nas áreas da ciência, social e desporto. _____

DOIS - A acção da Fundação desenvolver-se-à em Portugal, podendo eventualmente estender-se a territórios ligados a Portugal por laços históricos. _____

_____ **Capítulo Segundo** _____
_____ **Regime patrimonial e financeiro** _____

_____ **Artigo Quarto** _____
_____ **Património** _____

UM - O património da Fundação é constituído: _____

a) Pela afectação do prédio misto, sito e denominado Quinta da Aramenha ou Quinta do Deão no lugar da Quinta da Ribeira na Freguesia de São Salvador da Aramenha, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo de Vide sob o número zero dois zero quatro um, inscrita a parte rústica na respectiva matriz sob o artigo Cento e Quatro Secção E com o valor patrimonial de quinhentos e setenta e quatro mil oitocentos e trinta e oito escudos e a parte urbana sob os artigos Trezentos e Noventa e Nove com o valor patrimonial de catorze mil e vinte e cinco escudos e Quatrocentos com o valor patrimonial de trinta e oito mil novecentos e sessenta e um escudos e na mesma Conservatória registado a favor do fundador Carlos Montez Melancia pela inscrição G-três, e onde se encontra o núcleo principal visível das ruínas da cidade da

44
No. 15/10
[Handwritten signature]

Ammaia, considerada Monumento Nacional (Diário da República número cento e vinte e nove, Série I, de dezasseis de Junho de mil novecentos e quarenta e seis). _____

b) Pela dotação inicial no valor de dois milhões de escudos por cada um dos fundadores Universidade de Évora, Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino e Arménio Cortez de Carvalho, Limitada. _____

DOIS - O Município de Marvão, através do protocolo anexo, integra no seu Museu Municipal o espaço museológico a criar junto às ruínas como polo do referido museu e assume as respectivas despesas de funcionamento. _____

TRÊS - A Universidade de Évora assumirá a direcção científica do campo arqueológico da Cidade da Ammaia, em articulação com o Museu de Marvão. _____

QUATRO - O património da Fundação poderá ser acrescido com futuras contribuições por parte dos Fundadores, as quais poderão ser constituídas por dinheiro, acções, obrigações, quotas em sociedades ou por quaisquer outros títulos, bens móveis ou imóveis e poderá integrar quaisquer subsídios, doações, heranças ou legados de entidades públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras, não incompatíveis com os fins da Fundação. _____

CINCO - Para a concretização dos seus objectivos, a fundação pode: _____

a) Adquirir, alienar ou onerar a qualquer título, bens móveis ou imóveis; _____

b) Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados; _____

c) Negociar e contrair empréstimos e conceder garantias no quadro de optimização de valorização do seu património e da concretização dos seus fins. _____

_____ **Artigo Quinto** _____
_____ **Autonomia Financeira** _____

A Fundação goza de plena autonomia financeira. _____

242
Fl. 115/11
+Q
[Handwritten signatures and initials]

_____ **Capítulo Terceiro** _____
_____ **Organização e Funcionamento** _____

_____ **Seção I** _____
_____ **Disposição Preliminar** _____

_____ **Artigo Sexto** _____
_____ **Orgãos e Fundação** _____

- São orgãos da Fundação: _____
a) O Conselho de Curadores _____
b) A Comissão Executiva; _____
c) O Conselho Consultivo; _____
d) O Conselho Fiscal. _____

_____ **Seção II** _____
_____ **Conselho de Curadores** _____

_____ **Artigo Sétimo** _____
_____ **Constituição e Funcionamento** _____

UM - Conselho de Curadores é composto por cinco, sete, nove ou onze membros, um dos quais será Presidente e a quem compete a nomeação, de entre os demais membros, do ou dos Vice-Presidentes bem como do seu substituto durante os seus impedimentos. _____

DOIS - É desde já nomeado pelo prazo de dez anos, Presidente do Conselho de Curadores o Fundador Carlos Montez Melancia. _____

TRÊS - Os restantes membros do Conselho de Curadores, serão escolhidos preferencialmente de entre os membros do Conselho Consultivo, mediante eleição por maioria de dois terços em reunião do Conselho Consultivo. _____

QUATRO - Dos membros do Conselho de Curadores, três ou cinco formarão a _____

42
10.
Pls 12
[Handwritten signatures and initials]

Comissão Executiva e serão escolhidos pelo Presidente ou, na sua falta, serão eleitos por maioria simples, em reunião do Conselho de Curadores. _____

CINCO - O mandato dos membros do Conselho de Curadores é de cinco anos e a exclusão de qualquer membro só pode realizar-se por decisão do próprio Conselho, tomada por escrutínio secreto, por maioria de dois terços dos votos expressos, com base em indignidade, falta grave ou manifesto desinteresse pelo exercício das funções. _

SEIS - O Conselho de Curadores reunirá ordinariamente em cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, podendo deliberar sobre as matérias da sua competência desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

SETE - As funções dos membros não executivos do Conselho de Curadores não são remunerados, podendo, no entanto, ser-lhes atribuídas subvenções de presença e ajudas de custo. _____

_____ **Artigo Oitavo** _____
_____ **Competência do Conselho de Curadores** _____

UM - Ao Conselho de Curadores compete: _____

- a) Eleger o seu Presidente por maioria simples salvaguardando o disposto no número dois do artigo anterior; _____
- b) Garantir a manutenção dos princípios inspiradores da Fundação e definir a política geral de funcionamento e as orientações de investimento; _____
- c) Discutir e aprovar o balanço anual, as contas de cada exercício tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal; _____
- d) Designar, sob proposta da Comissão Executiva, os membros do Conselho Consultivo, por decisão tomada pela maioria de dois terços dos seus membros. _____
- e) Eleger de acordo com o número quatro do Artigo Sétimo, os membros da Comissão Executiva. _____

295
N.º
Fls. 14
HQ



ano, uma auditoria pormenorizada dos livros e registos por uma das três maiores empresas internacionais de auditoria, sediadas em Portugal. _____

TRÊS - As funções dos membros da Comissão Executiva podem ser remunerados. _____

_____ **Artigo Décimo** _____
_____ **Vinculação da Fundação** _____

A Fundação obriga-se: _____

a) pela assinatura conjunta de dois membros executivos do Conselho de Curadores, um dos quais será obrigatoriamente o Presidente; _____

b) pela assinatura conjunta de um mandatário legalmente constituído pelos membros do Conselho de Curadores e do respectivo Presidente. _____

_____ **Secção IV** _____
_____ **Conselho Consultivo** _____

_____ **Artigo Décimo Primeiro** _____
_____ **Constituição e Mandato** _____

UM - O Conselho Consultivo é composto pelos Fundadores e por outros membros até ao máximo de quinze que elegerão o seu Presidente, e serão designados pelo Presidente do Conselho de Curadores ou, na sua falta, pelo Conselho de Curadores nos termos da alínea d) do número um do Artigo Oitavo. _____

DOIS - O mandato dos membros do Conselho Consultivo é de cinco anos renováveis. _____

_____ **Artigo Décimo Segundo** _____
_____ **Competência e Funcionamento** _____

UM - Ao Conselho Consultivo, órgão de apoio e consulta da Fundação, compete: _____

a) Apresentar sugestões quanto ao melhor cumprimento dos objectivos da Fundação; _____

b) Emitir pareceres sobre actividades e projectos da Fundação que lhe sejam solicitados pelo Presidente do Conselho de Curadores. _____

DOIS - O Conselho Consultivo reunirá sempre que for convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Curadores. _____

TRÊS - As funções do Conselho Consultivo não são remuneradas, podendo, contudo, ser atribuídas aos seus membros subvenções de presença e ajudas de custo. _____

_____ **Artigo Décimo Terceiro** _____
 _____ **Conselho Fiscal** _____

UM - O Conselho Fiscal é composto por três membros designados pelo Presidente do Conselho de Curadores ou, na sua falta, por decisão do Conselho de Curadores por maioria de dois terços, com mandatos de três anos renováveis. _____

DOIS - Compete ao Conselho Fiscal: _____

- a) Verificar e dar parecer sobre o relatório de actividades, balanço e contas do resultado do exercício do ano anterior; _____
- b) Apreciar anualmente o relatório da Comissão Executiva. _____

_____ **Capítulo Quarto** _____

_____ **Artigo Décimo Quarto** _____
 _____ **Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção** _____

UM - A modificação dos presentes Estatutos, e a transformação ou extinção da Fundação são deliberadas em reunião do Conselho de Curadores, sob proposta da Comissão Executiva, e mediante a aprovação de dois terços dos seus membros. _____

DOIS - Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação tomada pelo Conselho de Curadores nos mesmos termos previstos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução dos fins para que foi instituída. _____

_____ **Capítulo Quinto** _____

_____ **Artigo Décimo Quinto** _____



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "KQ", "F5 16", and "KQ" written vertically, and several illegible signatures.

_____ **Disposições Finais e Transitórias** _____

São desde já nomeados as seguintes entidades para integrarem os órgãos sociais para o quinquénio de mil novecentos e noventa e sete a dois mil e um, os quais exercerão os seus cargos, sem auferirem remuneração: _____

CONSELHO DE CURADORES _____

Presidente - Carlos Montez Melancia, Casado, Residente na Quinta da Serra, Castelo de Vide, _____

- Curadores - Reitor da Universidade de Évora _____
- _____ Presidente do Município de Marvão _____
- _____ Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, Casado, Residente na Rua _____
- _____ Carolina Osório, número dez, Évora _____
- _____ João de Vasconcelos e Sousa Lino, Casado, Residente na Rua do _____
- _____ Embaixador, número cento e quarenta e três, Lisboa _____

COMISSÃO EXECUTIVA _____

Presidente - Carlos Montez Melancia _____

- Curadores - Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira _____
- _____ João de Vasconcelos e Sousa Lino _____
- _____ Presidente do Conselho de Departamento de História da Universidade de Évora _____
- _____ Director do Parque Natural de Serra de S. Mamede _____

CONSELHO CONSULTIVO _____

Presidente - Reitor da Universidade de Évora _____

- Membros - Presidente do Instituto Politécnico de Portalégre _____
- _____ Presidente da Comissão Coordenadora da Região do Alentejo _____
- _____ Director Regional do Instituto Português do Património Arquitectónico e _____

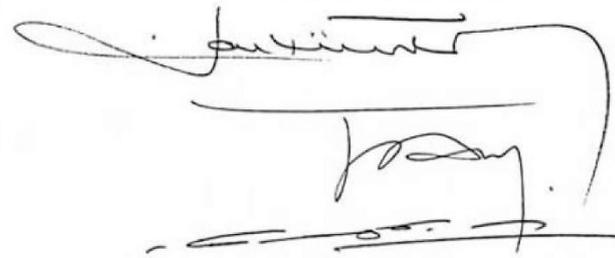
299

10.

16/10
10

- Maria do Rosário Botelho, Casada, Residente na Quinta da Serra,
Castelo de Vide _____

N. Muleres



José Manuel Botelho Fátima de Oliveira -
[Signature]

José Manuel Botelho Fátima de Oliveira

A testemunha

Paula Cristina de Fátima Botelho Fátima de Oliveira

 João Maia Rodrigues
NOTÁRIO

CERTIDÃO

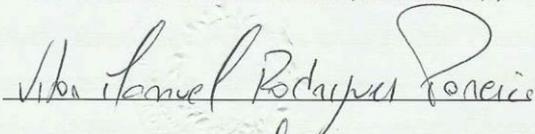
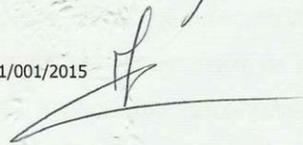
João Carlos Cristóvão de Maia Rodrigues, Notário e Oficial Público
deste Cartório, **certifico** que: _____

1 - A presente certidão, composta por **sete** folhas, assinadas e rubricadas, foi extraída da escritura lavrada de folhas **vinte e sete a** folhas **vinte e nove** do livro número **5-Y** das notas deste Cartório, e do documento complementar que dela faz parte integrante. _____

2 - Está conforme o original e as suas folhas têm aposto o selo branco deste Cartório. _____

Lisboa, vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze

Pelo Notário,
Vítor Manuel Rodrigues Pereira
(colaborador no uso da autorização conferida nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei 26/2004 de 04.02, publicitada no sítio da Ordem dos Notários em 19.11.2013, com o número 52/5)


Conta registada sob o nº FAC. 2/271/001/2015 

Avenida 5 de Outubro, 17 - 1º Andar, 1050-047 Lisboa • Tel: 213 579 081 - Fax: 213 579 082 • joao.rodrigues@notarios.pt

João Maia
Rodrigues

NOTÁRIO

Livro 54

Fis. 27

17

ALTERAÇÃO PARCIAL DE ESTATUTOS

_____ No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, no Cartório Notarial sito na Avenida 5 de Outubro, número dezassete, primeiro andar, em Lisboa, perante mim, João Carlos Cristóvão de Maia Rodrigues, Oficial Público e respetivo Notário, compareceram: _____

_____ A) **CARLOS MONTEZ MELANCIA**, natural da freguesia e concelho de Alpiarça, casado e residente na Quinta da Serra, Apartado 27, 7320-999 Castelo de Vide. _____

_____ Que intervém na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; e _____

_____ B) **JOAQUIM EMANUEL NEVES DE CARVALHO**, natural da freguesia de Caldelas, concelho de Guimarães, casado e residente no Olival do Sumagral, em Castelo de Vide. _____

_____ Que intervém na qualidade de Membro do Conselho de Administração. _____

_____ Os quais outorgam, em conjunto, em representação da **FUNDAÇÃO CIDADE DA AMMAIA**, com sede na Estrada da Calçadinha, n.º 4, na freguesia de São Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, pessoa coletiva com o número, 504.233.297, constituída por escritura pública lavrada em vinte e sete de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, exarada de folhas duas verso a folhas cinco do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e nove-C do extinto Cartório Notarial de Nisa, cujo extrato foi publicado na Terceira Série do Diário da República com o número vinte e cinco, de trinta de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, cujo reconhecimento foi feito pelo

Ministério da Administração Interna em vinte e oito de Abril de mil novecentos e noventa e oito pela Portaria número 513/98 publicada na Segunda Série do Diário da República com o número cento e dezanove, de vinte e três de Maio de mil novecentos e noventa e oito, alterados os seus Estatutos por escritura pública lavrada em dezasseis de Julho de dois mil e dez, exarada de folhas vinte e duas a folhas vinte e três do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e oito, do extinto Cartório Notarial de Nisa a cargo da notária Paula Fragoso, pessoa coletiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, concedida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 1 de Outubro de 2010, publicado no Diário da República II Série, n.º 203, de 19 de Outubro de 2010, estatuto confirmado nos termos do Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 15 de Março de 2013, publicado sob o n.º 4887/2013, no Diário da República II Série, n.º 70, de 10 de Abril de 2013, já arquivado neste cartório a instruir escritura lavrada a folhas sete do livro de notas 5-H, o qual passa a reger-se pelo Disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei, n.º 24/2012, de 9 de Julho.

Verifiquei:

— a) A **identidade** dos outorgantes pela exibição do bilhete de identidade e cartão de cidadão, respectivamente, número 2127431 de 25.08.1992 emitido pelo CICC de Lisboa e 09662755 7 ZY6, válido até 09.10.2017, emitido pela República Portuguesa.

— b) A **qualidade** dos outorgantes pela acta número vinte e nove

João Maia
Rodrigues
NOTÁRIO

Livro 5-y
Fis. 23
13

314

outorgantes e conferida fé pública por delegação do Estado português.

• D. *[Handwritten Name]*
• *[Handwritten Name]*
O Notário, *João Maia Rodrigues*
Conta registada sob o n.º 1/271/008/2015 *[Handwritten Signature]*

[Large Handwritten Signature]

livro n.º 5-4 Fls. 27
foja n.º 51 Fls. 80

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante da escritura lavrada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze. _____

FUNDAÇÃO CIDADE DA AMMAIA

ESTATUTOS

Capítulo Primeiro

Natureza, Duração, Sede e Fins

Artigo Primeiro

Natureza

É instituída por Carlos Montez Melancia, Município de Marvão, Universidade de Évora, Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino, Arménio Cortez de Carvalho, Limitada, a Fundação Cidade de Ammaia adiante designada abreviadamente por Fundação, pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, que se regerá pelos presentes Estatutos e pela lei em vigor.

Artigo Segundo

Duração e Sede

Um – A Fundação, que tem duração indeterminada, tem a sua sede na Freguesia de São Salvador de Aramenha, na Estrada da Calçadinha, número quatro, em Marvão.

Dois – Sempre que seja considerado necessário ou conveniente para o cumprimento de seus fins, poderá a Fundação constituir delegações ou outras formas de representação.

Artigo Terceiro

Fins

Um – A Fundação tem por objeto a prossecução de ações de ordem cultural, educativa e filantrópica, bem como promover investigação científica, podendo também atuar na área social e na área do desporto.

Dois – A ação da Fundação desenvolver-se-á em Portugal, podendo eventualmente estender-se a países que tenham sido abrangidos pelo Império Romano e a outros que tenham estado ligados por razões históricas a Portugal.

Capítulo Segundo

Regime patrimonial e financeiro

Artigo Quarto

Património

Um – O património da Fundação é constituído:

- a) Pela afetação inicial do prédio misto por doação em escritura, sito e denominado Quinta da Aramenha, ou Quinta do Deão, no lugar da Quinta da Ribeira na Freguesia de São Salvador da Aramenha e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo de Vide sob o número zero dois zero quatro um, inscrita a parte rústica na respetiva matriz sob o artigo cento e quatro, secção E, com o valor patrimonial de dois mil oitocentos e sessenta e sete euros e vinte e oito cêntimos e a parte urbana sob os artigos trezentos e noventa e nove com o valor patrimonial de sessenta e nove euros e noventa e seis cêntimos, e o artigo quatrocentos com o valor patrimonial de cento e noventa e quatro euros e trinta e quatro cêntimos e na mesma Conservatória registado a favor do fundador Carlos Montez Melancia pela inscrição G-três e onde se encontra o núcleo principal visível das ruínas da cidade da “Ammaia”, considerada Monumento Nacional (Diário da República número cento e vinte e nove, Série I de dezasseis de Junho de mil novecentos e quarenta e nove).
- b) Pela dotação inicial no valor de nove mil novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos por cada um dos fundadores, Universidade de Évora, Francisco José Roseta Fino, Luís Manuel Mexia Chaves Costa, Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João de Vasconcelos e Sousa Lino e Arménio Cortez de Carvalho, Limitada.

Dois – A Universidade de Évora e a Universidade de Lisboa assumirão a direção científica da atividade da Fundação, designadamente do campo arqueológico da Cidade de Ammaia.

Três – O património da Fundação poderá ser acrescido com futuras contribuições por parte dos Fundadores, as quais poderão ser constituídas por dinheiro, ações, obrigações, quotas em sociedades ou por quaisquer outros títulos, bens móveis ou imóveis e poderá integrar quaisquer subsídios, doações, heranças ou legados de entidades públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras, não incompatíveis com os fins da Fundação.

Quatro – Para a concretização dos seus objetivos, a Fundação pode:

- a) Adquirir, alienar ou onerar a qualquer título bens móveis ou imóveis;
- b) Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados;
- c) Negociar e contrair empréstimos e conceder garantias no quadro de otimização de valorização do seu património e da concretização dos seus fins.

Artigo Quinto

Autonomia Financeira

A Fundação goza de plena autonomia financeira.

Capítulo Terceiro

Organização e Funcionamento

Secção I

Disposição Preliminar

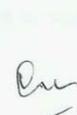
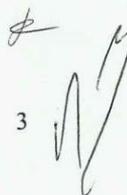
Artigo Sexto

Órgãos e Fundação

Um - São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho de Curadores;
- b) O Conselho de Administração;
- c) A Direção Executiva;
- d) O Conselho Científico;
- e) O Fiscal Único.

Dois - O mandato dos órgãos terá a duração de quatro anos.


3 

Secção II

Conselho de Curadores

Artigo Sétimo

Constituição e Funcionamento

Um - O Conselho de Curadores é composto por um número ímpar de membros, entre sete e treze, um dos quais será Presidente e a quem compete a nomeação, de entre os demais membros, do seu substituto durante os seus impedimentos.

Dois - O primeiro Conselho de Curadores foi constituído pelos fundadores da Fundação.

Três - Os membros do Conselho de Curadores serão eleitos por maioria de dois terços em reunião do Conselho Curadores.

Quatro - A exclusão de qualquer membro só pode realizar-se por decisão do próprio Conselho, tomada por escrutínio secreto, por maioria de dois terços dos votos expressos, com base em indignidade, falta grave ou manifesto desinteresse pelo exercício das funções.

Cinco - O Conselho de Curadores reunirá ordinariamente pelo menos 3 vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, podendo deliberar sobre as matérias da sua competência desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

Seis - As reuniões do Conselho de Curadores são convocadas por meio de aviso postal ou eletrónico, expedido para cada um dos membros do Conselho com a antecedência mínima de oito dias; no aviso indicar-se-á o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia.

Sete - As funções dos membros do Conselho de Curadores não são remuneradas, podendo, no entanto, ser-lhes atribuídas subvenções de presença e ajudas de custo.

Artigo Oitavo

Competências do Conselho de Curadores

Um - Ao Conselho de Curadores compete:

- a) Eleger o seu Presidente por maioria simples;
- b) Garantir a manutenção dos princípios inspiradores da Fundação;
- c) Eleger os membros do Conselho de Administração;

- d) Designar, ouvido o Conselho de Administração, os membros do Conselho Científico, por deliberação tomada pela maioria de dois terços dos seus membros.
- e) Designar o fiscal único, por deliberação tomada por maioria de dois terços.
- f) Apreciar os planos e relatórios de atividades e os relatórios de prestação de contas da Fundação.

Dois – As deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria simples dos votos expressos, tendo o Presidente, ou o seu substituto nos termos estatutários, voto de qualidade.

Três – Os membros do Conselho de Curadores poderão fazer-se representar por outro membro, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente.

Secção III

Conselho de Administração

Artigo Nono

Composição e Competência

Um – O Conselho de Administração é composto por sete membros.

Dois – Do Conselho de Administração farão parte o Presidente do Conselho de Curadores, que preside, o representante do Município de Marvão, designado pelo Presidente do Município, os representantes das Universidades de Évora e Lisboa, designados pelos respetivos reitores e três vogais de natureza jurídica privada, a designar pelo Conselho de Curadores, competindo-lhes, em geral, a administração da Fundação e, em especial:

- a) Definir a organização interna da Fundação, aprovando os regulamentos e criando as estruturas que entender necessárias, para preencher os respetivos cargos;
- b) Delegar, por tempo determinado, em qualquer dos seus membros, o exercício de alguma ou algumas das suas atribuições;
- c) Elaborar o orçamento, os planos anuais de atividade, bem como o relatório, balanço e contas do exercício e proceder à sua aprovação tendo em conta o parecer do Fiscal Único;
- d) Representar a Fundação em juízo ou fora dele, passiva e ativamente;
- e) Definir e organizar o quadro de pessoal, bem como exercer o respetivo poder disciplinar;

f) Administrar o património da Fundação, mantendo-se anualmente um inventário atualizado;

g) Constituir mandatários;

h) Nomear o segundo e o terceiro elementos da Direção Executiva;

Três – Compete ainda ao Conselho de Administração promover, pelo menos uma vez em cada período de quatro anos, uma auditoria pormenorizada dos livros e registos por uma empresa de auditoria de reconhecida competência.

Quatro – Por decisão maioritária do Conselho de Administração, as funções dos membros do respetivo Conselho podem ser a título excecional remuneradas.

Artigo Décimo

Vinculação da Fundação

A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, uma das quais será obrigatoriamente a do Presidente;

Secção IV

Direção Executiva

Artigo Décimo Primeiro

Composição

Um – A Direção Executiva é composta por três elementos, sendo um deles obrigatoriamente o Presidente do Conselho de Administração.

Dois – O segundo e terceiro elementos da Direção Executiva serão designados pelo Conselho de Administração de entre os restantes elementos do Conselho, cessando obrigatoriamente as suas funções com o termo do mandato do Presidente.

Artigo Décimo Segundo

Competências

Compete à Direção Executiva a gestão corrente da Fundação, selecionar, contratar e gerir o pessoal da Fundação e a execução de todos os assuntos que lhe sejam atribuídos pelo Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Secção V

Conselho Científico

Artigo Décimo Terceiro

Composição e Competências

Um - O Conselho Científico é composto por personalidades designadas pelo Conselho de Curadores, ouvidas as Universidades referidas no número dois do artigo quarto, podendo integrar cientistas nacionais ou internacionais, de reconhecido mérito. Compete ao Conselho Científico, nomeadamente:

- a) Propor, organizar e acompanhar as atividades científicas desenvolvidas no seio da Fundação, formulando uma proposta para o Plano de Atividades a realizar na Cidade da Ammaia e seu território; a elaboração de proposta dos planos plurianuais de intervenção no campo; seguir os trabalhos de campo e as subsequentes ações de conservação e restauro; avaliar os Relatórios técnicos sobre os referidos trabalhos de campo; dar parecer sobre a elaboração de conteúdos científicos dos materiais de divulgação sobre a cidade de Ammaia;
- b) Promover e acompanhar as ações de formação técnica e científica a desenvolver, designadamente, a Escola de Verão, que deverá anualmente integrar os trabalhos de campo a realizar na cidade de Ammaia e seu território;
- c) Avaliar as atividades a desenvolver no Laboratório de Conservação e Restauro da Fundação e os respetivos protocolos técnicos;
- d) Promover e acompanhar a elaboração ou a gestão das bases de dados de informação arqueológica, resultantes das investigações realizadas e do património existente, com vista a assegurar a sua regular alimentação;
- e) Promover a candidatura de projetos de investigação científica relacionados com a cidade de Ammaia e seu território, colaborando em iniciativas que visem a mobilização dos meios necessários para o seu desenvolvimento;
- f) Dar parecer sobre as ações promocionais e de divulgação da cidade de Ammaia junto dos diversos públicos, por forma a assegurar o rigor dos conteúdos informativos transmitidos.

Dois - O Conselho Científico reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que os seus membros o decidirem, para além das normais reuniões de trabalho decorrentes dos projetos de investigação.



Três – As funções dos membros do Conselho Científico não são remuneradas, podendo, no entanto, ser-lhes atribuídas subvenções de presença e ajudas de custo.

Secção VI

Artigo Décimo Quarto

Fiscal Único

Um - O Fiscal Único é designado pelo Conselho de Curadores por maioria de dois terços, devendo dispor da qualificação oficial de ROC.

Dois – Compete ao Fiscal Único:

- a) Verificar e dar parecer sobre o relatório de atividades, balanço e contas do resultado do exercício;
- b) Apreciar anualmente o relatório do Conselho de Administração.

Capítulo Quarto

Artigo Décimo Quinto

Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção

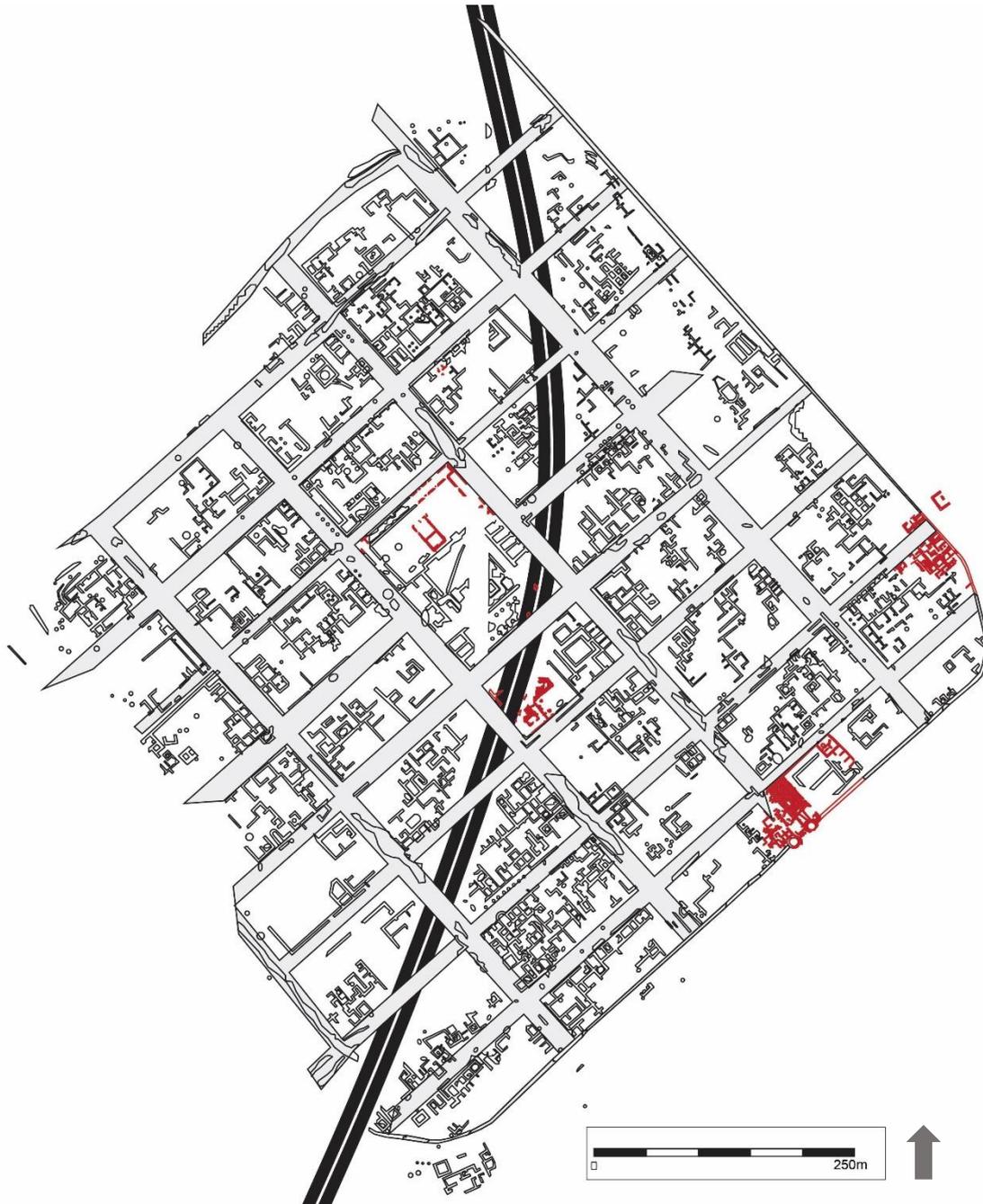
Um – As propostas de modificação dos Estatutos e de transformação ou de extinção da Fundação são aprovadas pelo Conselho de Administração, podendo ser ouvido sobre a matéria o Conselho de Curadores.

Dois – Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação tomada pelo Conselho de Administração nos mesmos termos previstos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução dos fins para que foi instituída, mas em conformidade com a legislação aplicável.

Dr. António
[Assinatura]

Dr. António João Carlos Cortesão da Mota Rebelo
[Assinatura]

ANEXO 7: PLANTA COM A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA GEOFÍSICA E A IMPLANTAÇÃO DA EN359 QUE CORTOU A CIDADE A MEIO





**Sistema de Informação da
Cidade Romana de Ammaia**
Proposta Manual de Procedimentos

Introdução

A aquisição e implementação da aplicação *InPatrimonium Premium* tem como objetivo gerir, reunir e registar toda a informação numa única base de dados.

Na Cidade Romana de AMMAIA, têm-se realizado várias intervenções do ponto de vista de salvaguarda e conservação do património aqui existente, quer através de escavações arqueológicas, prospeção terrestre e geofísica, quer através do restauro do espólio. É constituída por um Museu, ruínas, depósito e pelo Laboratório de Conservação e Restauro. Todos estes “núcleos” têm formas distintas de organização da informação e normas de inventário diversas, consequência de trabalhos antigos, feitos por pessoas distintas e que em nada facilitam a organização e consulta da informação existente.

Assim, surge a necessidade de reunir toda a informação num só sistema de base de dados, que permite relação entre estes, através da normalização de procedimentos de introdução de dados. Na elaboração deste manual foi procurada uma aproximação, a mais fiel possível, às normas de inventário nacionais e internacionais existentes. Assim, sempre que possível, foram seguidas as normas e directrizes emanadas pelo Ministério da Cultura para documentação de bens culturais e, quando os documentos existentes se revelaram lacunares ou incoerentes, procurou-se uma aproximação aos normativos internacionais sobre a matéria, nomeadamente do ICOM-CIDOC1 e English Heritage - MDA2. No caso concreto dos *thesauri* usados em algumas Tabelas Auxiliares (TA), são utilizados os produzidos pelo Instituto Português de Arqueologia (tipo de sítio; período histórico) e MDA – object type thesaurus (classificações) e The British Museum materials thesaurus (materiais), que por sua vez foi readaptado e enriquecido a nova lista de terminologia. A primeira parte do Manual de Procedimentos é constituída por questões de âmbito geral que se prendem sobretudo com a gestão da aplicação. São definidas operações de manutenção da base de dados, bem como normas relativas ao armazenamento de informação na base de dados. Tendo em conta que este equipamento permite a associação de outros ficheiros digitais, que são arquivados num disco de rede comum, também aqui se sentiu a necessidade de normalizar procedimentos no que diz respeito à estrutura dos directórios de arquivo, características técnicas e identificação dos ficheiros. Esta normalização agiliza os processos de busca no arquivo digital, assim como garante a compatibilidade da informação registada por diferentes unidades orgânicas, facilitando a circulação de informação e os necessários procedimentos de manutenção. São ainda definidos os diferentes perfis de utilizador, com indicação das permissões, restrições e responsabilidades a cada um deles associadas.

A segunda parte do Manual de Procedimentos é dedicada à definição dos conceitos que estarão na base da introdução dos dados. A definição de conceitos é dos aspetos mais importantes da normalização que se pretende. Esta secção é naturalmente independente do sistema de informação em uso, procurando-se que os conceitos sejam definidos a um nível que permita a sua adaptação a qualquer solução de gestão de informação. Nesta segunda parte são ainda incluídas duas secções relativas aos conceitos subjacentes à utilização de listas de termos pré

definidos -tabelas auxiliares-, para introdução de dados em alguns campos, bem como à criação e gestão de informação num modelo relacional.

O Manual de Procedimentos termina com uma dedicação à introdução de dados que se inicia com a explicitação das convenções que são usadas transversalmente em qualquer campo da base de dados. A definição de campos de preenchimento obrigatório para além do número de inventário (o único definido como tal por defeito na aplicação) é uma opção que se prende com a necessidade de garantir que em todos os registos haja um primeiro nível de informação que seja comparável nos dados introduzidos pelas diferentes unidades orgânicas. Este primeiro nível de informação é fundamental para a optimização e rentabilização de recursos na gestão integrada.

Os critérios e normas estabelecidos por este Manual de Procedimentos são, questionáveis, uma vez que alguns modelos podem ser redutores ou contrários a determinados hábitos enraizados pelos sistemas tradicionais de registo de informação.

Em termos de preenchimento e de organização deste Manual, os campos da informação genérica e específica são sempre semelhantes para a Catalogação.

1. Organização Geral

Manutenção Base de Dados

Para o bom funcionamento desta base de dados deverá ser realizada, uma vez por ano, uma revisão dos conteúdos introduzidos na base de dados pelos diferentes utilizadores. Esta revisão destina-se a detectar eventuais erros cometidos na introdução de dados e determinadas discordâncias com a aplicação dos princípios definidos no Manual de Procedimentos e também verificar a necessidade de adaptação dos critérios nele definidos de acordo com as especificidades da informação registada.

Esta actualização será da responsabilidade do Administrador.

As cópias de segurança da base de dados e informação relacionada, deve ser armazenada no respectivo disco de rede.

Toda a informação que se pretende associar à base de dados, em forma de ficheiro digital, é guardada num disco de rede ao qual têm acesso exclusivo os utilizadores da mesma.

Tendo em conta que a base de dados não armazena directamente esses ficheiros mas sim o caminho para a sua localização no disco de rede, é extremamente importante que não haja alteração dessa localização após a sua associação à base de dados, sob pena de não ser possível encontrar os ficheiros originais associados a determinada ficha.

É conveniente que a estrutura do directório de arquivo facilite não só a pesquisa de ficheiros como também permita ao utilizador, de uma forma imediata, localizar o directório onde é mais vantajoso colocar determinado tipo de informação.

A informação é agrupada segundo a estrutura da base de dados, sendo as pastas nomeadas de acordo com os módulos e tarefas a que se pretendem associar os ficheiros armazenados.

A identificação dos ficheiros é essencial para uma boa gestão do arquivo digital da informação relacionada com a base de dados.

Os metadados são dados armazenados nos ficheiros que se destinam a fornecer informação sobre o arquivo de dados em causa e são dados capazes de descrever outros dados.

Em termos de formatos deverão ser usados, sempre que possível, formatos standard do tipo JPEG, TIFF, PNG ou PDF. As imagens deverão preferencialmente ser guardadas em formato JPEG.

Entidades

Para criar um utilizador basta clicar em *Inserir* e na caixa de diálogo *Novo utilizador* e inserir o *Nome* do utilizador (obrigatório). A *Palavra-chave* correspondente e a confirmação desta última, que são opcionais.

É necessário referir que estes campos são sensíveis à digitação de caracteres maiúsculos e com acentuação, ou seja, se aquando da sua criação o nome de utilizador for escrito com maiúscula ou com acentos (Ex: António), este utilizador tem que digitar o nome sempre da mesma forma para aceder ao programa.

Após a criação dos utilizadores, o administrador pode mudar as permissões que cada utilizador tem quando é criado, e indicar consoante o utilizador as permissões que este tem para cada tarefa e sub-tarefa.

Para atribuir ou retirar as permissões, quando selecionados o utilizador e a tarefa onde se pretende fazer esta operação, basta carregar nos botões das respetivas permissões. Se as permissões estiverem ativas, ou seja, se aparecer a inicial da permissão a seguir ao nome da tarefa entre parêntesis, carregar no botão. Assim desactiva a permissão e se o contrário se passar, carregar no botão ativa-a.

É necessário ter em conta que qualquer utilizador para ter permissões de inserção, alteração ou eliminação de dados, necessita de ter, obrigatoriamente, permissão para visualizar os dados, sendo que só é possível atribuir permissões a um utilizador se a permissão de visualizar dados estiver ativa. Retirando esta permissão o programa elimina automaticamente as outras três.

Administrador e Outros Administradores

O utilizador com este perfil terá acesso à realização de todas as tarefas nas aplicações *InPatrimonium* e *InAdmin*. Nesta última, será responsável pela criação de novos utilizadores e definição de perfis de utilizador específicos, entre outras tarefas definidas na aplicação.

Este perfil é o único com permissões de eliminação de registos criados por outros utilizadores.

É da responsabilidade do administrador a indicação aos serviços de informática, quais os utilizadores que deverão ter acesso ao disco de rede onde são armazenados os ficheiros que se pretendem associar à base de dados.

Pode também ser criado na Administração de utilizadores um ou mais utilizadores que funcionam como administrador(es) da base de dados. Para tal basta seleccionar o utilizador que pretende configurar como administrador e depois carregar no botão correspondente que atribui

a este utilizador a capacidade de gerir as permissões de todos os utilizadores. Ao administrador não é possível retirar qualquer permissão, mas é possível, por intermédio de outro administrador, retirar-lhe a capacidade de administração selecionando-o e desativando a opção Administradores.

Inventariantes

Nos inventariantes registam-se os dados relativos aos utilizadores deste programa, ou seja, pessoas que têm autorização para carregar informações na base de dados ou pessoas que tenham feito o inventário dos imóveis pertencentes à instituição.

Os dados que esta ficha contém são de carácter pessoal e ajudam, também, à gestão da Instituição e à manutenção de uma base de dados com informações acerca das pessoas envolvidas nos vários processos de inventário.

Proprietários

Os proprietários são as pessoas coletivas ou individuais que detêm a propriedade da peça, podendo ser instituições públicas ou privadas.

2. Definições

Base de Dados

É um conjunto organizado de informação, que é armazenada de uma forma estruturada, permitindo uma pesquisa e organização simples.

A unidade mínima de informação é designada de campo, um conjunto de campos referentes à mesma unidade de informação constitui um registo e um conjunto de registos constitui uma base de dados.

A utilização de sistemas informáticos facilita a gestão da informação, permitindo a automatização de várias tarefas e uma maior rapidez no acesso aos dados, uma vez que a aplicação faz a gestão relacional entre dados elementares.

Por isso, a introdução dos dados pelos utilizadores TEM que ser coerente e lógica.

Número de inventário

Sequência de caracteres, única que permite identificar cada um dos objetos ou imóveis. Pode ser numérica ou alfanumérica.

AMM- nº sequencial

Na cidade Romana de Ammaia, existem vários números de inventário para diferentes peças ou diferentes “constituintes” da cidade, não sequenciais e repetíveis. Sendo um dos objetivos desta ferramenta de trabalho reunir toda a informação numa base de dados única, pretende-se aplicar

um número de inventário sequencial a todas as peças, nunca perdendo os números de inventário anteriormente utilizados.

O número de inventário corresponde a um único objeto ou imóvel e, mesmo que este seja abatido por alguma razão (destruição, furto, reavaliação do interesse patrimonial, etc.), nunca deverá ser reutilizado em outro objeto ou imóvel.

A partir do momento em que o objeto é registado com um determinado número de inventário, fica inequivocamente a ele associado e facilmente pesquisável através dessa condição.

Se é absolutamente necessário marcar um fragmento cerâmico proveniente de um contexto arqueológico preciso, sem essa marcação, é praticamente impossível de distinguir de outro semelhante mas com outro contexto arqueológico, já não será justificável proceder a uma marcação duradoura numa peça de mobiliário com características únicas (decoração, materiais, dimensões, etc.) que dificilmente se poderá confundir com outras da coleção.

Devem evitar-se as remarcações e as alterações da composição do número de inventário.

Património Móvel

Objetos

É a coisa material, única e individualizada, geralmente designada de bem móvel – objeto natural, um utensílio ou um artefacto.

No módulo de Inventário encontramos a tarefa central deste sistema: Objectos. Aqui é inserida toda a informação relativa aos objectos que constituem o património, ou a coleção que determinada instituição tem a seu cargo. Toda a informação existente na base de dados pode ser relacionada com esta tarefa, sendo que algumas das outras tarefas têm já relações directas pré-estabelecidas com alguns Grupos de informação específica da presente tarefa.

- Objeto simples é a designação dos objetos.
- Objeto composto ou objeto associado é composto por vários componentes distintos e amovíveis, na falta dos quais esse objeto está incompleto ou não pode funcionar.

Sempre que um objeto é considerado como composto deverão ser introduzidos os registos correspondentes a cada um dos componentes no grupo de informação específica “Componentes”.

Importante distinguir componente de parte. Parte corresponde aos elementos de um objeto único que por necessidades descritivas tem que se individualizar.

- Grupo de fragmentos, corresponde a objetos que embora possam corresponder a várias coisas, a informação neles contida não os permite individualiza-las.
- Conjunto de objetos designa um grupo de objetos que são elementos de uma unidade – temática, funcional ou outra, mas são objetos individualizados e individualizáveis. Na aplicação *InPatrimonium Premium*, os conjuntos de objetos são registados no módulo “Inventário”/ tarefa “Conjuntos de Objetos”. Para criar um registo de conjunto de objetos, é necessário registar individualmente cada um dos objetos que o constitui

no módulo “Inventário”/ tarefa “Objetos”, já que a definição do conjunto se faz pela relação que se estabelece entre as várias fichas de *objeto* e a ficha de *conjunto de objetos*.

Conjuntos de objetos podem ser definidos por vários motivos, sendo fundamental que esses motivos fiquem claramente expressos, quer no campo “Tipo de conjunto”, quer no campo “Descrição”.

- Outros objetos destina-se a objetos cuja propriedade de gestão não pertence a Fundação Cidade de AMMAIA mas cuja informação à relevante registar por se relacionarem com outros dados introduzidos neste sistema de informação.

Informação Genérica

Designação

Nome genérico atribuído ao objeto ou imóvel, pelo qual ele é geralmente conhecido pelo maior número de pessoas de forma a não criar equívocos.

Os princípios de atribuição de uma designação devem pautar-se sempre pela simplicidade, clareza e abrangência.

A TA de designações em Inventário\Objetos incluirá designações de acervos de áreas diversificadas. Devem evitar-se designações compostas com informação que pode ser registada noutros campos da base de dados, nomeadamente em “materiais” ou “funções/uso”.

Título

Utilizado para inserir o nome atribuído pelo autor da peça ou a denominação pela qual a peça é conhecida ao longo dos tempos. Quando não exista ou não se conheça deve ser mencionado, respectivamente, como Sem título e/ou Desconhecido.

Descrição

Descrição da peça partindo do geral para o particular e anotando as suas características específicas, como os temas tratados, a forma, a estrutura e os elementos existentes na decoração. A descrição deve ser concisa e objectiva e permitir a quem a leia uma visualização o mais clara possível do objeto descrito. Há que ter em conta o facto de existirem campos para inserir dados específicos sobre a peça.

Outros Objetos

É exactamente igual à de Objectos e serve para registar informação sobre objectos de outras entidades. Aqui é inserida toda a informação relativa aos objectos que constituem o património, ou a colecção que determinada instituição tem a seu cargo.

Conjuntos de Objetos

A ficha de Conjuntos deverá ser utilizada para registar os dados relativos a determinado conjunto de objectos. Esta ficha suporta a informação sobre o conjunto enquanto uma unidade, sendo que cada parte que a constitui deverá ser registada em fichas individuais de objectos, posteriormente associadas à ficha de conjunto respectiva. Por exemplo: Serviço de jantar; Cada uma das peças – pratos, travessas, molheiras, etc. – será registada numa ficha individual de objecto, uma vez que tem características próprias como medidas, estados de conservação, etc., com um número de inventário próprio.

Outros Imóveis

A base de dados de registo de outros imóveis permite aos utilizadores do sistema carregar toda a informação sobre os imóveis que embora não sendo propriedade da instituição que faz o inventário, são importantes em termos de registo para uma avaliação correcta do património.

Património Imóvel

A base de dados de registo de imóveis permite aos utilizadores do sistema carregar toda a informação sobre os imóveis.

Informação generica

Número de Inventário

O número de inventário deve ser encarado pelas instituições proprietárias como o número que identifica, em qualquer lado e em qualquer situação, os imóveis que têm a seu cargo. Portanto deve ser único e constante.

Exemplo: AM-PS-....

Designação

Na designação deve ser inserido o nome atribuído comumente ao imóvel, tenha ele características de qualquer espécie.

Na área respeitante à informação específica, o utilizador pode registar, em Designações, todas as designações que o imóvel possa ter diferentes da comum ou mais habitual.

No caso de não haver notícia de qualquer designação atribuída a um qualquer imóvel deve fazer-se constar Sem designação ou Desconhecida.

Por último, se por qualquer motivo o imóvel se encontra a ser estudado e ainda se desconhece a sua designação deve constar neste campo Sem identificar.

Tipo

O campo Tipo permite ao utilizador indicar a tipologia do imóvel que está a ser inventariado. Este campo remete o utilizador para a Tabela auxiliar específica Imóvel, onde devem ser introduzidos previamente os dados pretendidos.

Descrição

Neste campo o utilizador poderá fazer uma descrição do imóvel partindo do geral para o particular e anotando as suas características específicas, como por exemplo, os temas tratados, a forma, a estrutura e os elementos existentes na decoração. A descrição deve ser concisa e objectiva e permitir a quem a leia uma visualização o mais clara possível do imóvel descrito.

Outros Imóveis

A base de dados de registo de outros imóveis permite aos utilizadores do sistema carregar toda a informação sobre os imóveis que embora não sendo propriedade da instituição que faz o inventário, são importantes em termos de registo para uma avaliação correcta do património.

3. Introdução de dados

Inserir dados na Base de Dados

1. Abra a tarefa onde pretende fazer a inserção de um novo registo.
2. Selecione no menu Registo a opção Inserir, ou carregue em Inserir
3. Insira os dados sobre o objeto, conjunto, conservação, etc., que ache conveniente.
4. Após a inserção dos dados deve escolher, no menu Registos, a opção Gravar, para gravar os dados ou a opção Cancelar, se por qualquer motivo não deseje fazer o registo dos dados que inseriu.
5. Após este procedimento, se optar por gravar, ficará com o registo na base de dados.

O utilizador pode ainda recorrer à duplicação de um registo. Esta ferramenta, útil no caso de a instituição possuir vários imóveis com as mesmas características, permite fazer instantaneamente um registo igual ao que está ativo, duplicando a informação genérica e a informação específica sobre o imóvel. Para gravar este novo registo é apenas pedido ao utilizador que mude o número de inventário.

Tabelas Auxiliares (TA)

A utilização de dicionários de termos e tabelas de dados num sistema de gestão é importante a vários níveis. Permite a correção de dados e permite a criação de listas de termos (*thesauri*), fundamentais num trabalho de sistematização de introdução de dados.

A aplicação *In Patrimonium* permite a inserção de dados de uma forma segmentada, em forma de árvore, que cria interdependências entre os registos e permite a criação de uma cadeia de informação associada.

O módulo de tabelas auxiliares (TA) permite, aos utilizadores com permissão para tal a criação de listas de termos que serão utilizados por todos os outros no preenchimento normalizado de determinados campos da base de dados. Este módulo está dividido em duas tarefas com especificidades diferentes:

- Tabelas Auxiliares Específicas → Permite introdução de dados específicos para determinados campos existentes em todo o sistema;
- Tabelas Auxiliares Geográficas → Permite a inserção de dados, passíveis de normalização, com carácter geográfico.

Informação Específica do Objeto

Introduzidos todos os dados referentes aos objetos. Os campos que aparecem nesta parte do ecrã da tarefa *Inventário*, sub-tarefa *Objetos* são configurados pelo utilizador, onde é permitido ao utilizador dispensar alguns campos que não utilize.

Antecedentes	Localizações
Autor	Marcas
Característica	Materiais
Categorias	Medidas
Classificações	Numerações
Coleções	Numismática
Componentes	Origem
Condições	Originalidade
Contexto de campo	Pesos
Cópias	Produções
Cores	Proprietários
Cronologia	Proveniências
Data	Recolha etnográfica
Departamentos	Técnicas
Designações	Tema/Assunto
Direitos	Títulos
Disposições legais	Tracibilidade
Entrada	Valores
Épocas	
Escavações	
Estados	
Estilos	
Fichas Relacionadas	
Funções	
Fundo documental	
Grupos	
Iconografias	
Incorporações	
Inscrições	
Inventariantes	

Assistente da Aplicação

Para iniciar o seu trabalho e fazer o primeiro registo de um imóvel deverá recorrer à barra de menus e no menu *Ficheiro* abrir a opção *Assistente da Aplicação* para configurar, conforme as suas necessidades, os campos que irá utilizar nas diversas fichas. (MANUAL GERAL)

Escolhe-se entre os campos e subcampos disponíveis, em forma de árvore, na janela deste assistente.

Estes representam todo o tipo de informação que é passível de ser registada no *In Patrimonium*. Escolhidos os campos de que necessita pode carregar em OK e em seguida abre a tarefa.

Numa primeira fase do processo de inventariação importa fazer o registo dos campos essenciais e necessários para a instituição dispor de uma base de dados mínima sobre o seu património imóvel.

Numa segunda fase, e recorrendo de novo a este assistente, o utilizador poderá acrescentar os campos que entenda, ou que a prática revele, necessários e retirar campos que não se mostrem úteis para o inventário.

Assistente de pesquisas

O *Assistente de Pesquisas*, tal como o nome indica, serve para auxiliar o utilizador do *In Patrimonium* a efetuar pesquisas na base de dados. Para aceder a esta ferramenta deve ser escolhida a opção *Assistente/Pesquisas* no menu *Ficheiro*.

Carregando em Seguinte, aparecerá um ecrã que permite ao utilizador escolher os campos sobre os quais pretende fazer a pesquisa.

Carregando em Seguinte, aparecerá outro ecrã que permite fazer, para além da pesquisa em si, um filtro local à própria pesquisa.

No filtro local devem ser tidas em conta algumas considerações que se prendem com questões de lógica.

Por exemplo deve ser considerado o facto de não se poder fazer uma pesquisa com um filtro em que o utilizador pede um *Número de Inventário igual a* determinado valor e um outro *Número de Inventário igual a* outro valor diferente, uma vez que esta restrição à pesquisa não é possível de ser feita, porque o programa iria procurar no mesmo campo dois valores completamente diferentes. Para realizar esta pesquisa, restringindo-a a dois ou mais números de inventário deve ser utilizada a opção **ou**, indicando ao programa que deve filtrar a pesquisa por um ou outro valor pretendido dentro do mesmo campo.

Alterar ou modificar um registo

1. Primeiro deve posicionar-se no registo que deseja alterar.
2. Em seguida deve fazer a inserção ou a alteração dos dados que pretende.

3. Por último deve carregar no ícone Gravar ou escolher a opção Gravar, no menu Registo. Importa ressaltar que se o utilizador pretender alterar qualquer informação nos campos de Informação específica não necessita de gravar outra vez o registo. Este procedimento só é necessário para gravar as alterações nos campos principais das fichas. Para a Informação específica basta fazer as alterações pretendidas e carregar em OK.

Eliminar um registo

Para eliminar um registo inteiro, ou seja, uma ficha de Inventário, deve seguir os seguintes passos:

1. Antes de mais deve posicionar-se no registo que pretende eliminar.
2. Em seguida, escolher a opção Eliminar no menu Registo, ou carregar na barra de ferramentas Registo.
3. Aparecerá uma mensagem a confirmar a ação. Se desejar eliminar o registo, escolha OK, senão ainda pode cancelar esta operação escolhendo Cancelar.
4. Escolhendo a eliminação do registo, o programa vai posicionar-se, automaticamente, no primeiro registo que inseriu na base de dados.

Para eliminar um registo inserido em qualquer campo da informação específica, por exemplo, Autorias em Inventário ou Valores em Conjuntos, o utilizador deve proceder da seguinte forma:

1. Selecionar com o rato o registo que pretende apagar;
2. Carregar na tecla «Delete»;
3. Aparecerá uma mensagem, igual à apresentada em cima, para confirmar a ação.

Navegar nos registos

Para navegar nos registos o utilizador precisa de abrir uma das tarefas e depois tem duas opções:

1. Utilizar os botões da barra de ferramentas que servem, respetivamente, para ir para o primeiro registo, para ir para o registo anterior àquele onde está posicionado, para ir para o seguinte e, por último, para ir para o último registo inserido.
2. Utilizar os comandos disponíveis na opção Navegar no menu Registo.

Editar registos

A barra de ferramentas Editar, bem como o Menu Editar, são úteis para fazer a edição dos registos que o utilizador está a inserir.

São quatro as opções disponíveis: Anular, Cortar, Copiar e Copiar uma inserção de texto. Por exemplo se o utilizador quiser cortar uma parte do texto que escreveu na Descrição, deve selecioná-la, com o ponteiro do rato, e em seguida carregar em ou ir ao menu Editar e escolher a opção Cortar.

Ordenar registos

O utilizador pode também ordenar os registos, por cada campo, de forma ascendente ou descendente. Para tal, deve proceder da seguinte forma:

1. Abrir a janela da Tarefa onde deseja ver ordenados os registos.
2. Posicionar-se no campo do registo pelo qual quer ordenar os registos.
3. Por fim escolher uma das opções de ordenação disponíveis, Ordenação ascendente ou Ordenação descendente, na barra de menu Registo, ou nos ícones correspondentes.
4. Para remover uma ou outra ordenação, deve escolher a opção Remover ordenação no menu Registo.

Na ordenação de registos deve ter sido em conta que esta é feita alfabeticamente e este campo é alfanumérico, ou seja, permite a inserção de registos em forma de números e de letras simultaneamente.

Relações entre dados

A vantagem da utilização de um modelo relacional reside no facto de não haver limitações ao número de relações estabelecidas e à possibilidade de essas relações serem geradas automaticamente através de um único procedimento. O estabelecimento de uma relação é sempre recíproco e podem relacionar-se conjuntos de registos simultaneamente.

Na aplicação *In Patrimonium Premium* as relações são visíveis no grupo de informação específica “*Fichas relacionadas*” em que se assinalam todas as relações existentes com o registo presente com qualquer das tarefas do sistema.

O estabelecimento de relações através deste grupo de informação faz-se de um para um registo. Caso o utilizador pretenda criar relações entre um e mais registos deverá fazê-lo no módulo de “Relações”, onde pode ser utilizado um filtro que permite relacionar automaticamente conjuntos de peças que cumpram as mesmas condições de pesquisa.

A construção de uma teia de relações permite que, a partir de qualquer um dos registos relacionados, se aceda à informação relacional sem que ela esteja individualmente registada em cada um deles.

É o utilizador que tem que fazer a associação, isto é, criar a relação entre um e outro registo. Desta forma, é possível fazer a relação com mais que um imóvel, de um determinado livro ou documento e vice-versa. O programa permite ao utilizador fazer relações entre todas as fichas das tarefas Inventário, Eventos, Entidades, Documentos e Multimédia.

Para estabelecer a relação entre um e outro registo deve o utilizador carregar no ícone, após o que aparecerá na área de trabalho a janela das Relações.

4. Eventos

Abate

A ficha de registo de Abate é indispensável na correcta gestão das colecções museológicas, uma vez que uma peça que é abatida não deve ser contabilizada para efeitos de gestão.

Na ficha deve ser descrito o Motivo pelo qual é efectuada esta operação e a Data correspondente. A Data de fim corresponde à data final do abate, ou seja, no caso de um roubo, por exemplo, se a peça for encontrada e devolvida ao Museu, o abate tem que ser considerado nulo. No campo da Descrição o inventariante deve registar o procedimento utilizado e as particularidades do abate.

Conservação

A informação recolhida e apurada nas referidas intervenções é, sem qualquer dúvida, de extrema importância para os futuros responsáveis pelo património edificado como fonte de informação sobre intervenções feitas nos imóveis.

O *In Patrimonium* permite aos seus utilizadores a inserção de dados referentes a intervenções de conservação. Para tal devem ser criados Números que identifiquem cada intervenção e inseridos Outros números, quando existam, que sejam de alguma forma importantes para a operação. Na Descrição o utilizador regista todos os passos do processo, bem como os procedimentos a que recorreram os técnicos intervenientes.

A Data de início e a Data de fim correspondem ao período em que o imóvel esteve sujeito a ações de conservação.

É também registado o Tipo de intervenção, assim como o Interveniente, ou seja, o técnico que a executa e o Responsável por ela que pode ser uma instituição, uma pessoa ou uma empresa. No final da intervenção é registado o Estado da peça, a data para a qual está prevista uma revisão ao objeto e é descrito o estado (Descrição do estado) em que o objeto ficou após a intervenção, assim como as Condições especiais a que este fica sujeito.

Análises

Deve ser considerado o Tipo de análise efectuado, a sua Descrição, concisa e objectiva, o Técnico responsável, o Local onde foi realizada, assim como, as Datas de início e conclusão da análise.

Tratamentos

Nos Tratamentos, deve ser considerada a sua tipologia (Tipo de Tratamento), registada a Descrição de todo o processo, os Produtos nele utilizados, as pessoas que os utilizam (Executante e Técnico) e o Local onde é efectuada. As datas entre as quais decorre o tratamento são registadas em Data de início e Data de fim.

Exposições

O registo de Exposições dentro e fora do Museu, nas quais exista alguma ligação, com aquele ou com as suas coleções, é muito importante para a documentação e gestão das coleções. O empréstimo de peças, muito frequente hoje em dia para determinadas exposições, bem como o aumento do número de exposições nos próprios Museus.

É registado o *Título* da exposição, ou seja, o seu nome, o *Tipo de exposição* de que se trata, ou seja se é uma exposição temporária, itinerante, etc. A entidade ou pessoa que têm a responsabilidade da sua *Organização* e o *Comissário* devem também ser registados, dado que são elementos preciosos para futuros contactos sobre o tema da exposição, completando a informação com a *Descrição* detalhada da exposição.

Esta informação deve ser acompanhada, sempre que possível, com fotografias ou vídeos que retratem fidedignamente as exposições.

Movimentos

Dizem respeito a alterações feitas na localização geográfica do objeto ou conjunto de objetos. A ficha permite o registo do Tipo de movimento, para o qual está disponível uma lista fechada que permite ao utilizador dispor de apenas três opções: Interno, Entrada e Saída. Permite ainda determinar o carácter Definitivo ou não do movimento, assim como indicar a documentação que estipula as condições do movimento e a Data do movimento.

A Data estipulada ou prevista para o regresso da peça à instituição de origem deve ser sempre introduzida, para que exista um maior controlo por parte da instituição.

Seguros

Os seguros são indispensáveis para qualquer instituição que tenha sob a sua responsabilidade a gestão de património cultural edificado.

Número de apólice, o Tipo de seguro, que remete o utilizador para uma TA, a empresa Seguradora, o Mediador e o Tomador do seguro, ou seja a pessoa ou entidade que celebra o contrato de seguro com a seguradora. Estes três últimos remetem o utilizador para a Tarefa de Entidades, onde podem ser inseridos dados relativos à entidade ou pessoa em causa.

O Valor seguro, ou seja, o valor determinado pela instituição deve corresponder ao valor atribuído ao imóvel, ou, quando inexistente ou desconhecido, a um valor aproximado que permita à instituição ser recompensada por uma eventual perda. O Valor pago corresponde ao montante pago pelo tomador para a celebração do contrato com a Seguradora. A especificação da Moeda em que são efetuadas as operações é também importante para se poder proceder a conversões, no caso, de se efetuar o contrato com uma seguradora estrangeira. Ainda relativamente a este assunto temos um campo onde é registada a Data de pagamento do seguro.

As Datas de início e fim do contrato, estipulam a validade do seguro e por este motivo devem também ser registadas.

Documentos

Nesta tarefa são registadas todas as informações relativas aos documentos, sob a forma de documentação que têm relação com os imóveis, conjuntos de imóveis ou com a sua gestão. Criar uma ficha de *Bibliografia* para cada livro e relacioná-la com os imóveis que nesse livro estejam referenciados - existente na instituição, ou outra que os seus colaboradores tenham consultado. Constituindo assim uma base de dados, útil para proceder à criação de relações entre estes registos e os registos de inventário de imóveis e/ou conjuntos de imóveis e permitindo às instituições um controlo mais eficaz sobre os documentos que possuem e onde podem retirar ou procurar informações sobre as propriedades que têm à sua responsabilidade.



Terminologia designação de objetos

Base de dados – *In Patrimonium*

Abraçadeira

Acerra – caixa onde se guardava o incenso e outras substâncias aromáticas.

Adaga - *Pugio*

Adorno

Aduela

Afiador

Agrafo

Agulha (metálica, osso)

Alcatruz

Alcofa

Alfaias

Alfinete (de cabelo - *acus crinalis*)

Algaraviz – tubo cónico de forja

Algibeira

Alguidar

Almofariz - *mortarium*

Aloquete

Alvião

Ambula – *ampula* recipiente em metal ou vidro destinado aos óleos santos.

Amuleto (antropomórfico, fálico, pendente)

Ancinho

Anel (-chave)

Ânfora

Anforeta

Anilha

Antefixa – imbrice com máscara.

Anzol

Apagador/Espevitador

Aparador

Aparelho

Aparelho almofadado- sistema construtivo com silhares que têm a sua parte central da sua superfície em ressalto, assemelhando-se a uma almofada.

Apito

Aplique (decorativo)

Ara (lápide)

Arado

Arca

Argola

Árbalo – vaso de origem grega, de corpo globular, alça pequena e gargalo estreito usado para óleos de higiene e cuidados com o corpo.

Armação

Armadura (Armatura) – Couraça

Armário

Arnês

Arrecada

Arreio

Árula

Asa (de sítula, de lucerna, de prato)

Astrágalo – osso de tarso utilizado como dado para jogar.	Berimbau
Atabales	Berlinde
Atacador	Betilo
<i>Auriscalpium</i> – instrumentos para limpar os ouvidos.	Bigorna
Bacia (metálica)	Bilha
Bacio	Bispote
Bainha (terminal de)	Bisturi
Baixo-relevo	Bitácula
Bala	Bobina - tubo cilíndrico
Balança (<i>Statera</i> ou <i>trutina</i>)	Boião
Balão	Bola
Balaústre	Boneco
Balde	Bordo
Balsamário – recipiente para bálsamos e perfumes.	Botão (liga metálica, de osso,...)
Banco	Braçadeira
Banda – decoração	Braçal (de arqueiro)
Bandola	Bracelete – <i>armillae</i> (de vidro, de ouro, serpentiforme) aro rígido
Bandolim	Bráctea
Bandurra	Braseiro
Bandurria	Brinco
Banjo	Brinquedo
Banjolim	Broca
Barril	Bula - <i>bullae</i> (em osso, liga metálica)
Bartedouro	Bule
Base (de coluna, de escultura)	Buril
Batente da porta	Burro
Baú	Bússola
Bebedouro	Busto (liga metálica, de cerâmica, mármore)
Bendir	Buzina
Berbequim	Búzio
Bergère	Cabeça (feminina, masculina)
	Cabeceira de sepultura

Cabide	Cânula
Cabo	Capacete
Caçarola	Capacho
Cachimbo	Capitel ver Lídia Fernandes tese
Caço	Carimbo
Caçoila	Carranca (de leão)
Cadinho	Carretel
Caixa (de selos)	Carrinho
Caixão	Carroça
Caixotão (de teto, de parede, ...)	Cartucheira
Calço	Cartucho
Calculi – pequenas pedras usadas para a aprendizagem do cálculo	Casquilho
Cálice	Cavilha
<i>Caligae</i> - sandálias militares	Cerâmica (campaniense, paredes finas, com engobe branco, com engobe vermelho, vidrado de chumbo, pintada, chacota)
Cama	Cesto
Camafeu - Joia talhada em rocha, semipreciosa, de distintos tons, madrepérola, coral ou vidro, de modo a fazer contrastar figura e fundo.	Chamariz
Camarão	Chave (rotativa, de aloquete, de tranca, para tranqueta)
Campainha	Chincalhos
Cana	Chocalho
Canapé	Chorobata – nível.
Cancela	<i>Chrísmón</i> – monograma de Cristo
Candeia	Chumbadouro
Candelabro	Chumbo de pesca
Cândil	Címbalo – instrumento musical.
Caneca	<i>Cingulum</i> - cinturão
Cano – <i>fistula</i> (chumbo)	Cinto
Cantaria	Cinzeiro
Cântaro (de liga metálica, de cerâmica)	Cinzel
Cantil	Cipo
Canudo	Coador

Cobertura	Dente
Colar – tipo <i>monilia</i> (colares em ouro simples e curto) e tipo <i>catanae</i> (colares longos, que desciam sobre o peito)	<i>Dentiscalpium</i> - instrumentos para limpar os dentes
Coleira	Depósito
Colher (de pau, liga metálica, de pedreiro)	Desenho
Coluna	Diadema
Colunelo	Disco
Compasso	Dobradiça (de porta)
Concha	Dolia – Grande recipiente cerâmico para armazenamento e transporte de produtos. Utilizava-se para produtos alimentares em grande quantidade, como cereais, frutos, azeite e vinho.
Conta (de colar, de pulseira, de brinco)	Elemento arquitetónico (de colunelo, de equipamento militar, óvulos, de suspensão, <i>Mensula</i>)
Copo (de vidro, paredes finas)	Elmo – capacete.
Corno	Enfeite de capacete
Coroa	Enxada
Correia	Enxó
Corrente (anel de)	Epigrafe
Cossoiro (tecelagem)	Epitáfio
<i>Cotricula ou coticulae</i> - Para auxiliar na preparação dos unguentos usavam-se pequenas placas de mármore ou ardósia.	Escacilheira
Covo	Escalpelo
Cratera	Escopro
Craveira (de liga metálica)	Escória (metálica, de vidro)
Crivo	Escória de vidro – Vidro rejeitado durante o processo de fabrico, ou porque escorre dos cadinhos e das canas de vidreiro, ou porque era retirado por conter impurezas.
Crucifixo	Escova
Cruz	Escudela
Cuco	Escudo (<i>scutum</i>)
Cunha	Escultura (tese Trinidad Nogales Basarrate)
Cunho	
Cupa	
Dado	
Dardo (<i>Pilum</i>)	
Dedal	
Defumador	

Escuma de vidro – vidro de aspeto esponjoso contendo muitas impurezas e que se formavam a superfície dos cadinhos.	<i>Ex-voto</i>
Escumadeira	Faca (de cozinha, da poda, ...)
Esmeril	Faiança
Espada	Falcata – espada (liga metálica)
Espátula	Falera (<i>phalera</i>) – disco metálico decorado que os militares romanos usavam ao peito como condecoração.
Especieiro	Falo testiculado
Espéculo - instrumento para realizar exames ou procedimentos diagnósticos em concavidades corporais	Fauna (malacofauna)
Espelho – <i>speculum</i>	Fechadura
Espelho de fechadura	Fecho (de cinturão, de arca)
Espeto	Ferradura / Hipo sandália – peça de ferro que se aplicava nos cascos do cavalo.
Espigão	Ferragem
Espirais	Ferrinhos
Espora	Ferro
Esquadro (de liga metálica)	Ferro de frisar - <i>calamistre ou calamistrum</i>
Estaca	Fíbula (anular hispânica, em ómega, Aucissa, cruciforme, La Téne, charneira)
Estandarte	VER TESE
Estátua (de homem togado)	Ficha (de jogo, de teatro, identificação de portador) - tessera
Estatueta (de Fortuna, de togado)	Figa (em osso, em ouro)
Estela (funerária, menir)	Figurinha (<i>sigillaria</i>) – estatueta de cerâmica
Estilete - <i>stilus</i>	Fivela (de cinto, de cinturão)
Estojo	Flauta - <i>aulos</i>
Estribo	Fogão
Estrígilo (<i>strigilum</i>) - instrumento utilizado para retirar os óleos do corpo depois das massagens, também teve uma função médica, servindo para aplicar medicamentos líquidos, dada a sua forma côncava.	Fogareiro
Estuque	Foice (<i>falx</i>)
	Foicinha
	Fontanário
	Forcado
	Fórceps

Forma (descrições de: ex. troncocónico de bordo em aba carenada, convexa de bordo em aba simples, convexa de bordo em aba carenada, tubular vazado, bordo em aba e pé tubular, campanuladas, cilíndricos de pé tubular, bordo em aresta, base em cúpula, bordo em aresta, base de pé repuxado, bocal afunilado, globular de bocal trilobado, cilíndrica achatada, quadrangular, troncocónico ápole, caneluras, cilíndrica achatada, cónico,)

Formão

Forqueta

Forquilha

Fóssil

Fragmento

Frasco (de óleo de liga metálica, perfume)

Freio

Fresco

Frigideira (*Sartago*) – Plana, redonda ou de ferro, tendo algumas delas asas articuladas.

Friso (estruque moldado, mármore, ...)

Fundo (de ânfora, de vidro, de cerâmica, de peça?)

Funil

Furador

Fusaiola

Fuso

Fuste (de coluna)

Fuzilhão de fíbula

Gaiola

Gaita

Gamela

Gancho

Ganizo

Garfo

Garrafa (de vidro, de cerâmica, metálica)

Gato

Gaveta

Gemas (falsas gemas)

Gladius - espada curta

Glandes de funda

Glíptica – arte de gravar “pedras duras” (pedras preciosas ou semipreciosas) por incisão ou desbaste. (Catálogo exposição)

Godé

Goiva

Gomil – jarro de boca estreita em cerâmica ou metal.

Gonzo

Grade (de janela)

Gradim – instrumento de escultor para alisar a pedra.

Grampo

Gravura

Groma

Guarda (espada)

Guizo

Hipocampo

Imbrice (*Imbrex*)

Imposta

Indeterminada

Inscrição ??

Instrumento de bocal

Instrumentos cirurgião (colher sonda, espátula sonda, colher medida, dissegador,

escalpelo, pinça, cateter, bisturi, grampo, trepano - <i>modiolus</i>)	Machado (pedra polida, militar, ferramenta)
Jarra (de vidro)	Maço
Jarrão	Mala
Jarrinha	Malga
Jarro (de vidro, cerâmica, liga metálica)	Manivela
Lagar	Marcador
Laje	Marreta
Lambril	Martelo (de forja, de repuxador, de pena - <i>ascia</i>)
Lâmina	Máscara
Lâmpadas (vidro, liga metálica)	Meada
Lamparinas (vidro, liga metálica)	Medalha
Lança - <i>pilum</i>	Medalhão
Lançadeira (de tear)	Medida
Lápide (sepulcral)	Mesa
Leiteira	Métopas – decoração
Lígula - preparação, extração do recipiente e aplicação dos unguentos, assim como para medir líquidos. Uma vareta normalmente de liga metálica, que terminava num dos lados em colher ou espátula e no outro era arredondado para permitir recolher e deixar cair, gota a gota.	Miliário
Lima	Mó (movente, dormente – doméstica/proto industrial)
Lingote	Modelo
Lintel - Parte superior de uma porta ou arco, também denominada por “verga” que podia ser monolítica ou composta por vários elementos (aduelas).	Moeda/numisma (tese José Ruivo) (dracma, hemidracma, AE, 1, 2, 3, Asse, Denário, Sestércio, Quinário, Semisse, Dupôndio, Antoniniano, Follis, Sólido, Áureo, Tremisse, Tremisse, “ <i>serratus</i> ”, Meia-síliqua, mínimo, Neoantoniniano, <i>Nummus</i> , <i>Maiorina</i>)
Lira	Ceítal, Reis, Real, Escudo, Dirham, Fals
<i>Lituus</i> – instrumento litúrgico com forma de báculo.	Moinho – <i>molendinum</i>
Lucerna – <i>lucernae</i>	Molde
	Moldura
	Monumento funerário
	Mortero - <i>Mortarium</i>

Mosaico (figurativo, geométrico)

Navalha - *Cultor tonsorius* (cortar o cabelo e de barbear)

Numismática

Óbolo – nome da moeda que se encontra na sepultura romana e se destina a pagar a passagem do defunto para o Além, na barca de Caronte.

Ocrea – ver nome. Elemento de armadura militar.

Oleiro (marca de)

Ombreira

Opérculo – *operculum*

Opus - trabalho

Opus albarium – Revestimento como regularizador da superfície antes de esta receber a pintura a fresco.

Opus caementicium – “betão” usado usualmente no interior de uma construção, misturando um ligante ou argamassa de cal e areia com um inerte feito à base de pedras de pequeno calibre, tijolo, areia, servindo muitas vezes de enchimento.

Opus doliare – fabrico de telhas e tijolos.

Opus incertum – aparelho construtivo de alvenaria irregular, sem desbaste.

Opus latericium – aparelho construtivo com tijolos secos ao sol.

Opus mixtum – aparelho executado com alternância de *opus reticulatum* ou *incertum* com *opus testaceum*.

Opus Musivarium – nome do mosaico composto por tesselas aplicadas sobre uma

superfície preparada segundo um desenho geométrico ou figurativo.

Opus quadratum - aparelho construtivo de alvenaria de pedra talhada ou silhares regulares, paralelepípedicos (aparelho isódomo), com o lado menor quadrado, ou seja, com os silhares em formas de amarração.

Opus reticulatum - aparelho de construção regular, formando de pequenas pirâmides de base quadrada.

Opus sectile – revestimento formado por lages de pedras (*crustae*) coloridas, unidas de forma a fazer desenhos geométricos ou decorativos.

Opus signinum – argamassa feita de cal hidráulica, areia e tijolo moído, usada para construção de pavimentos e impermeabilização de tanques e paredes.

Opus tessellatum – pavimento revestido com tesselas ou *tesserae* em fiadas paralelas e rectilíneas.

Opus testaceum – ladrilho ou aparelho construtivo utilizando cerâmica cozida vulgarizado a partir do imperador Tibério, ao ponto de se ter tornado quase o sistema de edificação oficial.

Opus vermiculatum - mosaico fabricado com pequenas tesselas, de tamanho inferior a 6mm, sendo colocadas em fiadas paralelas sinuosas, como anéis ou vermes.

Opus Vittatum – tipo de aparelho com pedras colocadas na horizontal, vulgarizado

a partir do Século II, podendo ter fiadas de tijoleiras.

Osculatório

Osso (humano)

Pá

Pança

Panela

Parafuso

Parapeito

Passador (de cozinha, de correia, de cinturão)

Pasta

Pátera

Pavimento

Pé (*pedes* – medida, de escultura, mesa, de vaso, de cálice)

Pedestal

Pedilúvio – (*pelluvium*) bacia para lavar os pés.

Pedra de amolar

Pedra de anel

Pena (madeira, osso, liga metálica) – semelhante a estilete.

Pendente

Pente – *pécten* (liga metálica, de osso)

Percutor

Peso (-padrão, de rede, tear - *pensum*)

Pia

Picareta

Pico (ferramenta)

Pilão

Pilastra

Pinça - *volsella* ou *vulsella*

Pincel

Pingente

Pintura mural - fresco

Pipa

Placa (em osso, metálica, de fivela de cinturão, de revestimento - *Scutula*, de tecelagem, epigrafada, decorativa, de mosaico)

Podão e Podoa (*falx arboraria* e *falx vinitoria*)

Ponta (de lança, de seta, de dardo)

Ponteiro

Porta

Pote

Potinho

Prato (de vidro, de *terra sigillata*, de cerâmica, liga metálica)

Pregador (de prata)

Prego

Prumo

Púcaro (de cerâmica)

Pulseira- constituída por vários elos liga metálicas interligados alternados.

Pulvinum

Punção

Punhal

Punho

Puxador

Quadrante – elemento construtivo, tijolo de coluna.

Quartzo

Queimador

Ralador

Ralo (de canalização)

Rasoira – (medida cereais; utensilio de marceneiro)	Tacha (sandálias, outras)
Raspador	Tacho
Recipiente	Talha
Rede	Talher (utensílios de cozinha)
Régua	Talocha
Relevo	Tambor (de coluna)
Relicário	Tampa (de vidro, de cerâmica, liga metálica, de sepultura)
Relógio (de sol)	Tégula - <i>tegulae</i>
Repuxo (liga metálica, chumbo)	Telha (plana com largo orifício central)
Roca	Tempereiro – Utensilio com que as tecedeiras regulam a largura do tecido.
Roda	Tenaz
Roldana	<i>Terra sigillata</i> (itálica, hispânica – La Rioja, hispânica – Andújar, Hispânica tardia - Douro, sudgálica, Africana Clara A, B, C, D) – Cerâmica de luxo, cujos vasos eram frequentemente marcados pelo selo do fabricante.
Rolha	Terracota
Rolo da massa	Terrina – prato mais fundo.
Sacho (de bico, trapezoidal) - <i>sarculum</i>	Tesoura (de tosquia- <i>forpex</i>)
Saladeira	Tesouros
Sandália	Tessela – cubo de pedra ou outro suporte usado para a execução dos mosaicos.
Sarcófago	Testo (de cerâmica, de metal)
Sega – ferro que se adapta ao temão do arado, adiante da relha, facilita a lavra e corta as raízes.	Tigela (de cerâmica)
Selo	Tijoleira – (<i>Latera</i> /ladrilho, de abóbada)
Separador de tear	Tijolo (diferentes tipologias, arco, parede, pilar...)
Serra	Tocha
Silhar (almofadado)	Torneira
Sino (<i>tintinnabulum</i>)	Torque – adorno para o pescoço
Sítula – balde ou caldeira para aquecer água	Tranqueta
Sovela	
<i>Tabula</i> – pranchetas usadas para escrever ou como suporte. (liga metálica, madeira)	
Tabuleiro	
Taça (de vidro, de cerâmica)	

Travessa	Vaso (de cosméticos, ...)
Travessão	Vassoura - <i>scopa</i>
Triângulo	Velador
Trinco	Verga
Tripé - tripeça	Verruma
Tubo	Vidraça (painel)
Unguentário - <i>unguentaria</i> (de vidro, forma de gota alongada)	Vidro (restos de fabrico – todo o vidro excedentário resultante do processo de fabrico de vidro)
<i>Ungicularium</i> – instrumentos para limpar as unhas.	Virola
Urna (cinerária, com testo, de chumbo, pote)	Voluta – Elemento decorativo influenciado na ideia do couro enrolado, descrevendo, em secção, um movimento espiralado
Utensílio	Xorca
Vara	Zoo arqueologia
Vasilha (de	
Vasilhame - conjunto de vasilhas	

Toda a documentação utilizada na elaboração deste Relatório de Estágio foi autorizada pela Fundação Cidade de Ammaia.